

**REVISTA DA
ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**N.º XI
NOVA FASE
2012
Segundo Semestre**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOLOGIA**

Nova Fase
N.º XI - 2012
Segundo Semestre

EXPEDIENTE

Diretor:

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo:

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe:

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário:

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade:

José Pereira da Silva

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2012 a maio de 2014

Presidente

Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente

Manoel Pinto Ribeiro

Primeiro Secretário

Amós Coêlho da Silva

Segundo Secretário

Edila Vianna da Silva

Tesoureiro

Eduardo Tuffani Monteiro

Bibliotecário

Francisco Venceslau dos Santos

Relações-Públicas

Claudio Cezar Henriques

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL.....7

HOMENAGENS AO PROF. ADRIANO DA GAMA KURY

1. Antônio Martins de Araújo – Adriano da Gama Kury, Mestre de várias gerações 8
2. Carlos Eduardo Falcão Uchôa – Adriano da Gama Kury e a língua portuguesa 13
3. Rosalvo do Valle – lembranças de um amigo 19
4. Manoel P. Ribeiro – Adriano da Gama Kury – um mestre inesquecível 25
5. Walmírio Macedo – Amigo Kury 29
6. Ricardo Stavola Cavaliere – Adriano da Gama Kury, expoente dos estudos linguísticos e filológicos 31

ENSAIOS

1. Amós Coelho da Silva – A sintaxe nos ensinamentos de Adriano da Gama Kury ... 35
2. André Nemi Conforte e Claudio Cezar Henriques – A relação entre o discurso direto e o indireto em Othon M. Garcia 42
3. Antônio Martins de Araújo – Ecos da vida impoluta e importância da obra histórica de João Francisco Lisboa no 2.º centenário de seu nascimento 50
4. Domicio Proença Filho – Considerações sobre a carnavalização no romance de Jorge Amado 63
5. Evanildo Bechara – Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa 76
6. José Geraldo Paredes – Tributo a José Albano 83
7. Hilma Pereira Ranauro – Em que se constituem, afinal, os estudos “linguísticos”? ... 93
8. Horácio Rolim de Freitas – Adriano da Gama Kury - um inesquecível mestre 102
9. José Pereira da Silva – Contribuição ao estudo do léxico acriano 107
10. Luísa Galvão Lessa Karlberg – Rezas, benzeduras, superstições em Sena Madureira, Acre.....127
11. Manoel P. Ribeiro – Formação discursiva – a mulher endeusada ou idealizada na MPB de 1930 a 1945 143
12. Mauro de Salles Villar – Viajando num velho ditado 156

ENTREVISTA

Entrevista com o Prof. Gilberto Mendonça Teles 160

RESENHAS

1. Edila Vianna da Silva – Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa 167
2. Horácio Rolim de Freitas – O novo acordo ortográfico – todas as soluções 171

MEMÓRIA

- Antônio Nunes Malveira – Dr. Fausto Carlos Barreto 173

NOTICIÁRIO

1. Eleição da nova diretoria 182
2. Posse de acadêmicos 182
3. Homenagem a Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho 183
4. Evento na ABRAFIL 183
4. Comemoração dos 68 anos da ABRAFIL 186
5. Lançamento da Revista X da ABRAFIL 188
6. Comemoração dos 80 anos de Horácio Rolim de Freitas 189
7. Homenagem a Adriano da Gama Kury 190
8. Evento em Portugal 191
9. Sessão de 24 de novembro de 2012 192
10. Memória – Adriano da Gama Kury em sessão da Academia Brasileira de Filologia, em 27.8.2000 192

EDITORIAL

Iniciamos este Editorial com as palavras de nosso acadêmico RICARDO STAVOLA CAVALIERE em homenagem a ADRIANO DA GAMA KURY.

Este ano de 2012 trouxe-nos a dolorosa perda de Adriano da Gama Kury, nome dos mais respeitados nos estudos filológicos brasileiros contemporâneos. A presença de Gama Kury no cenário da gramaticografia e do ensino do português é daquelas que não se limitam a compor a vizinhança circundante, senão a área mais destacada do palco acadêmico em que tantos outros grandes nomes fizeram carreira.

Como se observará no sumário desta revista, outros grandes professores manifestaram sua admiração e respeito pela obra de nosso acadêmico, que ocupou, por muitos anos, a cadeira número 20 da ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOGIA, cujo patrono é Sílvio Romero.

Em 29.9.2012, na UERJ, tivemos a honra de presidir a sessão em homenagem ao ilustre Mestre. Contamos com a presença da viúva WILNA BRILHANTE KURY, de sua filha LORELAI BRILHANTE KURY, de seu neto IAN SOUZA KURY, da cunhada TELMA BRILHANTE DE ALBUQUERQUE MIRANDA e da amiga CONCEIÇÃO TAVARES.

Impossibilitado de comparecer, o Prof. Antônio Martins de Araújo, que durante anos lecionou no mesmo colégio do Prof. Adriano, enviou seu discurso, lido por nossa secretária EDILA VIANNA DA SILVA. Também foi entregue à família do nosso querido homenageado o discurso do Prof. CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA que acompanhou, por décadas, o trabalho do ilustre mestre da gramaticografia.

Emocionantes foram as palavras de ROSALVO DO VALLE e de WALMÍRIO MACEDO. Também dissertamos sobre o trabalho de méritos inegáveis do Prof. ADRIANO DA GAMA KURY, a quem acompanhamos por meio de seus livros de conteúdo extraordinário, principalmente para o ensino médio.

Pelo trabalho em prol da cultura da língua portuguesa, a ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOGIA tem a grande satisfação, por meio desta revista, de lembrar os trabalhos do Mestre ADRIANO DA GAMA KURY, cujas lições, não temos dúvidas, servirão de apoio para todos os que têm interesse em divulgar a grandeza de nosso idioma.

Manoel P. Ribeiro – Editor-chefe

HOMENAGENS AO PROF. ADRIANO DA GAMA KURY

ADRIANO DA GAMA KURY, MESTRE DE VÁRIAS GERAÇÕES

Por Antônio Martins de Araújo
Presidente da ABRAFIL

1. Introdução e proposta

Com base na *Miscelânea* organizada por Ivette Savelli e Laura do Carmo, pesquisadoras da Fundação Casa de Rui Barbosa (daqui por diante F.C.R.B.) em comemoração aos oitenta anos de idade do mestre Adriano, editada em 2005 pela F.C.R.B., neste breve ensaio propomo-nos, básica e resumidamente, abordar dois aspectos importantes da vida e da obra do nosso saudoso amigo, colega e confrade, a saber: sua formação humanística e sua produção científica. Não antes sem dizer onde, quando e como travamos conhecimento e estabelecemos fortes laços de amizade com ele, e a emulação que me despertou sua bela e exemplar existência pelo tempo afora.

Conhecemo-lo nos anos setenta como dedicado, esclarecido e paciente professor de Português do curso científico do Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral, na rua República do Peru, em Copacabana, quando eu era coordenador do segundo turno daquele renomado estabelecimento de ensino médio carioca. Nossa proposta, pois, nesta breve notícia sobre a vida e sobre a extensa e variada produção científica do Mestre, é recordar sua trajetória ascensional a partir das primeiras letras em sua cidadezinha natal Sena Madureira, no Acre, sua peregrinação estudiosa por escolas de Santos (SP), de Natal (RGN) e da cidade do Rio de Janeiro, primeiro no Colégio Franklin Delano Roosevelt, depois no imperial Colégio Pedro II, até poder começar a distribuir com a novas geração essa privilegiada colheita de informações variadas.

Na sua extensa e variegada bibliografia ativa, encontraremos importantes contribuições à Educação e à cultura brasileiras, na área da Lexicografia, da Gramaticografia, da Crítica Textual, da Estilística, e até da Didática, com seu simpático ensaio sobre a elaboração e a editoração de trabalhos universitários. Senão vejamos:

2. Formação e magistério

A 25 de abril de 1924 nasceu Adriano na cidadezinha acreana de Sena Madureira, berço também de outros insignes vencedores em outras áreas do saber, como o famoso cardiologista Adib Jatene e a família da grande dama das novelas da TV Globo, a escritora Glória Perez, frequentemente alimentadora em seu horário nobre de milhões de brasileiros.

Lá mesmo iniciou seus estudos primários com as freiras do Colégio Santa Juliana. Mas muito cedo sua família migrou para outros pontos do nosso grande país. Aos dez anos, com seus dois irmãos, vai para Santos a bordo do vapor Itaimbé. Ali mesmo, no terceiro ano primário do Colégio Anglo-Americano iniciou-se em Inglês e Francês. Aí também prestou o exame de admissão ao ginásio em 1933; mas, logo no ano seguinte, foi para Natal (RGN), onde cursou o segundo ano ginásial. No ano seguinte, mudou-se para Niterói (RJ), em cujo Colégio Pristaneu Militar cursou o primeiro semestre do terceiro ano ginásial, o qual concluiu no imperial Colégio Pedro II.

Em 1942, com apenas dezoito anos de idade, conquistou o primeiro lugar no concurso público para revisor da Imprensa Nacional. Cinco anos depois, cursou o primeiro ano do segundo grau do Colégio Franklin Delano Roosevelt, no qual, um ano após, terminou o curso clássico. Ato contínuo, foi admitido como preparador de textos no prestigioso Instituto Nacional do Livro. Aos vinte e cinco anos de idade, através de renhido exame vestibular, ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, desta cidade capital, e, através de outro concurso, foi admitido como preparador de textos da F.C.R.B.

Por cinco anos consecutivos, entre 1945 e 1954, manteve-se como professor, no Colégio Franklin Delano Roosevelt, onde já brilhara como estudante. Lecionou tanto nas classes do ginásio, quanto nas do colegial. Nesse estabelecimento também lecionou latim entre 1950 e 1953. Em 1952, lecionou Português no Ginásio Latino-Americano; e, no ano seguinte, concluiu a Faculdade Nacional de Filosofia, na qual, três anos depois, passou a lecionar Língua Portuguesa. Em 1956, abriu mais duas frentes de trabalho, lecionando nosso idioma tanto na Escola Técnica Federal, quanto na rede estadual de ensino médio carioca, nos quais permaneceu até 1964, ambos conquistados via concurso de provas e títulos. Já em 1960, como professor de Português ingressou no Instituto Rio Branco, sempre via concurso público.

Em 1968, fazendo a convite conferência em Barcelona, começou seu namoro com a língua catalã, do que resultou um glossário catalão-português. O ano de 1970, passou-o em São Paulo, em cuja Faculdade Salesiana de Filosofia, de Lorena, lecionou Língua Portuguesa. Em agosto de 1971 retornou ao Rio de

Janeiro. Em 1972, aqui lecionou Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense; e, em 1973, Português nas Faculdades Estácio de Sá. Nessa ocasião, trabalhou como assessor pedagógico da TVE orientando programas de educação de massa, como o João da Silva. Em 1974, tornou-se livre-docente da UFF com uma tese sobre os aspectos formais da prosa de Graciliano Ramos. De 1975 a 2000, lecionou Filologia Românica na Universidade Santa Úrsula (RJ). Em 1976, foi nomeado chefe do Setor de Filologia da F.C.R.B. Em 1980, organizou a Semana de Estudos Catalães nessa última instituição e na Universidade Santa Úrsula. Em 1994, por sua vasta contribuição ao ensino de nosso idioma, recebeu da União Brasileira de Escritores (RJ) a medalha de Filologia, intitulada Aurélio Buarque de Holanda. Nesse mesmo ano, apesar de ser aposentado compulsoriamente como pesquisador da F.C.R.B., foi mantido na chefia do seu Setor de Filologia. Enfim, por sua dedicação a esse órgão, recebeu dessa instituição a medalha Rui Barbosa. Diante de tão intensa vida dedicada ao magistério, não será de admirar a qualidade e a quantidade de suas obras filológicas e lingüísticas. Ei-las.

3. Produção linguística e filológica.

Com seu vasto “saber de experiências feito”, através de muitas e muitas leituras, Adriano pôde brindar sua geração e as vindouras com obras lapidares nas áreas da Lexicografia, da Gramaticografia, da Ortografia e, principalmente da edição crítica de textos (Ecdótica).

Na da Lexicografia, deu-nos em 2001 o Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa (SP, FTD). Na da Gramaticografia, quase dez obras, a saber: em 1957, estreia com sua *Pequena Gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical brasileira* (RJ, Agir); e, em 1960, prossegue com seu *Português Básico* (RJ, Agir, depois Nova Fronteira). Em 1961, deu-nos sua obra *Lições de Análise Sintática*, sucessivamente editada pela Fundo de Cultura (RJ), Lisa (SP) e Nova Fronteira (RJ).

Em 1971, os quatro volumes do *Meu livro de Português* (Lisa, SP); em 1972, sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil* (Lisa, SP). Em 1974, os cinco volumes do *Curso Supletivo João da Silva* (MEC, RJ); em 1985, as *Novas Lições de Análise Sintática* (Ática, SP).; em 1989, duas obras com o selo de edições cariocas, a saber: *1000 Perguntas de Português* (Edit. Rio) e *Para Falar e Escrever Melhor o Português* (Nova Fronteira, RJ).

Na área da Ortografia, dois belos exemplares: em 1865, pela UnB, deu-nos sua *Ortografia*; e, em 1968, pela Agir (RJ), o seu *Manual Prático de Ortografia*.

Em colaboração, deu-nos duas obras distintas com o selo da F.C.R.B., uma delas *Sobre* [a linguagem d]o *Pré-Modernismo*; outra, em colaboração com Maximiano de Carvalho e Silva e Irene de Menezes Dória, intitulada *Elaboração e Editoração de Trabalhos de Nível Universitário (especialmente na área humanística)*;

Além das quinze resenhas críticas de obras e textos de variados autores; e dos sete judiciosos artigos sobre Lingüística, Filologia, Dialectologia, Gramaticologia e matérias afins, Adriano mais uma vez brilhou no preparo de rigorosas e bem cuidadas edições críticas de obras, como a do romance *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha (Simões, RJ); e da famosa *Oração aos Moços*, de Rui Barbosa (F.C.R.B.), ambas de 1956 (essa última em formato popular, chegou à sexta edição em 2003!). Em 1984, a da primeira edição, e, em 1988, a da segunda edição dos *Últimos Sonetos* de Cruz e Sousa, ambas da F.C.R.B).

Prefaciou o volume 3, tomo 5, da *Antologia da Literatura Popular em Verso*, de Leandro Gomes de Barros; a *Poética Popular do Nordeste*, de Sebastião Nunes Batista, ambas com o selo da F.C.R.B., sendo que aquela, em colaboração com a Universidade Federal da Paraíba; bem como preparou notas para *A Correspondência de uma Estação de Cura, de João do Rio* (Scipione/ Instituto Moreira Salles, SP, 1992) e também a obra *Mocidade Morta*, de Gonzaga Duque (F.C.R.B.).

Com o rigor científico que sempre o caracterizou, preparou e estabeleceu o texto das seguintes: *Obras Seletas*, de Carlos de Laet (primeiro volume, Agir, RJ, 1983); segundo e terceiro volumes (Agir e F.C.R.B., RJ; e INL, Brasília, DF, 1984). Entre 1988 e 1990, preparou e estabeleceu o texto dos dezessete volumes das obras de ficção de Machado de Assis (Garnier, RJ). Em 1989, com didáticas anotações,, editou criticamente os *Papéis Avulsos*, de Machado de Assis. Em 1998, o romance *A todo o transe!...*, de Emanuel Guimarães. Em 1998, o texto da segunda edição de *A Questão Social e Política no Brasil*, de Rui Barbosa (F.C.R.B.). Enfim, em 2001, editou criticamente a obra *O Professor Jeremias*, de Leo Vaz (Edit. Bom Tempo/ F.C.R.B.).

Diante de tão invejável bibliografia ativa desse gigante do verbo que se chamou Adriano da Gama Kury, para fechar estas considerações, teremos todos de reconhecer que, sem dúvida alguma, ele não teria alcançado essa invejável performance na área das letras pátrias, se não contasse a seu lado, tanto nas horas de alegria, quanto nas de tristeza, com os ouvidos e o coração, com a dedicação e a solidariedade de sua estudiosa ex-aluna no Rio de Janeiro, aquela que, na pia batismal, se chamou Wilna. Seu nome quase completo Wilna Brilhante de Albuquerque. Quase completo, à espera do sobrenome arábico-acriano de seu amado Kury. Dessa mãe amorosa, do seu xará dele, o carioca

Adriano; da carioquíssima Lorelai, e da brasiliense Glaura. Para concluir este discurso, pelo muito que mestre Adriano nos legou e principalmente a eles, saudemos a todos eles com uma calorosa salva de palmas. Tenho dito.

**ADRIANO DA GAMA KURY E A LÍNGUA
PORTUGUESA
CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA (UFF E ABRAFIL)**

Adriano da Gama Kury foi um atento e apaixonado estudioso do nosso vernáculo, produzindo, a partir do final dos anos de 1950, uma obra em que alguns títulos tiveram uma excelente aceitação de professores e alunos de Letras, conhecendo sucessivas edições. Além da sua militância nos cursos ginásial e colegial, Kury teve destacada atuação no ensino universitário, sobressaindo-se a docência na Universidade de Brasília, na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Santa Úrsula, onde lecionou Filologia Românica. Graduado pela então Faculdade Nacional de Filosofia, lá conheceu seus grandes mestres, Sousa da Silveira e Mattoso Câmara, aos quais dedica sua primeira obra, **Pequena Gramática** (1959). Veio a ser Livre-docente em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense, com a tese “A Oralidade Transfigurada - Aspectos Estético-Formais da Prosa de Graciliano Ramos” (1974).

A maior preocupação de Kury foi com o estudo e o ensino da gramática portuguesa, particularmente da sintaxe, portanto, com as construções idiomáticas, com os diferentes modos de dizer. Estava sempre levantando hipóteses, com colegas, para uma explicação de certas ocorrências textuais. Como você classificaria esta oração introduzida pelo “sem que”?, indagava dos colegas em conversa, ficando em silêncio a ouvir as respostas. Dotado de uma exposição didática esplêndida e de reconhecida capacidade de sistematizar os fatos da língua, além, evidentemente, do seu seguro domínio da doutrina gramatical tradicional, seus livros foram de grande valia para todos aqueles que precisavam, de certa forma, ordenar, de modo coerente, os mais variados recursos de que a língua disponibiliza aos seus falantes. Kury se revela atento leitor das obras dos principais nomes dos nossos estudiosos da primeira metade do século passado, a eles sempre evocando, ora para corroborar a posição por ele adotada e atestar o pioneirismo de antigos mestres, ora para propor uma análise diferente, fruto de uma nova interpretação. Said Ali foi o autor que maior influência exerceu sobre ele.

As construções do português também não deixaram de ser explicadas por Kury em seus valores expressivos. Com boa leitura literária, o enfoque estilístico foi um campo de estudo também presente em suas análises, como atesta a sua tese de livre-docência, além de um ou outro artigo.

Na série didática que publicou, **Meu Livro de Português** (1971-1972), em 4 volumes, o último em coautoria com Ayla Pereira de Melo, Kury, com base nos textos selecionados, faz várias observações de ordem estilística, não se limitando, assim, aos comentários estritamente gramaticais. Cada volume apresenta, ao final, “Leituras complementares”, com textos de autores de épocas, temas e estilos diversos. Sua nítida intenção era valorizar o ensino centrado no texto. A propósito da sua sensibilidade textual, recordo-me, quando aluno da Faculdade Nacional de Filosofia, de ele, no curso de Literatura Portuguesa, ter ministrado uma aula sobre o conhecido soneto camoniano “Alma minha gentil que te partiste”, revelando, desde sua expressiva leitura oral, toda sua apurada apreensão estético-linguística.

A ortografia mereceu dele mais de uma obra, reveladoras de sua sempre apreciável capacidade sistematizadora. Antes do Acordo, sempre que me assaltava uma dúvida acerca do emprego do hífen, recorria ao capítulo que escreveu em livro (**Ortografia, pontuação, crase**), acolhido pelo MEC(1982), sobre o seu uso: “Estas poucas regras que aqui formulamos, baseadas nas “Instruções” e no VOLP, constituem uma tentativa de orientar o consulente no labirinto oficial do hífen”(p.40). Este capítulo é iniciado por uma crítica a respeito das omissões e contradições propostas no Vocabulário Ortográfico. Apesar do “labirinto oficial”, Kury alcança uma sistematização de muita valia para os que têm de percorrer os meandros do hífen.

Um outro campo de pesquisa trilhado por Kury foi o da crítica textual, para tanto, muito contribuiu o seu trabalho na Fundação Casa de Rui Barbosa, onde veio a ser, a partir de 1976, chefe do Setor de Filologia. Foi o responsável por várias edições críticas, como as de obras de Cruz e Sousa, Gonzaga Duque, Rui Barbosa, entre outras.

Mas, foi mesmo no campo gramatical que a produção de Adriano da Gama Kury se tornaria mais conhecida, proporcionadora de firmar seu nome entre os mais conceituados estudiosos do Português de sua época. É autor de gramáticas, com destaque para a **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil** (1972), destinada ao ensino médio, com o pioneirismo, para uma obra sobre gramática, de, já no título, falar em “português do Brasil”. Com sua feição didática, escreveu obra realmente útil sobretudo para os professores do idioma.

Foram, no entanto, os três livros iniciais de Kury, publicados em três anos sucessivos (1959-1960-1961), os que certamente mais projetaram seu nome. O primeiro deles foi a **Pequena Gramática**, com o subtítulo “Para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical”, trabalho pioneiro, que se propunha explicar, termo por termo, a NGB, com conceituações precisas e

exemplificações adequadas. Kury não deixa de proceder a uma leitura crítica da nova nomenclatura, em suas omissões e imprecisões, mantendo-se, porém, sempre fiel à orientação geral dos que elaboraram o texto, que passaria a ser “recomendado” pelo MEC ao ensino da língua. Interessante registrar que, no ano de 1960, é editada a **Gramática Resumida**, de Irmão Arnulfo (Celso Pedro Luft), de concepção, feitura, orientação, método e bibliografia basicamente idênticos, como reconhece o próprio Irmão Arnulfo, na **Explicação** de sua obra, tendo ele já se valido da leitura do trabalho congênera de Kury, pois estava ainda na ultimização dos originais de sua futura publicação. Chegou a consultar Kury para dele obter uma palavra de compreensão para o problema surgido. Belo exemplo de ética entre os dois estudiosos.

Pequena Gramática tem méritos inegáveis. Na verdade, Kury, por declarada influência de Mattoso Câmara, traz ao texto de sua obra, ao comentar alguns termos da NGB, a orientação estruturalista. São recorrentes as remissões ao DFG, ou seja, ao **Dicionário de Fatos Gramaticais**, então recém-publicado, em 1956.

Na parte destinada à Fonética, Kury abre um expressivo item para tratar da Fonologia, ou Fonêmica, palavras não constantes do texto oficial da Nomenclatura. Mas, como o termo “fonema” ocorre, Kury percebeu bem a necessidade de tratar da Fonologia, distinguindo-a da Fonética. Através de quatro exemplos bem escolhidos, procura firmar, com clareza, o conceito de fonema, ao lado de suas variantes de realização, ou alofones, na esteira de Mattoso Câmara. Primeira obra de feição didática, entre nós, a tratar de tal conceito linguístico, com a metalinguagem correspondente.

Na parte em que focaliza a Morfologia, adota também conceitos estruturalistas: refere-se a “morfoses”, como unidades significativas, em lugar de morfemas, termo mais empregado; vale-se das noções de “desinência zero” e “desinência sincrética”; também trabalha com a variação mórfica (“variantes” do elemento mórfico), embora não se utilize do termo alomorfe. Ao focalizar a classificação das palavras, registre-se que, no tocante aos verbos, fala em “aspectos” (termo ausente na NGB), noção importante para caracterizar, além da distinção entre perfeito/ imperfeito, o momento do processo verbal em muitas locuções, como em “Pus-me a pensar”, “Vivo a sonhar”, “Ando estudando”, “Acabei de acordar”. Reportando-se ao ensaio de Mattoso Câmara, **Uma forma verbal portuguesa** (1956), Kury dá exemplos de matizes modais que as formas de futuro podem, em certos contextos, apresentar (“Haverá paz no túmulo?”, “Haveria paz no túmulo?”). Na enumeração das conjunções subordinativas, inclui as modais, não presentes na Nomenclatura (“Em casa estudo à vontade, sem que me incomodem”).

Por fim, em relação à Sintaxe, tece, à maneira mesmo de uma pequena gramática, considerações sobre o que cada termo da NGB propiciava. Assim, acerca do tópico “concordância”, fala nos recursos empregados por uma concordância estilística. O mesmo procedimento adota no tocante à regência e colocação. Ao tratar da análise sintática, estranha, no texto da NGB, a omissão do termo bitransitivo; esboça uma classificação para o aposto; inclui entre as orações adverbiais as modais e locativas (“Para ir onde ela mora/ São caminhos e caminhos”, como exemplo destas últimas); entre as substantivas, acrescenta as que exercem a função de agente da passiva (“Este trabalho foi feito por quem entendia do riscado”); insiste em que se fale em orações “justapostas”, ao lado das desenvolvidas e reduzidas, com o sentido de “sem conetivo”, opondo-se à “conexa” (“Emudeci, tão apavorado me achava”, “Não sei onde ele está”, “Desprezo quem mente”); fala em orações “correlatas “ em períodos como “Trabalha como um mouro”, “Quanto mais estuda ,tanto mais aprende”, não considerando, no entanto, a correlação, e também a justaposição, como processos sintáticos autônomos, alocando as orações correlatas entre as coordenadas e as subordinadas (“Tanto estudo, quanto trabalho” e “Trabalha mais do que estuda”).

Em suma, **Pequena Gramática**, pelos seus méritos doutrinários e didáticos, tornou-se uma obra que alcançou grande receptividade entre os estudiosos da língua, muito contribuindo para tornar seu autor um nome conhecido no campo do estudo e do ensino de Português.

No ano seguinte, em 1960, Kury lança o seu **Português Básico**, de início, para os candidatos ao então Exame de Admissão ao antigo ginásio. Outra obra do autor que conheceu muitas edições. Na 15.^a, de 1980, com a extinção do Exame de Admissão, desde 1971, aparece modificado e levemente aumentado, “mas conservando a estrutura primitiva”: uma gramática elementar, iniciada por “Noções elementares de sintaxe”. Todas as partes são contempladas com exercícios. Estes não se limitam aos classificatórios; alguns deles propõem prática da linguagem: encontrar sujeito para verbos ocorrentes em oração, encontrar adjetivos para substantivos contextualizados em uma oração, acrescentar um ou mais adjuntos adverbiais a certas orações... Segue-se uma antologia com os textos anotados, além de muito deles apresentarem, no início ou no final, um comentário de ordem geral, sobre o tema ou sua forma de composição. Na seleção, não houve a preocupação com o renome do autor, mas que prevalecesse sempre a qualidade literária deles. Encerram a obra um pequeno dicionário, de 11 páginas, para levar os alunos a consultas frequentes, e um apêndice sobre os variáveis usos de algumas palavras da língua, como os de um **como, mesmo, quanto, tal**.

Em 1961, Kury lança, também com grande receptividade, as suas **Lições de Análise Sintática** (teoria e prática), em que adota o texto da NGB, de que por vezes se afasta por "convicção doutrinária" ou "por necessidade mesma da exposição". A base de sua exemplificação, esclarece, está nos autores contemporâneos ou do século XIX. Chega a se valer também de frases dele, o que já representa uma inovação em relação aos manuais de análise até então elaborados entre nós. Tentemos destacar os pontos mais significativos desta obra no trajeto do estudo e do ensino da análise sintática entre nós.

Por influência, já ressaltada, de Mattoso Câmara sobre seu pensamento linguístico, Kury enfatiza que "a análise sintática é estrutural, não histórica", "Que importa, para a análise da estrutura da frase, que umas remontem ao latim, e outras tenham formação românica?" (p. 93, pela 2.^a edição, de 1963).

No tocante às funções sintáticas, ressaltemos: comenta a confusão muitas vezes feita entre os conceitos de sujeito "indeterminado" e "indefinido", numa análise antes lógica do que sintática (assim, ao dizermos "Alguém bateu à porta", o sujeito é determinado, embora indefinido, como o sujeito "desconhecido" na oração "Um desconhecido bateu à porta"); situa-se ao lado de Secheyay na ampliação do conceito de verbo transitivo (p.26): "**pertencer a**, que pede complemento que designa o possuidor, **ir a**, que pede uma indicação de lugar, serão igualmente transitivos."; no estudo dos termos acessórios da oração, condensa, fundamentando, a análise do **lhe** como adjunto adnominal em "Beijou-lhes as mãos", pela sua equivalência a "Beijou as suas mãos" ou "Beijou as mãos dela", assinalando que esta equivalência de sentido não é perfeita e que nunca se deve analisar um equivalente (o caráter de complemento verbal é mórfica e fonicamente nítido: um pronome pessoal átono subordinado foneticamente a um verbo); arrola distintos tipos de aposto, focalizando até um que a maior parte dos autores não arrolam, utilizado por escritores modernos, como neste exemplo de Graciliano Ramos: "Mestre Gaudêncio **curandeiro** gingava" (p. 50); no caso do vocativo, faz notar que só raramente aparece como termo independente (como em "Meninos, eu vi"), segundo, em geral, se considera, mas, na maior parte das vezes, liga-se a uma segunda pessoa do discurso, representada por um pronome pessoal reto ou oblíquo, por um pronome possessivo ou demonstrativo ("**Morte**, onde está **tua** vitória?", onde **morte** se liga ao pronome de 2.^a pessoa **tua**.) (p.51)

No tocante ao estudo do período e das orações, destaquemos: na apresentação das orações subordinadas substantivas, faz a útil distinção, quanto à forma de apresentação, entre reduzidas, desenvolvidas conexas ("Peça-lhe que venha") e desenvolvidas sem conectivo ("Quem espera, alcança") e reconhece orações substantivas com função de agente da passiva, sempre

desenvolvidas sem conectivo (“É estimado de quantos o conhecem”). Já em relação às subordinadas adjetivas, distingue as relativas (“Cada qual tem o ar que Deus lhe deu” ou “Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha”) das justapostas, ou seja, sem conectivo, introduzidas por um pronome indefinido, sem antecedente (“Não vemos os defeitos de quem amamos”). As orações subordinadas adverbiais podem apresentar as seguintes formas de apresentação: desenvolvidas conexas (“A minha energia no estudo não diminuiu com os anos, como era de esperar”), desenvolvidas sem conjunção, puramente justapostas (“Há quanto tempo não o vejo”), ou desenvolvidas sem conetivo, introduzidas por um advérbio (“Onde me espetam, fico”) ou ainda reduzidas (“Fazia um calor de torrar os miolos”). Nestas distinções de forma das orações subordinadas, pode-se documentar a competência sistematizadora de Kury, com base no seu cuidadoso levantamento dos meios de expressão da língua.

Ainda quanto às subordinadas adverbiais, Kury inclui as locativas e as modais, não acolhidas pela NGB (“Para ir onde ela marca” e “Cavalguei sem dizer palavra”, respectivamente). Said Ali reconheceu as orações modais, mas apenas como reduzidas de gerúndio. Kury fornece expressivos exemplos de orações modais conectivas, como em “Cheguei-me a ele sem que me sentisse”.

Por fim, o manual de **Lições de Análise Sintática** apresenta, o que traduz a preocupação didática do seu autor, muitos modelos de análise sintática, quatro quadros sinópticos, e numerosos exercícios de aplicação. Este livro de Kury representou um marco inegável na progressão do estudo e do ensino da análise sintática entre nós. Além da sua proclamada capacidade de exposição didática e de sistematização, há de se reconhecer que vários de seus comentários revelam um estudioso atualizado com os estudos linguísticos desta sua época, nos inícios dos anos de 1960, e com os fatos da língua contemporânea, sem deixar de mostrar também a sua cuidadosa leitura dos principais autores do século XIX e das primeiras décadas do século passado, base documental, então, dos estudos gramaticais entre nós.

Adriano da Gama Kury nos deixou, a todos que cultivamos o conhecimento do português, uma produção bibliográfica séria, bem fundamentada, reveladora de um incansável pesquisador e de um professor sempre devotado ao ensino da língua portuguesa. Seu nome, certamente, ficará na historiografia que vem sendo escrita sobre os estudos linguísticos e filológicos desenvolvidos em nosso país.

LEMBRANÇAS DE UM AMIGO

ROSALVO DO VALLE (UFF E ABRAFIL)

Conheci Adriano da Gama Kury aí pelos idos de 1950, na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, quando ele iniciava o curso de Línguas Neolatinas, e eu, que concluíra o curso de Letras Clássicas em 1949, também iniciava minhas atividades docentes como auxiliar de ensino de Língua e Literatura Latina. O catedrático, o ilustre Professor Ernesto Faria, me incumbiu de comentar um canto da Eneida – um desafio ao recém-formado, que aprendera com seu mestre que o comentário de texto é “questão das mais delicadas e complexas e que exigem do professor, além de segurança e competência, muito tato e senso pedagógico”.

Sem mais comentários, registro com orgulho que foram meus alunos dessa turma de 1950 o nosso saudoso homenageado e o nosso confrade Walmírio Eronides de Macedo, que, ex-seminarista, soube, sem dificuldade, metrificar o hexâmetro da Eneida (II,3), *Infandum, regina, iubes renouare dolorem* (“Ordenas, rainha, que eu reviva a dor indizível [da destruição de Troia]).

Trabalhei na nossa querida Faculdade Nacional de Filosofia até 1952, um ano antes de o Kury concluir o curso; mas estreitamos uma amizade que em vários momentos nos aproximou ainda mais.

Em 1950/51, enquanto cursava regularmente a Universidade, Kury, para lecionar Latim no Colégio Franklin Delano Roosevelt (onde concluíra o curso clássico em 1948) teve de fazer o chamado Exame de Suficiência, como, aliás, ocorrera comigo. É claro que poderia preparar-se sozinho, mas, a ficar solitário, preferiu a companhia solidária de um amigo d'além-mar. E lá fomos nós, atravessar a Baía de Guanabara na gostosa sonolência da barca da Cantareira, para Niterói e S. Gonçalo, lá pra casa, onde passamos um carnaval estudando Latim! Kury deixou saudades naquela família simples, de poucos estudos, mas de coração cheio de afeto. E todos se lembravam sempre da familiaridade de seu convívio, incorporando-se sem cerimônia aos costumes da casa. Valeu a pena perder um carnaval e, como era de se esperar, ganhar uma aprovação que lhe assegurava o exercício pleno do magistério.

Porém, outro momento nos marcou mais, e ousou dizer que redefiniu a carreira docente de nossa geração. É que depois de muitos anos de nomeações arbitrárias, afinal, em 1955, foram abertos concursos públicos para o magistério oficial – uma esperança para os que na Faculdade aprendemos a crer no sistema do mérito: a então Prefeitura do Distrito Federal e a Escola Técnica Nacional (hoje CEFET) abriram concursos.

Kury se inscreveu em Português em ambos. Como não era possível acumular no mesmo edital, eu me inscrevi em Latim no Concurso da Prefeitura e em Português no da Escola Técnica Nacional. Se aprovados, garantiríamos a acumulação de cargos e a remuneração condigna. Afinal, aprendemos no curso de Letras a lição dos romanos: *Primum uiuere, philosophari deinde* (“Primeiro viver, depois filosofar”).

Num texto de lembranças como este cabe um parêntese sobre o concurso para a Escola Técnica Nacional. No dia da prova escrita, marcada para as catorze horas, Kury nos telefonou cedo, perguntando-nos se poderia ir lá para casa, agora em Vila Isabel, para conversarmos sobre o concurso: prováveis temas de redação, assuntos das questões gramaticais...

Enfim, almoçamos, cervejamos (uma estranha, inexplicável euforia! ...) e lá fomos nós para uma prova escrita de quatro horas. Lembro-me (e quanto!) que entre os candidatos estavam alguns que a amizade ou a saudade não deixam esquecer: Evanildo Bechara, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, José Gualda Dantas... Kury, precavido, levou uma enorme garrafa térmica de café – um santo remédio para a minha quase incontrolável sonolência!

Terminado o concurso (prova escrita, prova de títulos e duas aulas), eis o resultado salvador: Paulo Lantelme, eu e Bechara ocupamos as três vagas. Kury, classificado pouco abaixo, foi também chamado, para a vaga aberta com a aposentadoria de um professor.

Ficamos os três – eu, Bechara e Kury, que por motivos de saúde (o seu conhecido problema auditivo) se aposentou em 1964.

Creio que para nós três foi enriquecedora a docência numa escola industrial, de objetivos profissionalizantes, em que, porém, a

Cultura Geral era tão prestigiada quanto a excelente Cultura Técnica. Em Português, adotava-se, em princípio, o bem elaborado compêndio de nosso pranteado e justamente admirado Professor Jesus Belo Galvão, Leituras Brasileiras, deixando-se ao professor a liberdade de orientação doutrinária.

Por essa época os manuais de língua portuguesa já revelavam a influência das novas ideias da linguística moderna, entre nós veiculadas, sobretudo pelo Professor Joaquim Mattoso Câmara Jr. E é uma feliz e gratíssima coincidência que justamente em 1956, ano de nossa nomeação, tenha sido publicado pela Casa de Rui Barbosa o Dicionário de Fatos Gramaticais – obra que marcou, às vezes fundamente, alguns bons trabalhos de nossa literatura linguística. Para não fugir dos objetivos do meu texto, lembro a Pequena Gramática para a explicação da Nova Nomenclatura Gramatical, de Adriano da Gama Kury, como também me lembro de sua elaboração e de nossa frequente troca de ideias na Escola Técnica Nacional. No prefácio da edição de 1959, diz Kury, textualmente:

“Não podemos, porém, deixar de destacar, entre os autores de que nos valem, o Prof. Mattoso Câmara Jr., cujas obras e cujas aulas nos transmitiram tanto que nunca lhe poderemos agradecer suficientemente.”

Não posso fechar este item sem outra referência, obrigatória, de nosso convívio na Escola Técnica Nacional desde 1956 (um marco na cronologia de minha vida docente) e da influência de Mattoso Câmara em nossa formação: a Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara, de 1961, obra em que pretende “levar ao magistério brasileiro, num compêndio escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançavam no estrangeiro e em nosso país.” Mas, como costumava dizer Mestre Mattoso Câmara, “Isto é uma outra história”.

Quanto ao concurso da Prefeitura do Distrito Federal, “depois de procelosa tempestade” contra os concursados, fomos, afinal, em abril de 1956, nomeados pelo Prefeito Francisco de Sá Lessa. Designados para a extensa rede escolar, lá fomos nós: eu, o nosso sempre lembrado Leodegário e Carly Silva, para o Colégio Daltro Santos, em Bangu;

Evanildo Bechara, para o Méier; e Kury para o Colégio Municipal Barão do Rio Branco, em Santa Cruz, pouco desejado pela distância – a última estação dos trens da Central, naquele tempo a condução mais cômoda.

Mas trabalhar em Santa Cruz tinha suas compensações. Muitos colegas achavam gratificante a acolhida e o rendimento dos alunos.

Realmente, distância não é tudo. O nosso Kury, mais do que o reconhecimento de seu trabalho docente (era um excelente didata!) encontrou em Santa Cruz a mulher com quem se casou em 1961 – sua ex-aluna Wilna Brilhante de Albuquerque – com quem viveu feliz até “ficar encantado”, no dia dois de agosto de 2012.

Depois de 1964, distanciamos-nos pelas circunstâncias que a vida nos impõe. Eu, ancorado na hoje Universidade Federal Fluminense; ele, viajando - lecionou na Bahia, em Brasília, em São Paulo, fez palestra em Barcelona (em catalão!) até fixar-se no Rio de Janeiro e também ancorar na Casa de Rui Barbosa, onde exerceu – com todos os merecimentos – a função de chefe do Setor de Filologia do Centro de Pesquisa.

Neste entretanto voltamos a nos encontrar, como num curso da sempre lembrada e louvada CADES, em Friburgo: e – *mirabile dictu!* – em 1967 no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra de 30 de abril a 06 de maio. Ele como representante da Universidade de Brasília; eu, da Universidade Federal Fluminense. Dividimos sempre o apartamento, em Lisboa e em Coimbra. Um dia, mais decidido e menos “ortodoxo” do que eu, ele decidiu ir ao Porto. Era inconcebível não aproveitar a estada em Coimbra e não conhecer o Porto. Sabendo de meu interesse pela história da língua e pelas raízes de Portugal (a visita a Conimbriga me deixou profundamente emocionado), trouxe-me de presente, com dedicatória em bom latim, uma preciosa “notícia descritiva para servir de guia ao visitante”, intitulada Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso, ou simplesmente Citânia e Briteiros, um volumezinho rico de informações históricas e linguísticas sobre aquelas regiões a noroeste de Guimarães, província do Minho, onde, afinal, nasceu o português.

Diz o autor, Mário Cardoso: “A Citânia é constituída pelas ruínas de um grande povoado primitivo, fortificado, um *oppidum*, pertencente

ao tipo geral dos chamados castros do Noroeste da Península Hispânica”. Os latinistas conhecem *castra, -orum* (acampamento, lugar fortificado) e *oppidum, -i* (cidade fortificada, fortaleza). Lembro que o Dicionário Houaiss registra CASTRO: 1. “campo ou fortificação de origem pré-romana e do tempo da ocupação romana”; “castelo antigo”; “povoação antiga fortificada”.

Com esta nota erudita – e um tanto pedante num texto que eu desejaria pouco formal – quero dizer que a viagem de Kury ao Porto foi motivada; não foi mero passeio turístico. Ele conhecia a história da língua.

Em 1971, depois de tantas andanças, voltou ao Rio de Janeiro e aqui ficou definitivamente – a meu ver, sábia decisão, que não o impediu de exercer o magistério superior (era professor por vocação) e, sobretudo, permitiu-lhe dedicar-se à pesquisa no remanso do Setor de Filologia do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa – remanso que lhe deu condições de explorar com tranquilidade o riquíssimo acervo do Setor de Filologia, que chefiou por trinta e seis anos. Nesse longo período produziu muito e conquistou a amizade e o reconhecimento de todos quantos trabalharam com ele, ou aprenderam com ele a ler textos com o objetivo de dar-lhes edições fidedignas – enfim aprenderam com ele Crítica Textual, que como disciplina curricular foi introduzida no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense pelo nosso confrade Maximiano de Carvalho e Silva, também Ex-Diretor do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A Miscelânea – linda publicação que a Casa de Rui Barbosa editou em homenagem aos 80 anos de Kury, em 2005, na “Cronologia da obra”, relaciona edições críticas e outros textos decorrentes daquelas atividades de pesquisa. E mais: traz depoimentos comoventes do convívio amigo no Setor de Filologia, confirmados de viva voz na homenagem póstuma que a Casa de Rui Barbosa prestou ao Kury em trinta de agosto. Saí de lá pensando na excelência do convívio fraterno, que não é incompatível com a produção científica.

Em 1972 os que lecionamos no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense tivemos-lo como colega num curso de Estilística da Língua Portuguesa, curso que motivou sua tese de

livre docência A Oralidade Transfigurada – Aspectos Estético-Formais da Prosa de Graciliano Ramos, em 1974. Aliás, Kury era um leitor e anotador assíduo de Graciliano Ramos, um de seus autores preferidos, sobre quem escreveu outros textos e de quem transcreveu muitos exemplos em seus trabalhos gramaticais.

Não posso concluir sem voltar à Entrevista da Miscelânea – 80 anos de Adriano da Gama Kury e transcrever duas pequenas respostas de sua filha Lorelai – textos que não precisam de explicações – sobre a intensa atividade intelectual do Kury e sobre a inextinguível dedicação da Wilna:

“Eu acho que uma das coisas que mais me impressionam, até hoje, é a capacidade que ele tem de trabalhar. Papai faz aquele trabalhinho de formiga, que é trabalho cotidiano e contínuo. Porque muitas vezes as pessoas têm uma imagem do intelectual, são aquelas pessoas que brilham... (emocionada)”.

“Eu acho o seguinte: papai sem a mamãe não seria o mesmo. Mamãe funcionou durante vários anos e funciona até hoje, primeiro, como uma espécie de alegria da casa e, segundo, como os ouvidos do papai. Ela sempre foi os ouvidos do papai. Ela ajudou muito ele, em vários momentos da carreira, e continua ajudando. Então eu acho que sem mamãe, papai não seria o mesmo.”.

**ADRIANO DA GAMA KURY – UM MESTRE
INESQUECÍVEL
MANOEL P. RIBEIRO (UERJ, UNISUAM E ABRAFIL)**

O professor Adriano da Gama Kury ocupava a cadeira 20, cujo patrono é Sílvio Romero, que contou apenas com mais um acadêmico: Néelson Romero. Trata-se de uma cadeira muito especial. Somente algumas cadeiras mantêm apenas dois acadêmicos, como a de número nove, ocupada pelo ilustre colega Walmírio Macedo; a de número 11, com a mestra Marina Machado Rodrigues; a número 16 de nosso Presidente de honra EVANILDO BECHARA.

Neste sucinto depoimento, é importante realçar um texto que se encontra em dois livros do professor KURY: o Hino Nacional Brasileiro. Em **Meu livro de Português** e no **Português Básico**, encontra-se uma rica descrição de cada estrofe. Ressalte-se que raros livros produziram uma análise adequada do complexo texto.

O autor alerta para as dificuldades de entendimento, principalmente as inversões, em certos casos violentas, no dizer do professor, além do uso de palavras raras, desconhecidas da linguagem usual. Cita exemplos como: *Florão da América* – ou seja, a mais preciosa joia do Novo Mundo./ *Deitado eternamente em berço esplêndido* – O Brasil possui riquezas inesgotáveis, no dizer do poeta. O Prof. Kury estuda, ainda, as inversões: *Ouviram do Ipiranga as margens plácidas / De um povo heroico o brado retumbante*: As margens plácidas do Ipiranga ouviram o brado retumbante de um povo heroico.

Em suma, é uma análise que demonstra a preocupação patriótica e didática com o perfeito entendimento de um dos símbolos de nosso país.

Há pouco, uma ex-aluna da UERJ me revelou, por escrito, a grande sensação que teve ao estudar o texto do Hino Nacional em nossa sala de aula. Utilizamos, em nosso livro, essa análise do Mestre Adriano, acrescentando alguns dados históricos.

Os livros **Lições de Análise Sintática** e **Novas Lições de Análise Sintática** são dois primorosos exemplos de conhecimento pleno de nossas estruturas frasais.

Neste ponto, cabe lembrar o abandono em que se encontra esse estudo no país, com o trabalho apenas de análise semântica de textos, baseado muitas vezes em interpretações inadequadas. Todos sabemos da importância do estudo dos variados tipos de texto para o enriquecimento cultural do educando. Mas, infelizmente, nas escolas, uma considerável parte dos professores não domina a sintaxe culta do português, motivo principal de não se ensinar esse item

básico do ensino de qualquer língua.

Em virtude do desconhecimento de análise sintática, vemos exemplos como em um texto de *O Globo*, de 25.9.2012, no primeiro caderno, pág. 7, na coluna Opinião, sob o título de “DESCABIDO”. O colunista se queixa da censura à imprensa e afirma:

Não é a primeira vez que essa justiça (a eleitoral) tenta estender à mídia impressa normas impostas a rádios e TVs na cobertura de eleições, sob a alegação de que se tratam de veículos que atuam sob concessão pública.

Num artigo da *Tribuna da Imprensa*, publicado em 07 de junho de 2000, lê-se: “*Estão sendo distribuídas* em algumas escolas dos EUA um livro didático sui generis em que o mapa do Brasil é dividido em duas partes”.

Inacreditavelmente, o autor fez a concordância com o adjunto adverbial “em algumas escolas dos EUA”.

Creio que devemos indicar livros como os do Prof. Kury, a fim de que não ocorram desastres sintáticos como esses que discutimos.

Esse texto estava sendo estudado numa universidade. Ao chegar, estranhei que nenhum dos presentes havia observado o desvio de concordância. Enfim, esses exemplos provam o abandono em que se encontra o sério estudo de língua portuguesa.

Em seu livro *Lições de Análise Sintática*, O Prof. Kury, de início, explica a finalidade da análise sintática.

A análise sintática serve para tornar “claras e racionalmente perceptíveis as relações entre os membros da frase (sua concordância, sua regência, sua colocação); serve, mais, como elemento de verificação da boa construção de uma frase: a análise lhe revelará o ponto fraco, a estrutura mal urdida; permite, ainda, racionalizar a pontuação”.

(KURY, Adriano da Gama. *Lições de análise sintática*. 1985: 13).

A preocupação com a ortografia foi outro ponto positivo de nosso acadêmico. Observe-se a crítica ao acordo de 1943, no que se refere ao emprego do hífen, em seu livro *Ortografia? Pontuação? Crase?* (1992), Diz o Mestre:

“Que critério (ou descritério) terá presidido a elaboração das regras? Como distinguir “locução” e “composição” ou “aglutinação”? Que se considera, no Pequeno Vocabulário, ‘unidade semântica’ ou ‘todo semântico?’”

Infelizmente, apesar do intenso e meritório trabalho da Academia Brasileira de Letras, o mesmo descritório ocorre em vários pontos do novo acordo. Além disso, houve omissões de normas, além de regras que poderiam simplificar a tarefa de grafar palavras em nossa língua.

Lembro-me de um evento no Liceu Literário Português, em 1995, em que numa mesa-redonda de que participei com os mestres Evanildo Bechara, Sílvio Elia e Adriano da Gama Kury, houve uma série de perguntas ao representante português. O professor Kury indagou como se dizia ideia e assembleia em Portugal. A resposta foi “idéia” e “assembléia”. O Mestre retrucou: - Então, por que mudou? Nenhuma resposta obtivemos. Levei duas páginas de exemplos de dificuldades, principalmente no emprego do hífen.

Em nosso trabalho em sala de aula, varias obras do Mestre Kury foram intensamente utilizadas e indicadas aos alunos. Em dezenas de provas utilizamos textos de seus livros.

Ainda temos lembrança de suas aulas num curso de revisão gramatical na cidade de Caxias, sempre às quintas-feiras.

Finalmente, lembramos a preocupação do Mestre Adriano com a norma culta, principalmente no livro ***Para falar e escrever melhor o Português***, com a observação: *Temas da língua portuguesa tratados com clareza, simplicidade e bom humor*:

Nessa obra, o autor apresenta um capítulo com o título de ***O machismo na linguagem e na concordância nominal***. De início, ele afirma:

O preconceito de que a mulher é naturalmente dependente do homem (e inferior a ele) tem sua origem, sem dúvida, no episódio bíblico que narra ter sido uma costela de Adão a matéria-prima de que Deus criou Eva.

Nesse trabalho, o professor Kury lembra diversos casos em que predomina o machismo gramatical, principalmente na concordância nominal.

Essa dominação do homem sobre a mulher foi o tema de nossa tese de doutorado na UFF, sob a orientação do professor Ricardo Cavaliere. Tenho certeza de que o mestre Kury gostaria de ler o trabalho que trata das ***Formações discursivas sobre a mulher na música popular brasileira, de 1930 a 1945***.

Reproduzimos palavras do Prof. Kury em defesa de um texto publicado pela UNESCO que preceitua: Vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares.

E acrescenta o nosso prezado Mestre:

Na luta contra estereótipos arbitrários, baseados na discriminação contra o sexo feminino, são de louvar tais recomendações, em que os editores desejam “mostrar o papel que o vocabulário desempenhou no reforço da desigualdade entre os sexos, e sugerir os meios de apresentar os dois sexos de maneira mais justa possível”.

Podemos, enfim, afirmar que, com seu extraordinário trabalho, conquistou o respeito do público e de seus colegas. Seu nome está, portanto, inscrito entre os grandes nomes no estudo de nossa língua.

AMIGO KURY

WALMÍRIO MACEDO (UFF, LICEU LITERÁRIO E ABRAFIL)

Neste momento de saudade não devo falar do excepcional gramático, do filólogo arguto ou do linguista admirável. Quero falar da pessoa que a vida generosa colocou no meu caminho.

O meu primeiro contato foi na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 1950. Eu cursava o primeiro ano de Letras Clássicas, e o Kury, o de Neolatinas. As duas turmas se juntavam para aula de Língua Portuguesa. Kury, um pouco mais velho que a maioria da turma, chamava atenção não apenas por isso. Já era professor, pois tirara a respectivo registro para lecionar pelo MEC. Estava ali para homologar e solidificar sua formação e ter o diploma que lhe abriria as portas para muitas caminhadas. O que chamava atenção era que não se tratava de um simples aluno.

Sua participação na aula demonstrava a sua diferença. Logo me aproximei e me tornei seu amigo. O carinho e a atenção que Sousa da Silveira, o mestre dos mestres, lhe dedicava mostrava que ali não estava um simples aluno.

A vida nos levou a caminhos distintos, mas não nos negou a oportunidade do reencontro. Foi na UFF onde trabalhamos unissonamente. Incumbiram-nos de dar aulas nas duas turmas de primeiro período, recém-entrados na universidade, onde ministrávamos sintaxe na tarefa de abrir caminhos para os períodos seguintes. Disse unissonamente, porque, ministrando uma disciplina em que há tantas possibilidades de discordância e conflitos de posições, pudemos andar nesta vereda, sem combinar, com grau máximo de sincronia e adequação. Os próprios alunos das duas turmas comparavam e se espantavam com a nossa identidade linguística. Na verdade, tivemos as mesmas fontes, as mesmas origens.

Algum tempo depois, assumindo a Chefia do Departamento de Linguística e Filologia, da Universidade Santa Ursula, convidei Kury para a cadeira de Filologia Românica, vaga com a saída do professor Fernando Barata, para ser Secretário de Educação. Na Santa Úrsula, Kury ficou muitos anos.

No seu trabalho na Santa Úrsula deixou a marca do seu saber das línguas românicas das quais era conhecedor. Conhecia o catalão como poucos. O que mais admirava no Kury era a sua simplicidade, a humildade dos sábios.

Pude verificar sua competência ao longo de nossas vidas. Tive a honra, por certo imerecida, de examiná-lo no seu concurso de doutorado e livre-docência na Universidade Federal Fluminense. Uma memorável tese. Admirei sempre seu senso de justiça fazendo valer em concurso que examinou, dando valor ao maior mérito de quem tivesse.

Por tudo isso, parafraseando o escritor, digo que a Kuri admira-se e ama-se.

ADRIANO DA GAMA KURY, EXPOENTE DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS

RICARDO CAVALIERE (UFF E ABRAFIL)

Este ano de 2012 trouxe-nos a dolorosa perda de Adriano da Gama Kury, nome dos mais respeitados nos estudos filológicos brasileiros contemporâneos. A presença de Gama Kury no cenário da gramaticografia e do ensino do português é daquelas que não se limitam a compor a vizinhança circundante, senão a área mais destacada do palco acadêmico em que tantos outros grandes nomes fizeram carreira. De minha parte, o nome de Adriano da Gama Kury faz lembrar fatos específicos da atividade didática e da pesquisa linguística, dada sua personalidade ímpar e a peculiaridade de sua obra. A gramaticografia do português, no Brasil, sofreu grande mudança a partir de 1959, quando, por iniciativa governamental, publica-se a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). O desvio de rumos se observa, basicamente, na metalinguagem gramatical, agora mais simplificada e unificada, fruto do consenso acerca da necessidade que a boa didática do português reclamava acerca da convergência de teoria e método no ensino básico.

Evidente que as estradas que conduziram à nova Nomenclatura não eram retas e bem calçadas, já que inúmeros entraves de caráter acadêmico dificultavam o denominador comum. Essa dificuldade reflete-se, por exemplo, numa obra como *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira* (Jucá Filho, 1958), em que um dos membros da comissão expressa publicamente sua dissensão e, numa certa medida, revela a impossibilidade de que se chegue a porto seguro.

De qualquer forma, a Nomenclatura veio para ficar, e efetivamente aí está até hoje, com suas mazelas e acertos, responsável pela difusão de uma metalinguagem gramatical que habita a mente de várias gerações de brasileiros. Se de uma lado revela-se inadequada e até mesmo anacrônica em sua gênese – basta verificarmos conceitos como o de “vogal reduzida” e “período composto por subordinação” –, a Nomenclatura, por outro lado, dá conta razoavelmente da terminologia gramatical que se deve usar no ensino básico sem provocar grandes danos às convicções teoréticas mais radicais.

Um dos filólogos brasileiros que demonstraram mais afeição à Nomenclatura, embora não tenha sido membro da comissão que a elaborou, foi exatamente Adriano da Gama Kury. Percebe-se o fato não só pela adesão natural que nosso grande filólogo conferiu à nova terminologia, como também sua própria difusão e explicação no meio docente, fato que revela preocupação

com o sucesso da Nomenclatura entre os professores de português, o que, por sinal, se revelava fundamental para que fosse efetivamente utilizada na didática da língua materna.

O texto de Gama Kury que melhor expressa essa preocupação intitula-se *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical* (1970), em cujas páginas Gama Kury se ocupa de tirar as dúvidas que normalmente suscitavam várias das propostas taxionômicas da Nomenclatura de 1959. Por sinal, talvez seja essa uma das críticas que se possam fazer com maior justeza ao trabalho da Comissão encarregada de elaborar os parâmetros terminológicos em tela, visto que, a rigor, um rol de termos metalinguísticos não deveria ocupar-se de questões taxionômicas, tais como a de classificar orações ou fonemas, visto que semelhante tarefa se inscreve no campo da descrição gramatical.

Decerto que o escopo pedagógico e unificador da NGB tornou-a bem mais que uma nomenclatura gramatical, de tal sorte que a maioria dos professores de língua vernácula, não obstante cientes desse aspecto peculiar, optou por acatá-la sem grandes reservas, fato que se pode também atribuir à tarefa dos gramáticos que publicaram seus trabalhos nos anos seguintes ao da divulgação da nova ordem terminológica. Assim, Adriano da Gama Kury, com seu *Pequena gramática*, contribui para que o propósito unificador e simplificador da terminologia técnico-gramatical se consolide nas salas de aula, o que efetivamente ocorreu ao longo de algumas décadas, até que novos ares da pesquisa linguística viessem impor necessária mudança de rumos no ensino do português.

Um outro texto de Gama Kury, este de maior fôlego e rigor científico, constitui hoje obra de referência para quem se ocupa da análise sintática do português nos moldes da tradição gramatical. Trata-se do trabalho *Lições de análise sintática, teoria e prática* (1961), em que nosso mestre desfila pelos problemas mais agudos da sintaxe portuguesa com a vantagem de propor análise própria para 67 períodos, em exemplário que percorre os principais problemas que a sintaxe portuguesa oferece ao professor. O texto, por sinal, sem descurar da feição descritiva, mantém o pendor pedagógico típico da personalidade de Gama Kury, que se expressa em rica proposta de exercícios nas páginas finais.

Não obstante siga os parâmetros da nova Nomenclatura também nesse trabalho, Gama Kury não hesita em apontar alguns de seus percalços, tais como a ausência do termo *núcleo* na área da sintaxe, efetivamente fundamental para que se possa distinguir o cerne do sintagma dos elementos periféricos. Por outro lado, algumas idiosincrasias referentes à interpretação sintática de

estruturas controversas se podem encontrar nesse precioso estudo de Gama Kury, tais como a atribuição da função de sujeito ao advérbio substantivado em fases como *Amanhã é feriado nacional*. Nessa construção, Kury vislumbra um advérbio que, tirante sua vocação semântica de expressão temporal, ocupa o *locus* sintático típico do argumento externo, ligado ao predicador verbal.

Diga-se, por sinal, que não são poucas as visões idiossincráticas de Kury no tocante a certas construções que, de certo modo, gozam de análise pacífica nas páginas de outros sintaticistas. A frase *Devagar se vai ao longe*, por exemplo, em que se atribui ao *se* papel de indeterminador do sujeito, na visão de Kury constitui uma oração sem sujeito já que “se tem em mente apenas o predicado, não se atribuindo o processo verbal a nenhum ser” (1961:21). A ausência de um sintagma agentivo na estrutura da oração é decisiva, segundo Kury, para que não se possa falar em ocorrência de sujeito.

Por outro lado, nosso filólogo, ao analisar a oração *A Pedro chamou-lhe Cristo ‘CEPHAS’, pedra*” (1961:23), cinge-se ao papel sintático do *lhe* em face do termo que *lhe* serve de referente na relação anafórica, razão por que exerce a função de objeto direto preposicionado. Escudado em estudos diacrônicos da lavra de um Sousa da Silveira e de um Epifânio da Silva Dias, Gama Kury nos faz lembrar que no português antigo é comum encontrar-se o *lhe* em função de objeto direto, sobretudo como complemento de *chamar*.

Ressentindo-se da ausência da voz medial no corpo da nova nomenclatura (que reduziu as várias modalidades mediais à voz reflexiva), Gama Kury nos oferece exemplos decisivos de voz medial dinâmica (*Afastei-me do fogo, Ele ria-se à toa, foi-se embora*) e de voz medial pronominal (*queixas-te sem razão, orgulhar-se de, atrever-se a*), casos em que boa parte da doutrina atribui ao pronome um papel intrínseco ao lexema verbal, dada a impossibilidade de seu apagamento.

Em contrapartida, em orações como *Pigarreava-se grosso por toda a parte* (1961:30) Kury diagnostica uma voz passiva pronominal impessoal em que o verbo intransitivo assume forma de voz passiva não para exprimir passividade, senão impessoalidade, uma herança de construções latinas como *Sic itur ad astra*, em que o verbo *ire* assume forma de voz passiva idêntica, sob o prisma morfológico, à dos verbos transitivos diretos, para expressar a noção de impessoalidade.

Enfim, verifica-se na obra desse exponencial filólogo o talento dos que tinham especial vocação para o tratamento das questões linguísticas, com a adicional qualificação pedagógica já aqui referida. A base de descrição da norma padrão em Kury, como não poderia deixar de ser, apoia-se na língua literária contemporânea, fato que não lhe venda os olhos para as variáveis

normativas que a língua expressa na boca do falante em seus vários registros. Pelo contrário, é pela aguçada percepção do fato linguístico que Adriano da Gama Kury revela fazer do estudo da língua portuguesa um instrumento de inestimável valor para a formação intelectual do indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JUCÁ (FILHO), Cândido. *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1958.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro, Agir, 1959.

KURY, Adriano da Gama. *Lições de análise sintática, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

ENSAIOS

A SINTAXE NOS ENSINAMENTOS DO PROFESSOR ADRIANO AMÓS COELHO DA SILVA (UERJ E ABRAFIL)

RESUMO

Aspectos gerais na Linguística sobre os estudos sintáticos. A Nomenclatura Gramatical Brasileira. Critérios de abordagem gramatical. Abonações didáticas, mas com autoridade científica.

Palavras-chave: função gramatical; NGB; fins da sintaxe.

1 - Introdução

Se consultarmos outras fontes sobre o histórico da pesquisa linguística em especialistas da sintaxe numa dada língua, encontraríamos, em relação à nossa citação a seguir com R. L. Trask, pouquíssimos avanços e muito de estagnação:

com Aristóteles, que foi o primeiro a dividir a sentença em sujeitos e predicados. Depois disso, o progresso foi lento e, em meados do século XIX, a sintaxe estava muito atrasada em relação à fonologia e à morfologia. (2004: SINTAXE)

In: Varron Grammairien Antique et Stylistique Latine, Jean Collart afirma que é preciso confessar, de saída, que a sintaxe não é a preocupação maior dos gramáticos latinos.¹ De tal modo o é, que Collart acata até mesmo uma observação de Suetônio sobre o sentido vago das investigações gramaticais no que tange à sintaxe: la maturation de la syntaxe y est particulièrement lente. (À PROPOS DES ÉTUDES SYNTAXIQUES CHEZ LES GRAMMAIRIEN LATINS, 1978: 204)

Foi preciso esperar até meados do século XIX para se obter algum avanço no campo sintático com a introdução, nos estudos linguísticos, das relações sintagmáticas - combinações de múltiplas unidades linguísticas em uma nova e superior na cadeia do discurso (*parole*) - de Ferdinand de Saussure (1857 - 1913), enriquecida por André Martinet (1908 - 1999) e a gramática

Il faut bien l'avouer tout de suite, la syntaxe n'est pas la préoccupation majeure des grammairiens latins.

gerativa: porém, os estudos estão sempre voltados para a frase como um maior enunciado possível, no campo das investigações linguísticas. Só mais tarde, a Análise do Discurso, cuja origem pode ser atribuída a partir de uma distinção saussuriana,² (DUBOIS, 1978: 50 e, respectivamente, FLORES, 2008: 16) que determinará regras que abrigam uma produção de sequências de frases estruturadas numa composição mais complexa e imediatamente superior ao enunciado de uma simples frase, antigo objeto de pesquisa linguística.

Indicamos acima um percurso de estudo sintático pelos especialistas, se bem que em síntese, com a intenção de sublinhar as dificuldades de um pesquisador, como o professor Adriano da Gama Kury³, cuja obra *Lições de Análise Sintática: Teoria e Prática*, foi utilizada diante de turmas, que eram providas apenas de fundamentos linguísticos iniciais, mas almejavam cursar um nível de excelência universitária, numa época, década de 70 do século passado, em que não havia ainda a proliferação de universidades particulares por toda parte e muito menos tantos cursos de pós-graduação e, neste caso, o *status quo* era de uma exigência mais rigorosa na entrada para uma universidade. Por essa razão, destaca-se na *ADVERTÊNCIA* sobre o *quid* deste livro: *Não é este, pois, um livro elementar, e não deve estar nas mãos de alunos das primeiras séries do ginásio.*

Outra questão relevante era o problema da nomenclatura gramatical que se tornou um documento assassinado pelo Presidente da República em 1958. Trata-se de um documento relevante perante a sociedade brasileira. No entanto, apesar da alta qualificação dos membros que integraram a Comissão do Anteprojeto, se seguiram muitas restrições a este documento.

Dentre elas, a insatisfação com a classificação. Por exemplo, a NGB reconhecia nove tipos de orações adverbiais (causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais, proporcionais, conformativas) a que o professor Adriano, in *Lições de Análise Sintática: Teoria e Prática*, acresce as orações: **a)** locativas – as que são equivalentes a adjuntos adverbiais de lugar, como a que está entre colchetes neste período composto: “Para ir [onde ela mora], / São caminhos e caminhos;” (p.92) Porém, como

2 *A análise de discurso, ou análise de enunciado, tem sua origem na distinção feita por F. Saussure entre a língua e a fala...*

Há quem considere que a enunciação é o que “sobrou” inconcluso no Curso de Linguística Geral. Lembremos, então, de Bally e de Séchehay, quando falam da “ausência de uma ‘Linguística da Fala’”, no Prefácio da primeira edição do Curso”.

3 O Professor Doutor Adriano da Gama Kury apresenta em seu currículo 20 obras publicadas nas editoras mais importantes do Brasil, além de ter sido Diretor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa e pertencer à Academia Brasileira de Filologia.

ele mesmo diz na *ADVERTÊNCIA*, nas análises feitas, entretanto, raríssimo é nos afastarmos da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, tão bem se presta ela, no conjunto, ao uso prático-didático.

Muito diferente das outras abordagens gramaticais em manuais escolares, cuja abonação se perverteu em confusão taxionômica, como a do sujeito oculto. Como poderia ser oculto, se a desinência indicava sua presença formal? A explicação está lá no comentário de Kury: *Nem sempre há necessidade de explicitar o sujeito de uma oração, seja porque já figura numa oração contígua, seja porque a desinência do verbo claramente o indica* (p.19). A palavra “oculto”, em Kury, foi usada por razões didáticas, para esclarecimento do significado de “elíptico”, vocábulo restrito ao âmbito do uso escolar, mas era uma expressão erudita.

2 – A Sintaxe

Mattoso Câmara demonstra a complexidade da apreensão do vocábulo formal numa linha do discurso fonológico a partir da frase, no capítulo “A Classificação dos Vocábulos Formais”, in *Estrutura da Língua Portuguesa*. Aponta também o intrincado que ocorre do campo semântico e mórfico, daí a dificuldade na apreensão dos “termos da oração”. Traça um roteiro de apreensão, a saber: **1)** possibilidade de existência isolada (Frase: - Eles viram o pássaro?) daí, os procedimentos recomendáveis: (**1** – Frase com existência isolada: - Viram.); também a possibilidade de mudança de posição numa frase: (**2** - Frase com a competente mudança: Viram eles os pássaros?); e ainda a possibilidade de intercalação de palavras: (**3** - Frase com intercalação: Eles viram um belo pássaro).

Todas essas possibilidades estão nas relações paradigmáticas, isto é, são relações *in absentia*, ausentes - daí sua complexidade em termos abstratos. De modo que teremos o papel característico do **1)** nome, determinado pelo adjetivo, na frase, combinado acessoriamente pelo advérbio, determinante do verbo; **2)** O verbo, com suas flexões, tema da **a)** concordância com o sujeito e **b)** o uso de preposições adequadas em regências múltiplas ou mesmo a ausência preposicional. Isso ao lado do que o Mattoso Câmara denomina de função dêitica, com sua função mostrativa e papel anafórico etc. Daí, eleva-se à enunciação, com intrincada rede de pontuação.

A propósito de tal complexidade, na década de 90, houve o que se chamou crise de leitura, por isso comentamos aqui, do artigo intitulado *Um problema de leitura invertido: os textos de J. Mattoso Câmara Jr.*, as dificuldades dos leitores de Mattoso Câmara na graduação em Letras da

UFRJ. O professor começou a levantar hipóteses sobre o ponto de dificuldade de leitura: **1)** “*alhures, algures, nenhures*” (p.59)? **2)**, *seria o uso de latinismos ou estrangeirismos?* **3)** enfim, qual seria o problema? E investiu numa leitura em voz alta e, após a leitura,

os alunos começavam a dar razão a quem redigira as questões. E atribuíam a mudança de julgamento a meu “jeito” de ler as questões. Ficava evidente que, senão todas, pelo menos algumas das questões tinham sido objeto de uma leitura errada. (p.60)

Daí em diante, o professor passou a ler em sala e não mais solicitar uma leitura como dever de casa.

Mas ficou para o professor uma dúvida: o que se pode dizer por que os alunos demonstravam detectar o significado particular de expressões no curso do texto de Mattoso, mas não apreendiam o sentido total de trechos mais longos? Tomou-se, então, uma decisão: inverter os papéis. Agora eles leriam em voz alta e o professor escutaria. Detectou-se aí a grande falha. A criação de leitura distorcida e a tão cuidada pontuação do Prof. Mattoso esvaiu-se inteiramente. Disso tudo, o Prof. Emmanoel dos Santos concluiu que o que há é uma crise de leitura, que os mecanismos de seleção vestibular não se aparelham para detectar. A escola falha na preparação de leitores.

No “Plano da Obra”, Kury traça um caminho de leitura, a partir de *NOÇÕES PRELIMINARES*, como, por exemplo, “Que é análise sintática” – que não é uma pergunta, como alguns costumam ironicamente fazer ao aluno. Ao contrário, o professor precisará dar a mão ao estudante e conduzir o aluno também ao campo etimológico:

Análise (do substantivo grego ‘analysis’, cognato do verbo ‘analysein’, “desatar, desprender, soltar”, composto do prefixo ‘aná-’, “para cima”⁴, + lyein “soltar”) é a decomposição de um todo em seus elementos componentes. (p. 13)

Segue-se a essa explicação a *Finalidade da análise sintática* (p. 13: ou melhor, não seria um mero procedimento de colher objeto direto ou indireto etc. Há de orientar também um estudo da concordância, regência e colocação num livro de 178 páginas. E, finalmente, esclarecimentos sobre a pontuação, mas na necessariamente nesta sequência, o que não impede a ação

4 Note-se o rigor de significação realmente grega. Quer dizer, Kury reconhece no aluno competência suficiente para não escamotear “didaticamente” para significações errôneas: o prefixo ‘ana-’ não denota um único sentido.

de ocorrências simultâneas de cruzamento de explicações, ou seja, pontuação, ou concordância etc., ao lado de outro recorte gramatical.

Na página 45, abre um item de estudo intitulado *Relação formal e relação semântica*. É quando explica o *complemento nominal*. Um ponto complicado para os estudantes de Língua Portuguesa, mas ele dirimiu tais dificuldades, admitindo que há, às vezes, ambiguidade, como em “A lembrança de meu pai alegrou-me”. São duas as possibilidades: **1)** complemento nominal se do contexto se depreender a significação “Lembrei-me de meu pai e alegrei-me” (relação objetiva) ou **2)** adjunto adnominal, caso se compreenda como “Meu pai se lembrou de algo, e isso me alegrou” (relação subjetiva).

Desaconselha aos professores ênfase na cobrança de tal estudo, porque a ambiguidade é proveniente da preposição “de”, já que com inúmeros substantivos incorre nessa situação ambígua.⁵ Não acarretaria prejuízo para a aprendizagem da Língua Portuguesa a minimização do enfoque sobre o “complemento nominal”. Dito de outro modo, não se coloque isso em provas como recurso máximo. Evidentemente deve-se dispor em testes de aprendizagem, porém, com o fim de debate ou interpretação, e não de recolher o que se sabe de “toda a” Língua Portuguesa, pois no somatório geral ninguém tira proveito: nem o professor, nem o aluno ou o candidato.

Ora, e não é da ambiguidade que os artistas da palavra, como Machado de Assis, tiram proveito estético? Basta, pois, mostrar e chamar atenção para tais possibilidades linguísticas. Isso sim, é que o falante de português deve conhecer e dominar: o fato de a língua representar o mundo biossocial, mas como uma verdade incompleta, já que os falantes nativos definem o que apreciam do universo de modo precário, como o fato de “azul” se tornar uma metáfora de “coisas boas” em português, mas em inglês poder exprimir “tristeza”, como num gênero do cancionista norte-americano: “blues”.

Ora, os cursos atuais banalizam o processo acima. Os manuais escolares de hoje são deficientes. São tantas as queixas de professores de Língua Portuguesa, que se tornaram lugar-comum no noticiário jornalístico o fato de candidatos a emprego serem reprovados porque não conseguem escrever com pontuação, regência, concordância e colocação de expressões com adequação gramatical.

Enfim, são professores assim como o Professor Adriano que lutam contra a demolição da educação. Tal demolição ocorre quando o MEC institui

⁵ No latim clássico, o emprego de “de” denotava “saído de, proveniente de” e, no latim vulgar, serviu de elo para o adjunto adnominal, como em “Casa de Pedro”, com idéia de posse, como substituto que se tornou da desinência do genitivo do latim clássico: *Ars amandi, A arte de amar*.

redação como instrumento de avaliação na entrada das universidades e os concursos instituem minimização de critério de correção: 1) obliteram o histórico escolar dos primeiros estudos, que são pautados em uma programação falha e esses estudos vêm falsos, provenientes de uma avaliação escamoteada na rede pública, quando esta instituição pública deveria, como outrora, ser exemplar, mas atualmente motiva a rede privada a aprofundar mais ainda a crise da educação, inclusive degradando um pouco mais, porque a universidade particular faz vestibular pela “internet” ou diminui a nota de aprovação de entrada. Tudo isso diante do silêncio das autoridades competentes. Por isso, ouvimos um repórter, e foi da conceituadíssima emissora Globo, proferir frase como esta: “As Olimpíadas de Londres estão chegando e já estamos *se* preparando...”

Para homenagear o trabalho de um mestre-escola, pelo afinco, transcrevo um trecho do prestigioso Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, C. XIII, “Um salto”, reconhecedor do árduo ofício de professor:

Que querias tu, afinal, meu velho mestre de primeiras letras? Lição de cor e compostura na aula; nada mais, nada menos do que quer a vida, que é a mestra das últimas letras; com a diferença que tu, se me metias medo, nunca me meteste zanga. Vejo-te ainda agora entrar na sala, (...) calva à mostra, barba rapada; vejo-te sentar, bufar, grunhir, (...), e chamar-nos depois à lição. E fizeste isto durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual, (...), até que um dia (...) nas trevas, e ninguém te chorou, salvo um preto velho, — ninguém, nem eu, que te devo os rudimentos da escrita.

Chamava-se Ludgero o mestre; quero escrever-lhe o nome todo nesta página: Ludgero Barata... (p. 48)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J.Ozon, s/d.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1972.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COLLART, Jean. *Varron Grammairien Antique et Stylistique Latine*, Paris: Les Belles Lettres: 1978.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de lingüística*. Tradução de F. Pessoa de Barros *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1978.

- FLORES, Valdir do Nascimento *et alii*. *Enunciação e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- KURY, Adriano da Gama. *Lições de Análise Sintática: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.
- MOUNIN, Georges. *A Linguística do Século XX*. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo L. Nogueira. Lisboa: Presença, 1973.
- SANTOS, Emmanoel dos. *Um problema de leitura invertido: os textos de J. Mattoso Câmara Jr*. Rio de Janeiro, *Revista Letra*, v.4, out. de 1993, p. 57-62.
- TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DIRETO E O INDIRETO EM OTHON M. GARCIA

ANDRÉ NEMI CONFORTE (UERJ)

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES (UERJ, UNESA e ABRAFIL)

RESUMO: Este artigo pretende apresentar e discutir as ideias de Othon Moacyr Garcia a respeito do chamado discurso relatado, considerando suas repercussões discursivas. Comenta também outras abordagens do mesmo tema em trabalhos mais recentes, destacando a contribuição e o pioneirismo de OMG para os estudos de linguística do texto.

PALAVRAS-CHAVE: discurso direto – discurso indireto – linguagem

O objetivo deste artigo é discutir, à luz de teorias linguísticas e discursivas atuais, a forma como Othon Moacyr Garcia, em seu clássico *Comunicação em prosa moderna* (Ed. da FGV, 1. ed. 1967), trata, do ponto de vista teórico e didático-pedagógico, o chamado discurso relatado, particularmente os chamados discurso direto e indireto, e as relações entre estas duas formas de representação discursiva.

As três formas clássicas de discurso citado – o *discurso direto*, o *discurso indireto* e o *discurso indireto livre* – são um modelo de “tradicional tripartição” já amplamente ultrapassado. Não obstante essa opinião de Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau no *Dicionário de análise do discurso* de (2004: 172-176) merecer ponderações, a discussão teórica a seu respeito não é o ponto que nos interessa discutir aqui, embora o abordemos ainda que brevemente.

Começemos então pelo chamado *discurso direto*. Savioli & Fiorin (1990: 182) afirmam que suas marcas típicas são as seguintes:

- a) vem introduzido por um verbo que anuncia a fala do personagem (os chamados *dicendi*, que diversos estudos já enumeram muito além dos simples *disse, falou, murmurou, comentou, etc.*);
- b) antes da fala do personagem, há dois pontos e travessão – os autores, por simplificação didática, não citam o uso de aspas. Esse uso, tomado por alguns como uma espécie de anglicismo formal, é, no entanto, bastante corrente. Em literaturas de língua portuguesa, há ainda autores como José Saramago e Autran Dourado, que prescindem do uso desses marcadores formais;
- c) os pronomes, o tempo verbal e palavras que dependem de situação

são usados literalmente, determinados pelo contexto em que se inscreve o personagem.

O trabalho de Savioli & Fiorin destina-se principalmente a estudantes do ensino médio e, por conta disso, acaba por cair num didatismo – intencionalmente, cremos – simplificador, ao dizer que o discurso direto ocorre “como se o leitor estivesse ouvindo *literalmente* a fala desses personagens em contato direto com eles” (*idem*, p. 181, grifo nosso).

Isabel Margarida Duarte (2003: 60) questiona severamente a concepção tradicional acerca das relações entre discurso direto e indireto: “Não comungo, como já mais que uma vez referi, da ilusão de que o DD relataria, fielmente, as palavras ditas por um primeiro locutor”. A respeito dessa “ilusão”, esclarece a autora:

Mais do que relatar um enunciado, o DD relata uma situação de enunciação, evoca-a apresentando um determinado enunciado como relatado, mostra que houve acto de fala, respeita os díticos [dêiticos] e os tempos verbais da enunciação inicial, o que não significa que transcreva textualmente o discurso de partida. Contrariamente ao que afirma a maior parte das gramáticas e a escola continua a ensinar, há, no DD, intervenções do relator que afastam o enunciado citado da sua forma primitiva, original. (*idem*, p. 63).

A autora refuta ainda a concepção tradicional de que o discurso indireto seria uma mera derivação morfossintática do discurso direto:

Em estreita relação com esta concepção errônea do DD como reprodução fiel do discurso, há um segundo preceito da gramática tradicional que os estudos linguísticos mais recentes mostraram ser inaceitável: o de que o DI se obteria a partir do DD. Pela aplicação de determinadas regras morfossintáticas, sem serem tomadas em linha de conta as condições enunciativas concretas. O DD seria a forma simples, o discurso fielmente reproduzido a partir do qual se obteria o DI, considerado forma complexa por incluir a subordinação. (...)

Ao utilizarmos DI, quase nunca respeitamos a forma original do discurso que estamos a reproduzir. É normal que reformulemos, clarificando, resumindo ou até glosando, o texto que pretendemos “citar”. Torna-se por isso difícil, se não impossível, em muitos casos, descobrir ou sequer imaginar o discurso original. (*idem*, pp. 50-51)

Talvez por já intuir essa não correspondência absoluta, Othon M. Garcia afirma – fazendo amplo uso de estratégias discursivas de modalização – que, no discurso direto, “o narrador reproduz (*ou imagina reproduzir*) textualmente as palavras – i.e., *a fala* – das personagens ou interlocutores” (GARCIA, 2010: 147) – o grifo é nosso, para indicar que o autor já não acreditava muito na capacidade de mimese perfeita concedida ao discurso direto. Adiante, ele novamente modaliza sua afirmação: “as palavras que traduzem o pensamento das personagens (uma das quais é o próprio narrador) são as mesmas que teriam sido, *presumivelmente*, proferidas” (*ibidem*, grifo nosso). O autor assim contrapõe esta forma de discurso – a *oractio recta* do Latim – ao discurso indireto – *oractio obliqua*:

O discurso direto permite melhor caracterização das personagens, com reproduzir-lhes, de maneira mais viva, os matizes da linguagem afetiva, as peculiaridades de expressão (gíria, modismos fraseológicos, etc.). No discurso indireto, o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo-nos *apenas a essência* do pensamento a elas atribuído. (pp. 148-149, grifo nosso)

Charaudeau & Maingueneau lembram que “já se considera fora de questão que se trata de três formas [DD, DI e DIL] *independentes uma da outra*, isto é, que não se pode passar de uma a outra por operações mecânicas” (*op. cit.*, p. 174). Uma vez mais, é preciso sair em defesa de Garcia, que, não obstante indicar uma série de mecanismos morfossintáticos para a transformação de DD em DI, dá novamente sinais de relativizar essa mera transposição em, pelo menos, dois momentos de seu livro. Citemo-los:

1) As mesmas ideias [ao comentar o diálogo já citado no romance de *Ciro dos Anjos*] poderiam, *em essência*, assumir a seguinte versão em discurso indireto; (p. 147, grifo nosso)

2) Salvo os casos sujeitos a variações decorrentes de torneios estilísticos da frase, em contextos singulares, a correspondência entre os tempos e os modos verbais nos discursos direto e indireto apresenta regularidade suficiente para permitir uma *tentativa de sistematização com propósitos didáticos*. É o que se procura fazer nos tópicos seguintes (p. 153 – grifo nosso).

É compreensível que Garcia não tenha vislumbrado tão amplamente os aspectos discursivos da questão, isto é, a diversidade de formas hoje

arroladas de se relatar o discurso, como fizeram os autores acima, consideradas a época e a finalidade prática de seu livro. Mas, ressalvada a importância da visão discursiva de qualquer fenômeno da comunicação humana, não se deve esquecer que, na maior parte das vezes, a aplicação didática de regras morfossintáticas para a transformação de DD em DI se mostra eficiente, do ponto de vista da produção de textos, tanto em língua materna quanto estrangeira. Portanto, se por um lado é verdade que o discurso indireto não constitui mera transposição morfossintática do estado inicial supostamente representado pelo discurso direto, por outro não é menos verdade que há de fato uma série de correspondências entre as duas formas de discurso.

Não nos parece estranho, então, dizer que, embora Garcia e outros de seus contemporâneos (como Celso Cunha e Rocha Lima) tenham concentrado suas atenções nos aspectos morfossintáticos do par DD/DI, não estavam eles afirmando que a citada “reprodução da fala” observava estritamente as palavras empregadas pelos enunciadores. Cabe lembrar também que, durante muito tempo, a exposição das “falas” dos personagens na maioria das obras ficcionais era de fato muito mais próxima dos padrões da linguagem escrita do que da “expressão viva das ruas”.

No Manual de Redação (1a. ed.: 1979), de Rocha Lima e Barbadinho Neto, o assunto é explicado num capítulo intitulado “A fala dos personagens no curso da narrativa” (1984: 106-110). Por isso, ao dizerem que o DD é o “enunciado de um texto narrativo correspondente à reprodução literal da fala de outra pessoa”, os autores apresentam-no pelo enfoque literário, ou seja, referem-se à fala literal de um personagem de ficção, o que - óbvio! - corresponde a uma possibilidade de fala, e não a uma fala verdadeira. O mesmo se pode dizer a partir das gramáticas de Celso Cunha (a primeira, publicada em 1968). Na última delas, escrita em parceria com Lindley Cintra, Cunha mostra vinte e seis exemplos de DD e DI - todos extraídos de obras literárias (2010: 647-654). Como se vê, no contexto em que Garcia publica seu CPM, a explicação morfossintática era, pelo menos didática e tecnicamente, a maior motivação para os estudiosos da língua.

Outro ponto que é preciso inserir aqui é o que reputamos ser mais uma das tantas contribuições de Garcia aos estudos linguísticos: sua abordagem dos chamados verbos *dicendi* ou de elocução (além, ainda, dos *sentendi*), “cuja principal função é indicar o interlocutor que está com a palavra” (p. 149). Sob a perspectiva semântica, agrupa-os em nove áreas distintas:

- a) de *dizer* (afirmar, declarar);
- b) de *perguntar* (indagar, interrogar);

- c) de *responder* (retrucar, replicar);
- d) de *contestar* (negar, objetar);
- e) de *concordar* (assentir, anuir);
- f) de *exclamar* (gritar, bradar);
- g) de *pedir* (solicitar, rogar);
- h) de *exortar* (animar, aconselhar);
- i) de *ordenar* (mandar, determinar). (*ibidem*)

O autor acrescenta, porém, que esses são “apenas os mais comuns, de sentido geral; mas muitos autores, especialmente na literatura do nosso século [XX, não custa lembrar], costumam servir-se de outros, mais específicos, mais caracterizadores da fala” (*ibidem*). E, em nota de rodapé, apresenta longa lista deles, com indicações de alguns autores: sussurrar, murmurar, balbuciar, ciciar, cochichar, segredar, explicar, esclarecer, sugerir, soluçar, comentar, tartamudear, propor, convidar, cumprimentar, repetir, estranhar, insistir, prosseguir, continuar, ajuntar, acrescentar, arriscar, consentir, dissentir, aprovar, acudir, intervir, repetir, rosnar, berrar, vociferar, inquirir, protestar, contrapor, desculpar, justificar(-se), largar (Rebelo, 1935:168), tornar, concluir, escusar-se, ameaçar, atalhar, cortar (Amado, 1964:61), bramir, mentir (Érico Veríssimo), respirar (Assis, 189:218), suspirar (Assis, 1924:277), rir (“...rira Joana”, [Lispector, 1963:130]), lembrar... (*ibidem*)

Percebe ainda Garcia que o uso dos *dicendi* na literatura, em função de sua expressividade, transcende até mesmo os liames sintáticos que, na função referencial da linguagem, seriam necessários:

Chegam mesmo, os mais imaginativos, a empregar verbos que nenhuma relação têm com a ideia de elocução, o que, do ponto de vista da sintaxe, poderia ser considerado como inadmissível, pois os *dicendi* deveriam ser, teoricamente pelo menos, transitivos ou admitir transitividade. Mas a língua não é rigorosamente lógica, principalmente a falada, cuja sintaxe é ainda menos rígida. Nem precisa sê-lo para tornar-se expressiva; pelo contrário, quanto mais expressiva, quanto mais viva, quanto mais espontânea, tanto menos logicamente ordenada. A carga de expressividade, os matizes afetivos tão característicos na língua oral não teriam veículo adequado se os ficcionistas se limitassem, por uma questão de rigidez lógico-sintática, aos legítimos verbos *dicendi* (pp. 149-150).

Não deixa, contudo, de ser ligeiramente normativo – do ponto de vista estilístico, não gramatical, frise-se – ao admitir que

É verdade que às vezes a “heresia lógico-sintática” em nada contribui para a expressividade dos diálogos, como é o caso, para citar apenas um exemplo, do emprego do verbo “fazer” como se fosse vicário de qualquer *dicendi* (ver 4.0 “Disc. ind. livre”): “Já era tempo, *fez* Carlos...” (Barreto, 1959:274), certamente por influência do francês (p. 150).

Ou, ainda, quando comenta empregos ainda mais estranhos, senão absurdos (nas suas próprias palavras), “como é o caso daquele autor que em vez de ‘disse Fulano’ empregou ‘mergulhou Fulano seu biscoitinho no chá’ (exemplo que cito de segunda mão e de memória, sem que me seja possível no momento identificar a fonte)” (*ibidem*).

Rodrigues (2005), analisando o uso semântico dos *dicendi* em textos literários e jornalísticos, os distribui segundo as respectivas funções: *metalinguística*, *coesiva*, *caracterizadora*, *argumentativa* e *expressiva*. Por se tratar de uma divisão de caráter funcional-discursiva, “um mesmo VD [verbo *dicendi*], como o verbo “replicar”, utilizado por Alencar e Machado, no reporte de falas de Iracema e Capitu, poderá ter a predominância funcional discursiva distinta em cada contexto (Rodrigues, *op. cit.*, p. 154)”.

O trabalho de Rodrigues remete a uma série de outros estudos, todos posteriores ao de Garcia, em que o assunto é retomado. Dentre eles, destacamos o artigo de Luiz Antonio Marcuschi intitulado *A ação dos verbos introdutórios de opinião*¹ – ressalte-se que o título indica uma categoria mais restrita de *dicendi*, ou seja, apenas aqueles que têm função argumentativa no discurso –, publicado em 1991. Neste estudo, conforme diz Rodrigues (*op. cit.*, p. 40), o linguista “analisa os VDs utilizados pelos jornalistas para relatar as falas dos políticos, evidenciando que a atividade jornalística “...não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa”.

Nos exemplos abaixo, extraídos do livro *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica* (HENRIQUES, 2011: 156), pode-se observar o emprego expressivo de verbos que avançam no percurso *sentienti* que Garcia (p. 149) indicava para usos de “lamentar”, “chorar”, “insinuar” – entendidos como “dizer lamentando”, “dizer chorando”, “dizer insinuando”.

Desafeto declarado de Emerson Leão, Sócrates evitou críticas ao técnico da seleção. Não citou nenhuma vez seu nome, mas **destilou** seu descontentamento de forma não declarada: “Não quero falar do trabalho dele (Leão). Analiso a situação em termos genéricos. As pessoas só realizam o que podem.” (*Estado de S. Paulo*: 27/04/2001)

1 Inicialmente publicado na Revista INTERCOM. Tivemos acesso a este texto a partir de sua republicação em MARCUSCHI, 2007.

Segundo ele, até os jogadores o ignoraram. “Comemorei sem atrapalhar a festa dos jogadores. Procurei não irritá-los. A única coisa que fiz foi oferecer uma pulseira para o Ronaldo, mas ele me ignorou completamente. Devia estar pensando no contrato da Nike”, **alfineta** Annibal. (*Folha de S. Paulo*: 13/07/2002)

E quem é o mais mal-humorado? “O Cláudio Manuel ganha de todos. Você diz pra ele: ‘Cláudio, tem um comercial sensacional para você, não precisa sair de casa, e o cachê é de R\$ 200 mil’, e ele reage assim: Comercial!? Tá louco? Vai se ferrar, não quero!”, **entrega** Lavigne (*Folha de S. Paulo*: 05/02/2006)

À frente de 14 artistas, a atriz está radiante: – O público aplaude delirantemente – **festeja**. (*Jornal do Brasil* : 09/10/2002)

Hoje, esses verbos² parecem admitir maior ecletismo, englobando metafórica ou metonimicamente ações que a princípio nada têm a ver com a ideia de dizer ou sentir. É o caso de “destilar”, “alfinetar”, “entregar”, “festejar”, “contabilizar”, “tricotar”, “detonar”, “abrir(-se)”, “entregar”, entendidos como “dizer com maldade” (e variantes), “dizer com alarde”, “dizer com números”, etc.

A importância de estudos como os de Rodrigues e Marcuschi reside no fato de abrirem novos caminhos, observarem novos empregos para tal categoria discursiva, uma vez que a abordagem de Garcia se limitou aos usos e autores literários, ao passo que Marcuschi trabalhou com artigos de opinião e Rodrigues contemplou tanto a literatura quanto o jornalismo. De qualquer forma, percebe-se o pioneirismo de Garcia num assunto que, conforme atesta Bechara (2000: 482), recomendando a leitura deste capítulo de CPM, “extrapola, na sua análise mais profunda, o âmbito da gramática para se inserir na linguística do texto”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CONFORTE, André Nemi. *A esfinge clara em prosa moderna: a contribuição Othon Moacyr Garcia aos estudos linguísticos, textuais e literários*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2011.

² Chamados no livro citado de verbos *neossentiendi* (p. 156).

- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- DUARTE, Isabel Margarida. *O relato de discurso na ficção narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queiroz*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a ciência e a tecnologia, 2003.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2010.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011.
- LIMA, Rocha & BARBADINHO NETO, Raimundo. *Manual de redação*. 4. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1984.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- RODRIGUES, Tânia Maria Bezerra. *Jornalismo e literatura: os protagonistas do discurso pelos verbos dicendi*. Tese de doutorado. Niterói: Instituto de Letras da UFF, 2005.
- SAVIOLI, Francisco Platão & FIORIN, José Luiz. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.

ECOS DA VIDA IMPOLUTA E IMPORTÂNCIA DA OBRA HISTÓRICA DE JOÃO FRANCISCO LISBOA NO 2.º CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO (UFRJ E ABRAFIL)

1. Introdução

Associando-me às comemorações do 4.º Centenário da fundação de minha terra natal pelos franceses de Daniel de La Touche, ‘Sieur de La Ravardière, e às justas comemoração do 2.º Centenário de nascimento de um dos mais eminentes cultores de nosso vernáculo, o maranhense João Francisco Lisboa, procurarei lembrar neste ensaio os principais momentos e feitos de sua ilibada existência.

Nasceu Lisboa em 22 de março de 1812, na antiga vila de Pirapemas, então pertencente à freguesia de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru-mirim. Seu pai chamava-se João Francisco de Melo Lisboa; e sua mãe, Gertrudes Rita Gonçalves Nina. No aconchego da casa dos seus avós, decorreu sua despreocupada infância, quando aprendeu a cartilha do *abc* e a tabuada.

Mudando-se depois para São Luís, revelou-se seu estado de saúde sempre débil a exigir cuidados especiais. Em face disso, retornou á saudável existência no campo, a fim de robustecê-la. Conseguindo-o, volta à capital, aos quinze anos de idade, empregando-se como caixeiro no estabelecimento comercial de Francisco Marques Rodrigues.

Em 1829, com dezessete anos, portanto, decidiu trocar o comércio pelos estudos humanísticos. Foi então aplicado discípulo do afamado latinista, gramático e historiador da literatura portuguesa e da brasileira, Francisco Sotero dos Reis, mestre de tantas gerações de ilustres atenienses.

Em sete de abril de 1831, quase dez anos após a nossa independência política e administrativa, o retorno de Dom Pedro I a Portugal de tal modo fez recrudescer a animosidade dos brasileiros em relação aos portugueses, que, a sete de agosto daquele ano, tentando recuperar o poder, o partido “Caramuru”, ou Português, depôs o presidente da província do Pará, o visconde de Goiana, e barbaramente perseguiu e trucidou alguns dos mais ilustres representantes do partido Liberal dessa província.

Essa animosidade estendeu-se ao Maranhão, onde, em treze de setembro desse mesmo ano, a força pública e o povo exigiram do presidente provincial Araújo Viana, mais tarde visconde de Sapucaí, a destituição de seus empregos a todos os portugueses naturalizados brasileiros, em razão do artigo sexto da Constituição do Império e a conseqüente deportação deles

para Portugal. Entre os signatários desse documento se encontrava um jovem de apenas dezoito anos de idade cujos escritos jornalísticos, mais tarde, lhe propiciariam tal notoriedade entre seus conterrâneos que destes recebeu o apodo de Timon Brasileiro.

Desforrando-se dessa humilhação, Araújo Viana perseguiu o jovem redator do *Farol Maranhense* – José Cândido de Moraes e Silva, o qual foi obrigado a suspender a publicação do jornal e homiziar-se alhures. Em razão disso, em agosto de 1832, João Lisboa editou o *Brasileiro*. Só então, após o falecimento de Moraes e Silva, Lisboa fez ressuscitar o *Farol Maranhense*, o qual foi por ele mantido por dois anos, até que, em julho de 1834, passou a dirigir e editar o *Eco do Norte*. Diante da subserviência dos periódicos maranhenses a Araújo Viana, Lisboa catalisou a opinião pública em favor do entendimento entre os vários partidos que primavam em digladiar-se encarniçadamente entre si.

Colhendo, pois, os frutos de suas campanhas jornalísticas, em novembro de 1835, interrompeu seu comprometimento jornalístico para com as liberdades individuais, a fim de servir como secretário do presidente da Província. Por duas vezes, outrossim, elegeu-se deputado à Assembleia Provincial do Maranhão, onde defendeu com empenho a organização e a ampliação da instrução pública, ideal que também seria perseguido pelo grande líder político Benedito Leite.

O assassinato, porém, do positivista e chefe do partido Liberal, Raimundo Teixeira Mendes, o devolveu às lides de publicista. Diante do desinteresse da autoridade governamental em punir os assassinos de Mendes, Lisboa exonerou-se do rendoso cargo com que honrosamente provia à sua subsistência e à dos seus familiares, para, a dois de janeiro de 1838, iniciar a publicação da *Crônica Maranhense*, baluarte de suas crenças liberais.

Estalando a revolta da Balaiada, nome devido a um dos seus líderes – Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, ser balaieiro –, a despeito de os governistas asseverarem que ele era simplesmente o líder oculto dos revoltosos, Lisboa ficou alheio a tal revolta. Aqui, mais uma vez Lisboa funcionou como apaziguador, recomendando a seus concidadãos esquecerem ódios e rivalidades em favor da paz e do bem comum. Para manter a chama acesa de seus ideais na publicação da *Crônica Maranhense*, Lisboa não vacilou em consumir em pouco tempo a pequena herança paterna que recebera.

Em 1840 apresentou-se ele candidato à deputação geral. Nauseado, todavia, pelas pérfidas manobras dos seus próprios correligionários, desistiu

dessa candidatura e, dois anos depois, retornou às lides jornalísticas, fundando o *Publicador Maranhense*, que manteve vivo e atuante por três longos anos com a mais rigorosa neutralidade política.

Reeleito deputado à Assembleia Provincial, Lisboa proferiu no seio dela sua famosa peça oratória em favor da Anistia, na qual aludiu ao legendário líder Nunes Machado, cujo cadáver foi levado por seus companheiros para ser velado em uma capela bem distante do lugar do óbito, e, assim, evitar desagradáveis contratempos.

Conquanto haja produzido considerável copia de artigos jornalísticos e haja proferido lapidares discursos nas assembléias políticas, Lisboa perenizou-se em razão de duas obras, tanto para a historiografia, quanto para a literatura.

Data de julho de 1852 a publicação do primeiro dos folhetos mensais do *Jornal de Timon*. Esse personagem da antiguidade greco-romana existiu de fato. Era amigo das letras e das virtudes, porém de gênio irascível e difícil de lidar. Sob a máscara desse personagem antigo, Lisboa pôde, de maneira alegórica, criticar acerbamente os vícios e os costumes políticos de seus muito pouco éticos correligionários.

Quando se afastou da política, Lisboa chegou a afagar por algum tempo o projeto de escrever um romance antiescravagista. Diante, todavia, do grande sucesso alcançado pelo romance *A cabana de pai Tomás*, da americana Henriete Becker Stowe, cedo desistiu dele.

Em julho de 1855, Lisboa partiu para a Corte, em cuja redação do *Correio Mercantil* analisava os trabalhos forenses, e, na do *Jornal do Comércio*, escrevia artigos sobre política em geral. Em dezembro de 1856, comissionado pelo governo imperial, já na capital portuguesa de Lisboa, ele substituiria o conterrâneo Antônio Gonçalves Dias na recolha de documentos para a história do Brasil. Estando no Velho Mundo, aproveitou para, às suas expensas, visitar cidades da França, da Inglaterra, da Holanda, da Itália, da Bélgica e do próprio Portugal.

2. Vida e obra do padre Antônio Vieira na ótica de João Lisboa

O segundo e o terceiro tomos das obras completas de Lisboa criticamente abordam a colonização do Brasil pelos portugueses e a heroica resistência destes contra as tentativas frustradas de invasão a nosso país por parte de franceses e de holandeses; o papel redentor dos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta em favor dos índios; a legislação colonial; os senados e câmaras; a participação africana na constituição da sociedade

brasileira; bem como muitos outros temas afins.

Após uma boa dezena de páginas comentando a vida e a obra missionária de Santo Inácio de Loyola, fundador da sábia e valorosa ordem dos jesuítas, o polígrafo Pedro Lessa, em sua conferência pronunciada na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, capital, em 31 de março de 1813, e editada no ano seguinte por Cardoso Filho, naquela cidade recolhi a maioria das informações aqui reproduzidas por mim.

Não irei adiante sem primeiro dizer que Lisboa era tão exigente consigo mesmo, que, após concluir esta sua obra-prima – a *Vida do padre Antônio Vieira*, recomendou aos que acaso encontrassem os originais dela que estes “deviam ser queimados sem ser lidos,” por não a considerar digna de editoração, “posto que ainda lhe faltasse aperfeiçoar e polir o estilo”, bem como lhe faltasse elaborar “uma síntese final,” em que pretendia condensar o conjunto das ações e dos escritos do grande jesuíta, orador sagrado, epistológrafo, escritor político, diplomata e estadista [...], misto admirável de grandeza e pequenez.” (p. 186/187)

Procurando respeitar os limites de nossa “Coluna de Língua Portuguesa,” procederei a um exercício de metalinguagem apenas dos principais tópicos do belo e rico texto de Lessa sobre a vida e a obra do incansável sacerdote, cuja missão evangelizadora da indiada maranhense foi tão marcante e produtiva. Ei-los:

Lisboa começa indagando se Vieira recolheu-se aos quinze anos no coleio dos jesuítas por sua livre e espontânea vontade; ou se o fez pressionado pelos próprios jesuítas, que nele observaram a desenvolta inteligência e a precoce ambição, já que os jesuítas, àquela época, concentravam considerável poder pelo mundo afora.

Chamou também a atenção de Lisboa o terror que de Vieira se apossou diante dos sucessos das armas holandesas com as luso-brasileiras em fevereiro de 1641, os louros colhidos pelo jesuíta como predador na capital do reino, o que lhe valeu a priverança de dom João IV; o ambicioso plano do estabelecimento das Companhias de Comercio que apresentou em Lisboa; o maquiavelismo oportunista de Vieira nas negociações com a Holanda para acessão das capitâneas brasileiras desde o Ceará até Sergipe; as visitas que fez o padre a diversas cortes da Europa a fim de nelas, entre outras coisas, espionar o procedimento dos embaixadores portugueses, ocasiões em que vivia à tripa forra e se recreava nas distrações mundanas ali oferecidas a ele; as acusações que sustentou contra herege e judeus; o seu empenho em provocar o casamento do príncipe Teodósio, herdeira da casa de Bragança, com a infante de Castelo, submetendo assim Portugal e suas colônias à poderosa Espanha, o

que viria a ocorrer por longos sessenta anos.

Por outro lado, Lisboa ressalta a retidão de caráter de Vieira no que tange à ambição de dinheiro, como se antolhou a ele nas missões diplomáticas que empreendeu na Holanda e em Roma. Aqui ignorou a vultosa quantia que lhe puseram à disposição, contentando-se ele com suas limitadas ajudas de custo e um criado jovem que lhe pudesse descalçar as botas. As poucas dobras que lhe sobravam de suas missões, ele as devolvia sempre a quem de direito com rigorosa honestidade.

Lisboa, entretanto, não lhe perdoará a infame sugestão da utópica cessão das capitais nordestinas brasileiras – do Ceará até Sergipe –, em favor da Holanda; bem como não lhe perdoará a estulta e infame proposta da missão ibérica de um casamento régio arranjado, com prejuízo enorme para Portugal; nem lhe perdoará as crendices, patranhas e baboseiras serôdias que ele deitou nas páginas de seu *Quinto Império do Mundo*; na sua *História do Futuro* e na sua *Clave Prophetarum* (=Chave dos Profetas), muitas das passagens de cujas obras ele as recolheu nas profecias do sapateiro Bandarra.

Conclui Lessa o seu luminoso ensaio com a afirmação de que: “[...] se, para a consagração do patriota, basta recordar a sua vida de jornalista e de político, é suficiente a clássica *Vida do Padre Antônio Vieira* para a glória do escritor.” (p. 202)

3. O vernáculo impecável de Lisboa.

Cabe-me agora demonstrar por que João Lisboa até hoje é considerado um dos mais respeitáveis cultores da língua portuguesa. Para tal fim, recorrerei à excelente obra *Tradições Clássicas da Língua Portuguesa*, do padre Pedro Adrião, professor de Língua Portuguesa no Seminário de Olinda, em Pernambuco (vd. Bibliografia).

Os dois volumes das *Obras Completas* de Lisboa editadas em 1864 no Maranhão vêm assinaladas em algarismos romanos e as páginas, em arábico. Da *Vida do padre Antônio Vieira* citarei a quinta edição (vd. Bibliografia. Em favor da simplicidade, no entanto, dispensar-me-ei das aspas nos exemplos ilustrativos da autoria de Lisboa. Ei-las:

Armar a (=pretender, candidatar-se a): é natural que o candidato inglês arme à popularidade (I, 121); *composição* (=reconciliação): [...] de repente e ao toque oficial da sineta compõe-se o tumulto (I, 126); *correr* [a obrigação] (=incumbir): havia dez, a quem corria particular obrigação de defender os interesses da pátria (I, 24); *entender em* (=aplicar-se a): entendeu Catão principalmente nos meios mais eficazes de extirpar a corrupção eleitoral (I, 61);

fazer dabal de (=dar apreço a algo): César, sem fazer cabedal de semelhante exigência, o fez passar a Catão (I, 72); *fenecer* (=terminar): [esta imensa autoridade] pode-se dizer que feneceu de todo com a monarquia militar dos imperadores (I, 39); *ficar* (=garantir): e este bom imperador [...] volvesse hoje ao mundo [...] fico que não se faria rogar para expedir circulares garantindo a liberdade de voto (I, 80); *haver-se* (=proceder): depois de eleito, se houve de maneira no governo de seu rebanho que a história o qualificou príncipe dos apóstolos (I, 104); *lição* (=leitura): a lição dos seus escritos nunca fora vedada (V.P.A.V., 211); *lustroso* (=apreciável, distinto): aspirando incessantemente a cousas mais árduas e lustrosas (V.P.A.V., 7); *orelhas* (=ouvidos): foram censuradas algumas proposições com nota de serem uma contra o comum sentido católico, fátuas, temerárias e escandalosas; e outras ofensivas das orelhas dos pios e fiéis católicos (V.P.A.V., 209); *prática* (=conversação): à proporção que iam entrando, começavam logo a praticar sobre o grande assunto do dia (I, 181) *prevenção* (=cuidado): todas estas prevenções legais não preservaram a tribuna de ser invadida por gente corrompida e de baixa condição (I, 28); *responder* (=corresponder): [...] sem que o número de representantes respondesse de nenhum modo ao dos representados (I, 116); *ser parte* (=servir de motivo): Messala Corvino a Cássio chamava publicamente seu general; e não foi isso parte para que os não abastassem ambos em honras e riquezas; *sisudo* (=sensato): o povo, sábio e sisudo como nenhum outro, elegia então os cidadãos mais capazes (I, 34); *sujeito* (indivíduo, sem o sentido pejorativo): celebrou-se o ano de 1694, no colégio da Bahia, um congresso provincial para o fim de eleger-se um sujeito que fosse a Roma por procurador da província (V.P.A.V., 257); *ter mão* (=conter): tende mão, meu caro, e não vos deixeis arrebatar assim pelo orgulho da vossa indisputável superioridade (I, 152).

Conquanto, em geral, não apreciasse arcaísmos léxico-semânticos, expressões populares e formas sincréticas de qualquer tipo, achei-lhe o raro arcaísmo *efetuar* por *efetuar* (I, 184); bem como o prefixo mal com valor intensivo (como no célebre soneto *A Carolina*, de Machado de Assis: por sugestões do tio, mandou, o sobrinho, dar uns tiros em Antônio de Brito, que saiu malferido e ficou depois aleijado de uma braço (V.P.A.V., 247).

Agora, um exemplo escoteiro e original de adjetivação de substantivo, na expressão *é bem* (=é bom que seja assim): depois do furor e da demência, bem era que a imbecilidade tivesse também a sua vez (I, 92). Outrossim, os pronomes indefinidos *tanto* e *quanto* equivaliam a *tão grande* e *quão grande*, como neste passo de Lisboa: [...] tanta era a precipitação vertiginosa dos sucessos [...]. Note-se aqui o termo sucesso, como sinônimo de simples acontecimento.

Além disso, os pronomes demonstrativos *este/aquela*, e os indefinidos *um/outro* classicamente eram substituídos por simplesmente por *qual*, como no português quinhentista. Assim o fez aqui Lisboa:

[...] qual diz que todo seu empenho é manter a ordem [...]; qual se erige em campeão exclusivo de uma cousa vaga e indeterminada a que se chama a dignidade da província; qual enfim declara que na província não houve, em tempo algum, partidos políticos (I, 107). Já a expressão *a qual* podia usar-se por *cada qual*, como ele o fez aqui: as leis ainda multiplicavam as dificuldades, exigindo deles uma infinidade de condições, a qual delas mais rigorosa (I, 27).

Labora, outrossim, em equívoco quem pense que a expressão haver aí é uma simples tradução do francês *y avoir*. Os grandes cultores do nosso idioma usaram—na, como Lisboa o fez cá? Então o algoz [...] declarou que já tinha feito o seu dever e certamente não havia aí outra de cegude (I, 35); bem como labora em ultracorreção digna de reparo quem evite usar o verbo *dever* no pretérito perfeito. Lisboa bem sabia disso e elegantemente o empregou aqui: Augusto, o primeiro dos imperadores, não deixou o supremo poder a ato algum positivo de eleição regular (I, 82); bem assim quem evite os participios regulares ganhado e gastado, um dos quais aqui também por ele corretamente usado: [...] cuja proteção tinham ganhado (I, 29).

Quanto aos advérbios, não ignorou ele que *apenas* não é só palavra de exclusividade, podendo classicamente ser usado com o sentido de *difícilmente*, *raramente*, como aqui: apenas haverá esquadrinhador de antiguidades que tenha notícia das três malogradas letras (I, 93). Os advérbios *já*, *ainda*, *nunca* e *jamais* servem de reforço ou intensificação de orações superlativas, como aqui [...] é em verdade a mais vasta agremiação de homens que inda viu o universo (I, 54). A locução adverbial *a bom recado* pode significar *sob vigilância*, como aqui [...]: passando a mão de 33 honradíssimos eleitores, que puseram a bom recado, em uma estrebaria (I, 123). Além do que, a locução adverbial *a olho*, redução de *a olhos vistos*, é a que usa Lisboa aqui: crescia a olho o valor de seus produtos e drogas. (V.P.A.V., 51).

Vejam-se agora outras locuções adverbiais por ele utilizadas: *de espaço* (=demoradamente): para o diante, acharmos ocasião de apreciá-lo mais de espaço e assento (I, 231); *torna viagem* (=de volta, retornando): [...] entrou o vapor do Pará, já de torna viagem (I, 199); *pela boca pequena* (=baixinho) [...] disse-lhe Catão, pela boca pequena, que não era este o primeiro emprego que o Sr. Quintiliano reduzia a dinheiro (I, 249); *pouco e pouco* (=paulatinamente)

[...] a cobiça dos ricos conseguiu, a pouco e pouco, despojar os pobres (I, 45).

Também no uso das preposições e locuções prepositivas, Lisboa primou em seguir as pegadas dos clássicos. Ei-las: *sob cor de* (=a pretexto de): levaram-lhe uma bolsa com seis mil dobrões de ouro, sob cor de os distribuir com esmola (V.P.A.V., 151); *sobre* (=mais do que): João Fernandes vieira com seis mil dobrões de ouro, sobre todos, é um herói digno de admiração e reconhecimento de nós outros brasileiros (V.P.A.V., 95). Enfim, neste tópico, sobreleva notar este exemplo de inversão eufônica da preposição com o pronome demonstrativo: quero ver agora no [=o+em] que dá a sua grande candidatura (I, 181).

Agora, apenas dois exemplos do uso clássico de preposições ou de locuções prepositivas; *por maneira que* (=de modo que): [...] o tráfico eleitoral de compra e venda não se introduziu senão longo tempo depois [...] por maneira que nunca se pôde saber ao certo qual o romano que abriu o exemplo de corromper o povo e os magistrados (I, 4); *entretanto que* (=ao passo que): nem por isso ambicioso algum cuidou ainda de perpetuar-se no poder; entretanto que a última constituição francesa, porque proibia expressamente pudesse ser reeleito [...] foi por isso rasgada pelo presidente (I, 141). Esses os mais notáveis usos clássicos dessa categoria gramatical.

Já se faz muito tempo que as vestais do idioma tentaram fechar as portas do português do Brasil a quaisquer empréstimos, principalmente franceses. Ocorre que alguns desses empréstimos se aclimataram tão bem ao idioma aqui por nós praticado, que o opulentaram, e hoje tornaram-se eles prata de casa. Eis alguns deles acolhidos por Lisboa: a política nas províncias cifra-se toda [...] na banalidade das declamações (I, 194); a chicana, os doutores e os magistrados são os que governam (I, 161); [...] a nobilíssima ordem do senado confirmou a eleição e decretou funerais esplêndidos e honras divinas ao divino Cláudio (I, 194); a negociação de que ele reza tivera lugar durante a primeira embaixada do marquês (V.P.A.V., 106); a este lugar pertence agora a narração de uma das cenas mais tocantes destes três memoráveis dias (I, 174).

Eis aí como Lisboa não tergiversou em acolher estes galicismos, já à época, naturalizados como brasileiros: *banalidade*, *chicana*, *ter lugar* (=realizar-se) e *tocante*.

Embora outros tais pareçam galicismos, são lexias de boa cepa luso-brasileira, como *fortuna* (=riqueza): basta uma pequena fortuna em propriedade territorial [...] para conferir o direito de voto (I, 130); *letras* (=cartas): apenas haverá algum esquadrinhador de antiguidades que tenha notícias das três malogradas letras (I, 93); *refusar* (=recusar): uma vez eleito,

nunca recusava os cargos (V.P.A.V., 34); *render graças* (agradecer): o feliz candidato corria imediatamente ao templo para render graças aos deuses (I, 20); *sujeito* (=assunto): sujeito do evangelho do dia não podia decerto ser a primitiva conversão da gentilidade (V.P.A.V., 376); *todo o mundo* (=toda a gente): S. Exa. Tinha asseverado a todo o mundo que nada pretendia da província (I, 165).

4. A escoreita morfossintaxe de Lisboa.

Começarei com o seguinte passo com que ele prefere elegantemente fazer a concordância verbal com o adjunto adnominal, que lhe está mais próximo (a chamada concordância por atração), a fazê-la com o núcleo do sujeito: um grande número de homens ilustres estão banidos da França (I, 145).

Na regência verbal, à moda clássica, Lisboa preposicionava o infinitivo com função de objeto direto: a Providência determinou de fazer neste particular, um milagre que não cabia na humana previsão (V.P.A.V., 98).

Aqui ele silencia o pronome *se*, tão usual nos dias de hoje neste torneio sintático: [...] entre as diversas exclusões, sobressai a dos cobardes (I, 27). Neste outro passo, utiliza a dupla regência, que, embora condenada pelos puristas e gramatiquinhos, tem foros de clássica: os seus interesses, quero dizer os da província, dos quais um bom presidente não sabe nem é capaz de separar os próprios (I, 201).

Vasta e variada, a regência verbal manipulada por Lisboa. Eis aqui algumas passagens dignas de registro: *admirar algo a alguém*: o que admira menos é que tais opiniões em tal matéria pudessem excitar as desconfianças do sombrio tribunal (V.P.A.V., 204), caso em que Lisboa silencia o objeto indireto de pessoa; *começar de* (=começar a): os mesmos partidos começavam de agitar-se (I, 163); *deparar* (=encontrar) como transitivo direto: a cada passo deparo as pinturas mais tenebrosas (I, 12); *deparar* (=mostrar) como transitivo indireto de pessoa: veio depois Péricles, o mais brilhante e magnífico ambicioso, que por ventura nos depara a história (I, 23); *deparar com* (=encontrar): haveis de deparar com rasgos tais de virtude e heroísmo; *fiar-se* (=confiar em): muitos só dele se fiavam; *haver mister* (=necessitar) como transitivo direto: tivesse a bondade de mandar-lhe os volumes das leis de Minos e Licurgo, pois os havia mister (I, 19); *servir de* (=servir para): referirei um caso que, pela sua mesma singeleza, serve de caracterizar a integridade e inocência daqueles tempos (I, 53); *topar* (=encontrar) como transitivo direto: quantos o topavam iam logo bradando: ali vai um dos tais (I, 103); *fazer* como transitivo direto de coisa

e indireto de pessoa: César, recusando-a, lhe fez saber que estava resolvido a gastar quantia maior (I, 70).

No séc. XX se gastou em vão muito papel e tinta com uma famigerada lei de atração dos pronomes átonos, que rendeu alguns trocados a curiosos da língua, até que o filólogo Antenor Nascentes mostrou exemplarmente que esse falso problema era apenas um questão de preferência rítmica, ou mesmo de eufonia.

Observem-se estes exemplos colhidos a suas obras: nós veremos que o jesuíta esqueceu-se inteiramente de suas cautelas contra os governadores (V.P.A.V., 297); mas nem tal sacrifício e abandono havia, porque capitulava-se também livre para a Bahia (V.P.A.V., 73); uma tentativa feita para este fim e que realizou-se nos princípios do ano de 1650, malogrou-se por motivos que não chegaram ao nosso conhecimento (V.P.A.V., 146)

Apreciem-se por fim estas duas apossínclises (ou metáclises, como eram chamadas antigamente), vale dizer: colocação do pronome átono antes de uma palavra anterior ao verbo regente: morto Tibério, Caio Graco, seu irmão, determinou seguir o exemplo glorioso que lhe ele legara (I, 52). O território era o mais azado para receber avisos e socorros na Europa e para se o inimigo estender facilmente para os lados. (V.P.A.V., 92)

Entre os recursos estilísticos, eis algumas elegantes elipses: da preposição *em* antes do pronome relativo *que*: um dia que Tibério Graco assistiu no Capitólio (I, 49); do termo intensivo *tal* na expressão *de tal maneira [...] que*: votou um ódio tão estranhável ao gênero humano e de maneira o reputava entregue aos crimes e aos vícios que se pagava mais do desprezo que da estima dos homens (I, 10); do advérbio *mais* já antes enunciado: o povo desta feita, ao menos, mais moderado e prudente que seus inimigos, satisfez-se com esta pequena reforma (I, 46). No outro extremo, um aposto recapitulativo construído com o aposto dêitico *esses* seguido da partícula afirmativa *sim*, de grande força persuasiva: Os instrumentos de que Deus se serve, esses sim, podem ser bons ou maus. (V.P.A.V., 56).

Dou aqui por encerrada a tentativa de provar, material e insofismavelmente, por que razão ainda hoje, no Brasil e em Portugal, o maranhense João Francisco Lisboa é considerado um dos mais elegantes e perfeitos conhecedores dos segredos e da opulência da quase “última flor do Lácio mui culta e bela.”

5. Fortuna crítica

5.1 - João Francisco Lisboa, historiador.

Para este tópico, recorrerei à tese com que Fernando Segismundo pretendeu conquistar, em fevereiro de 1975, no colendo Colégio Pedro II, a cadeira de professor de História Geral e do Brasil, a qual intitulou *João Francisco Lisboa, historiador*. Francisco Adolfo Varnhagen considerava-o “o nosso primeiro e único historiador, o pai da nossa história.” (p. 70)

Antônio Henriques Leal, na notícia biográfica que apôs à sua edição das Obras Completas do Timon Brasileira, está: “Lisboa tem todas as virtudes do perfeito historiador.” (p. 64)

Referindo-se às revoltas de Manuel Beckman, no Maranhão; e à da Praia, em Pernambuco, Graça Aranha admite: “Se João Lisboa fosse do nosso tempo, teria aprofundadamente explicado todas essas revoltas e pela fórmula da luta de classes que, intuitivamente, assinalou.” (vd. *Obras Completas*, p. 897/898)

À pág. 279 de sua obra *A glória de César e o punhal de Brutus / Cinco personagens na tormenta das derrotas*, Álvaro Lins é taxativo quanto à veracidade e a excelência do espólio histórico de João Lisboa: “[...] até hoje [...] o único historiador nosso em cujas páginas se sentem palpitar algumas das agitações da alma popular, algumas das pulsações do coração da nacionalidade que se ia e se vai formando.”

À pág. 86 da supracitada tese de Fernando Segismundo, explica, com a devida cautela, José Honório Rodrigues a dificuldade de expender seu juízo sobre a obra de Lisboa: “Os resultados finais do trabalho do Maranhense em Portugal, “ainda não podem ser devidamente apreciados, por falta do inventário completo de toda a documentação.”

À pág. 232 do IV vol. Da sua História do Brasil, relativo ao Império, Pedro Calmon (vd. Bibliografia) considera Lisboa: “o escritor magnífico que sobrepujou os do seu tempo pela pureza de sua prosa.”

Enfim, desse modo o julga Nelson Werneck Sodré à pág. 211 da terceira edição de sua *História da Literatura Brasileira*: “Existiu em Lisboa um entendimento, uma afinidade com a nossa gente, um senso de proporções, que denunciam a sua indiscutível superioridade sobre Varnhagen.”

Embora não exaustivos, diante de tão conspícuos e indiscutíveis juízos, os estudiosos de nossa história e de nosso vernáculo não podem deixar de apreciar-lhe as obras, a fim de se enriquecerem culturalmente sobre nosso invejável e glorioso passado.

5.2 - João Francisco Lisboa

Do opúsculo *João Lisboa, livro comemorativo do transcurso do centenário de falecimento de João Francisco Lisboa (26-04-1863 – 26-04-1963)* S.E.N.E.C. – Depto. de Cultura do Maranhão, 1963, destacarei os principais juízos críticos sobre a obra do Timon Brasileiro. Ei-los:

RETRATO -- “O seu discurso foi, pois, um improvisado, e, todavia, que obra-prima de eloquência! Desde então fiquei fazendo de Lisboa o juízo que ele realmente merecia, como um talento verdadeiramente superior, diante do qual eu podia curvar-me, seguro de não ser o admirador de um charlatão; e digo que esse homem, num teatro mais folgado e numa época revolucionária, tão própria para fazer sobressair os dotes oratórios, seria, um Demóstenes, um Mirabeau, um O’Connell.” (CORREIA, Frederico José, *Um livro de crítica*. Maranhão, 1878, p. 183-184)

O SARCASMA -- “É essa obra [o *Jornal de Timon*], única na literatura nacional, que principalmente distingue João Lisboa entre os nossos escritores. É uma sátira da melhor qualidade, do mais elevado espírito, cheia de humor, De graça e de imaginação. Nem o pessimismo do autor carrega o quadro, que é palpitante e verdadeiro. O tom é em parte e do romance, e por mais de um toque, João Lisboa precedeu os nossos realistas e naturalistas.” (VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. 2.^a Série.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIÃO, Padre Pedro. *Tradições clássicas da língua portuguesa*. Porto Alegre, J. Pereira da Silva, 1945.
- CALMON, Moniz de Bittencourt. Pedro. *História do Brasil*. 4.^o Vol. *O Império*. São Paulo, 1947.
- CINTRA, Assis. *Os clássicos e o antigo vernáculo*. Rio de JANEIRO, leite Ribeiro, 1921.
- FREIRE, Francisco José (pseud. de Cândido Lusitano). *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.
- LESSA, Pedro. João Francisco Lisboa. *Conferências da Sociedade de Cultura*

Artística de São Paulo (1912-1913). SP, Cardoso Filho, 1914.

LINS, Álvaro. *A glória de César e o punhal de Brutus. / Cinco personagens na tormenta das derrotas*. Cap. 27. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

LISBOA, João Francisco. *Obras*. 2 vols. Editores e revisores Antônio Henrique Leal e Carlos Pereira de Castro. Maranhão Belarmino de Mattos, 1. Vol. 1864; 2, 3 e 4 vols., 1865.

LISBOA, João Francisco. *Obras*. 2.^a ed., 1.^o Vol. Com retrato de J.F. Lisboa e Antônio Henriques Leal, e uma *Notícia*; e 2.^o vol. Com apreciação crítica de Teófilo Braga. 2.^a ed., Lisboa, Portugal, Mato Moreira & Pinheiro, 1901.

LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre Antônio Vieira*. 5.^a ed., Rio de Janeiro, B.L. Gernier, 1901.

LISBOA, João Francisco. *Obras Completas*. 3.^a ed., org. e rev. de Jomar Moraes e Jorge Nascimento, com nota introdutória do primeiro. T. I. -- *Eleições na antiguidade e Eleições e Partidos Políticos no Maranhão*; T. II, 1.^o e 2.^o vols., *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão*. São Luís, MA, Alumar/Bilington/Alcoa, 1991.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro, DASP, 1960.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil / Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1952.

SEGISMUNDO, Fernando. *João Francisco Lisboa, historiador*. Tese para professor titular de História Geral e do Brasil do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, mimeografado, fevereiro de 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. / Seus fundamentos econômicos*. 8.^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

TAVARES, José Pereira. *Como se devem ler os clássicos*. Lisboa, Sá da Costa, 1941.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARNAVALIZAÇÃO NO ROMANCE DE JORGE AMADO

(Conferência proferida na Academia Brasileira de Filologia
em 18 de agosto de 2012)

DOMÍCIO PROENÇA FILHO (UFF, ABL E ABRAFIL)

Já faz algum tempo, a literatura vive um processo de crise de identidade.

Os primórdios dessa circunstância remontam aos anos de 1970. Nos indícios, a relativização do conceito, como se pode depreender da definição de Michel Arrivé, em livro de 1973: “Literatura é o que uma comunidade considera literatura numa sincronia sociocultural dada” (ARRIVÉ, 1972).

Muita água flui sob as pontes da teoria que sobre ela se elabora.

A crítica, por seu turno, quase se afoga no turbilhão das vagas decorrentes e passa a debater-se em múltiplas modalidades de mergulho.

Explica-se, como aponta Greimas: “a interpretação” da chamada “literariedade” vincula-se a uma conotação sociocultural e sua consequente variação no tempo e no espaço “humanos”. (GREIMAS, 1972).

A agudização da condição crítica que acabo de apontar emerge no final do século passado e culmina na atualidade dos começos do presente século quando os conceitos de alguma forma vinculados à arte literária parecem encontrar-se sob revisão. Tudo flui nas águas desse rio, como nas águas da vida.

Não nos esqueça de que a literatura, fato cultural, insere-se na dinâmica da Cultura em que se integra.

No turbilhão das múltiplas tendências de sua relatividade, dividem-se os especialistas. Alguns insistem em mergulhos na reflexão, apoiados nas boias salva-vidas da hermenêutica, alimentadas de pensamento filosófico, de sociologia, de psicologia. Outros nadam tranquilos nas piscinas climatizadas do impressionismo. Há mesmo avaliações pautadas no achismo mais desvairado.

Em meio às inúmeras ondas em que a leitura do texto literário navegava nos longínquos anos de 1990, avolumava-se a teoria bakhtiniana e ganhava presença e se fazia moda. Como tal, a partir da França, onde a obra do professor- propositor, Mikahil Baktin, datada de 1970, chega, impera e dissemina-se.

Esse introito justifica-se, diante do tema das considerações sobre a ficção de Jorge Amado que serão núcleo deste nosso encontro comemorativo

da passagem do seu centenário.

Retorno, a propósito, a 1992. Mais precisamente, à semana de comemorações dos oitenta anos do criador de Gabriela, realizadas em Salvador.

Naquela festa, que reuniu mais de uma centena de escritores, críticos e professores, cometi a imprudência de aceitar um desafio, formulado pela lucidez e o delírio do saudoso amigo Ildásio Tavares: discorrer sobre a carnavalização do carnaval na obra de Jorge Amado.

Retorno criticamente nessa comemoração+20 do seu centenário, promovida pela ABRAFIL, ao texto apresentado ao debate. A crise vivida pela crítica de literatura autoriza-me o procedimento, sobretudo diante do propósito: revisitar o juízo crítico sobre a obra do romancista, perpassá-la, não na intenção do autor, mas na intenção do seu texto ficcional, mobilizador de juízos de valor antagônicos. Alguns, sabemos, o desvalorizam pelo engajamento político-ideológico de que se revestem; outros pela reiteração do modelo realista-naturalista de contador de histórias típica do século XIX, que consideram anacrônica; outros mais pelo estilo, entendido como marcado pela despreocupação com a linguagem. São posicionamentos que se abrem, na atualidade, ao reexame e à reformulação.

É nesses espaços que situo as considerações desta fala.

Esclareço, desde logo, que a representatividade literária da ficção jorgeamadiana ultrapassa gradativamente essas características: o compromisso, notadamente a partir de *Gabriela, cravo e canela* (1958), vai além, na maioria dos textos, da concessão a dimensões político-partidárias, para nuclearizar-se na denúncia da injustiça social e na exaltação da liberdade.

Em termos de literatura-espelho, seus romances, por outro lado, internalizam aspectos da realidade política e social de gente e realidade da Bahia, privilegiadas instâncias da região cacauceira, uma Bahia que emerge reinventada, mitificada, à base de um processo de liricização, amortecedora de tensões.

No âmbito da linguagem, é que me valho do conceito bakhtiniano para destacar aspectos dimensionadores e significativos. Situo-me entre os que entendem que é o trabalho fundador na linguagem que assegura a permanência e a atualidade de sua obra ficcional. Essas duas características vinculam-se estreitamente ao índice de polissemia e de universalidade configurado no texto de literatura.

Começo por alguns lembretes, para melhor situar as considerações sobre o tema.

Carnavalização, é matéria de todos consabida, é um conceito

operacional trazido aos estudos literários pelo citado pensador e teórico russo, nascido em 1895 e falecido em 1975. Corresponde a uma transposição do carnaval à literatura.

A carnavalização bakhtiniana ganhou foros de tradição, em termos de sua presença em inúmeras manifestações literárias de todos os tempos, em função da natureza e da prática do próprio carnaval.

Bakhtin, é necessário esclarecer, apoia as suas conclusões teóricas em determinada feição do carnaval.

A festa carnavalesca vincula-se ao tipo de sociedade em que se desenvolve. Para ele, “a literatura carnavalesca é aquela que recebeu diretamente, sem intermediários, ou indiretamente, depois de uma série de estágios transitórios, a influência de tal ou qual aspecto do folclore carnavalesco (antigo ou medieval)” (BAKHTIN, 1970.)

Na sociedade modernizada da cidade industrial, por exemplo, transmuda-se em espetáculo, folcloriza-se, mas guarda algo relevante das origens dimensões sgnicas, como as inversões e as máscaras. Cabe destacar, a propósito, a tipicidade do carnaval da Latino-América, em especial o carnaval brasileiro, com seu caráter multifacetado.

Para usarmos outro conceito bakhtiniano, a tradição carnavalizante modifica-se em função do cronotopo, a força do tempo.

Esse fato, entretanto, não invalida sua proposta, na medida em que permanecem em todas essas manifestações, as marcas fundamentadoras da festa e os signos da situação carnavalesca em si mesma.

Sua presença, nesses termos, continua a repercutir na arte literária, uma vez que as marcas carnavalescas já se incorporaram a determinadas dimensões da linguagem da literatura. O mérito do pensador foi detectá-las e conceder a elas foros de categorização teórica.

A esse passo das presentes considerações, uma pergunta incômoda insiste em fazer-se presente: qual a importância de identificar num texto literário marcas da carnavalização? Elas, afinal, não ultrapassam os limites da estruturação textual. Permanecem sitiadas no auge das estruturações da linguagem no texto. Onde fica o que o texto nos diz, sobretudo no abrigo do seu silêncio?

Arrisco uma primeira resposta, imediatamente relacionada com o objeto desta fala: a categoria possibilita surpreender dimensões miméticas na prosa jorgeamadiana, no sentido legítimo da mímese. Vale dizer, entendida como criação na linguagem, como fundação de sentidos, para além da literatura meramente espelho.

Em termos da consideração negativa de que se trata da obra um mero

contador de histórias, sem maior índice de polissemia, já se justifica a leitura proposta. Mas ela conduz mais além.

A carnavalização presentifica-se como um dos traços marcantes de sua prosa romanesca.

Nela encontramos, entre outras marcas caracterizadoras, a materialização do sobrenatural, notadamente centrada na valorização dos atos de comer, beber, copular; a presença forte do humor, feito de situações e de acentuada dose de ironia; a mistura do sublime e do vulgar: é bastante ver, a propósito, a história de Gabriela; a dessacralização da própria narrativa, por meio de longos e explicativos títulos de capítulos; o uso frequente da paródia, para além do simples discurso paralelo; a presença de figuras de linguagem como a repetição, vinculada à lógica ou ao ilogismo do desfile carnavalesco, a sua multiplicidade, a união de contrários, que se associa ao paradoxo do carnaval; e a hipérbole, configuradora do desemesurado, do exagero. Os exemplos presentificam-se a cada romance, com mais intensidade em vários textos da chamada maturidade de sua escrita.

É no bojo desse processo que podemos surpreender, em determinados textos, a *carnavalização do próprio carnaval*, para além de Bakhtin, porque na sua feição de festa brasileira peculiar.

Por força da natureza dessa apresentação, necessariamente condicionada aos limites cronológicos, limitarei a tal aspecto o desenho desta leitura.

Deixo, por consequência de tratar, por exemplo, das muitas festas que, ainda à luz da teoria bakhtiniana caberiam na categoria, se considerada em sua abrangência.

Lembro, apenas, à guisa de exemplo, o final da passagem de *Gabriela, cravo e canela* (1958), intitulada “A pastora Gabriela ou Da Senhora Saad no Reveillon”.

Depois da chatice da festa do Clube Progresso, Gabriela não se dá por achada e se joga inteira no terno de Reis.

O texto evidencia a eliminação momentânea das barreiras sociais, a presença do tragicômico quase choro de Nacib, a libertação das convenções, a assunção do interdito pela coerção social, nesse irrefreado gesto da senhora Saad, ao reassumir, instintivamente, a sua plena identidade, o contágio de sua atitude libertária. Deixemos falar o narrador onisciente do romance:

Gabriela descalçou os sapatos, correu para a frente, arrancou o estandarte das mãos de Miquelina. Seu corpo rodou, suas ancas partiram, seus pés libertados a dança criaram. O terno

marchava, a cunhada exclamou: “Oh”!

Jerusa olhou e viu Nacib quase a chorar, a cara parada, de vergonha e tristeza. E então ela também avançou, tomou a lanterna de uma pastora, se pôs a dançar. Avançou um rapaz, um outro também. Iracema tomou a lanterna de Dora, Mundinho Falcão tirou o apito da boca de Nilo. O míster e a mulher caíram na dança. A senhora de João Fulgêncio, alegre mãe de seus filhos, a bondade em pessoa, entrava no terno. Outras senhoras também, o capitão Josué. O baile inteiro na rua a brincar. No rabo do terno, a irmã de Nacib e seu marido doutor. Na frente, Gabriela, o estandarte na mão.

Em síntese, liberação geral, na direção da contracultura antiburguesia.

Clarificados os limites das considerações que me propus, destaco três narrativas, representativas de três momentos da ficção jorgeamadiana: *O país do carnaval* (1931), *Dona Flor e seus dois maridos* (1966), “*A morte e a morte de Quincas Berro-D’água*” que integra o volume *Os velhos marinheiros* (1961).

No primeiro romance, o carnaval está presente desde o título, situado, pelo protagonista, como um elemento básico para a compreensão da realidade brasileira.

A festa mobilizadora funciona como contraponto irônico da infelicidade que domina os personagens. É o próprio escritor que deixa isso claro no prefácio:

Eu queria intitular este romance de – Os homens que eram infelizes sem saber por quê - mas a gente tem vergonha de certas confissões (p. 3)

E o romance se chamou *O país do carnaval*.

O título se situa, ironicamente, no polo oposto ao do propósito assumido. “Carnavaliza-se” o carnaval no espaço da metaforização: o carnaval é a metáfora da irresponsabilidade, da alienação. A festa é avaliada negativamente e não na sua dimensão desrepressora. Nessa direção, evidenciam-se, no discurso do narrador e dos personagens, juízos coercitivos e depreciativos.

Enquanto, no momento brasileiro posterior à Revolução de 30, os personagens sofrem os seus problemas e suas angústias, suas lutas e seus

fracassos, suas preocupações sociais, o povo brinca e dança, entrega-se aos seus instintos. Opõe-se seriedade à comicidade, o “alto” e o “baixo”.

Paul Rigger, personagem central do romance, a certa altura deixa transparecer a sua ironia ferina. Acompanhemos o texto do narrador onisciente:

Leu os jornais. O povo estava aborrecido porque o Governo não queria dar aos clubes carnavalescos a “ajuda de praxe”.

Paulo riu:

-País do carnaval! País do Carnaval! Eu se fosse Presidente ou Ditador, decretaria um Carnaval de 365 dias... Adorar-se-me-iam.

(p. 89)

O efeito do contraste insere-se no cenário:

As luzes, na Cidade, plagiavam as estrelas. Uma grande lâmpada elétrica metia inveja á lua. Anúncios luminosos ensinavam remédios aos doentes ricos.

Passavam automóveis. Gente rica que ia aos teatros.

- Uma esmola pelo amor de Deus! a mulher magra, cadavérica, tuberculose ambulante, amamentava um filho pequenino. A fome sambava nas suas faces. (p.89)

Deixemos esse texto de juventude. Mesmo porque nele o processo carnavalesco apenas levemente se desenha.

Mas em *Dona Flor e seus dois maridos* o procedimento aparece com bastante nitidez, logo no capítulo inicial.

As primeiras cenas do romance situam-se, significativamente, num desfile de bloco carnavalesco. O acontecimento-núcleo é a morte do personagem masculino central, Vadinho. Desde logo a tragédia da morte é diluída pelo contraponto da condição do carnaval e vice-versa:

Vadinho, o primeiro marido de Dona Flor, morreu num domingo de carnaval, pela manhã, quando, fantasiado de baiana, sambava num bloco, na maior animação, no Largo Dois de Julho, não longe de sua casa. Não pertencia ao bloco, acabara de nele misturar-se, em companhia de mais quatro amigos, todos com traje de baiana, e vinham de um bar no Cabeça onde o uísque

correra farto à custa de um certo Moysés Alves, fazendeiro de cacau, rico e perdulário.

Na utilização do carnaval, nesse romance, Jorge Amado situa, no microcosmo do bloco carnavalesco, elementos importantes para a trama que se vai desenvolver.

O grotesco da morte de Vadinho funciona como mobilizador do riso. Desmitifica-se a morte. A movimentação do desfile dilui a tragicidade do acontecimento. A desmitificação, aliás, já se encontra contextualmente indiciada por dois traços anteriores. De um lado, a titulação dessa primeira parte: “Da morte de Vadinho, primeiro marido de Dona Flor, do velório e do enterro de seu corpo”, com o impacto fraturado pela indicação entre parênteses, em corpo menor (“Ao cavaquinho, o sublime Carlinhos Mascarenhas”). De outro lado, a resposta de Dona Flor, carregada de naturalidade, à pergunta de uma aluna sobre “Quando e o que servir em velório de defunto”.

Acrescente-se que Vadinho morre tendo nos lábios “o satisfeito sorriso do folião definitivo que ele fora”.

As adjetivações avaliatórias que ponteiam o discurso do narrador acentuam a dimensão carnavalesca:

Foi um rebuliço no bloco e na rua, um corre-corre pelas redondezas, um deus nos acuda a sacudir os carnavalescos – e ainda por cima a escandalosa Anete, professorinha romântica e histérica, aproveitou a oportunidade para um chique, com pequenos gritos agudos e ameaças de desmaio. Toda aquela representação em honra do dengoso Carlinhos Mascarenhas, por quem suspirava a melindrosa de faniquito fácil – dizendo-se ela própria ultrasensível, arrepiando-se como uma gata quando ele dedilhava o cavaquinho (p. 15)

As manifestações dos companheiros, o velório com todos fantasiados, suas falas, como que carnavalescam efetivamente o carnaval, convertido em paródia da cerimônia fúnebre. O carnaval perde a identidade de sua condição, assim alegremente associado à morte.

O comentário judicatório e distanciado do narrador sobre os amigos e a descrição da imagem do morto acentuam ainda mais o tom da narrativa:

O fato de estarem fantasiados de baiana não deve levar a maliciar-se sobre os cinco rapazes, todos eles de macheza comprovada.

Vestiam-se de baiana para melhor brincar, por farsa e molecagem, e não por tendência ao efeminado, a suspeitas esquisitices. Não havia chibungo entre eles, benza Deus. Vadinho, inclusive, amarrara sob a anágua branca e engomada, enorme raiz de mandioca, e, a cada passo, suspendia as saias e exibia o troféu descomunal e pornográfico, fazendo as mulheres esconderem nas mãos o rosto e o riso, como maliciosa vergonha. Agora a raiz pendia abandonada sobre a coxa descoberta e não fazia ninguém rir. Um dos amigos veio e a desatou da cintura de Vadinho. Mas nem assim o defunto ficou decente e recatado, era um morto de Carnaval e não exibia sequer sangue de bala ou de facada a escorrer-lhe do peito, capaz de resgatar seu ar de mascarado” (p. 18)

A presença do humor, o exagero, o contraste, o paradoxo, aí estão em função do cortejo e para além dele: se o desfile carnavalesco é uma desmesuração em função do comportamento social, a morte de Vadinho e suas decorrências naquele desfile desmesura a própria desmesuração. Observe-se que a abertura da narrativa com esse tratamento prepara todo o tom farsesco/fantástico do romance. E uso fantástico no sentido que lhe dá Irene Bessères, quando o entende vinculada à dupla ruptura do cotidiano e do real (Cf. BESSÈRES, s/d).

Por outro lado, Jorge Amado barroquiza o sobrenatural. Vadinho, um D. Juan fantasma, continua fiel à sua libido. A dessacralização esquece a dimensão religiosa que marca o personagem criado por Tirso de Molina.

A paródia é o mundo às avessas. Na paródia do carnaval, o seu avesso vincula-se ao não carnaval. A cara carnavalesca de Vadinho é a sua cara não carnavalesca. A raiz de mandioca com que simula um pênis desmesurado que exhibe fantasiado de mulher, sobre situar-se nos espaços da transgressão, ganha foros metafóricos, como simbolização da sua virilidade e índice de uma certa manifestação de machismo brasileiro. Exibe a máscara, própria do carnaval, mas exhibe também metaforicamente o que ela esconde, ao exibi-la. Desmascara a imagem carnavalizada. Indicia também o elemento dominante na relação-núcleo da narrativa, ou seja, o amor carregado de desejo e sensualidade que une Dona Flor e o seu libidinoso primeiro marido. Ao fundo a alegoria antiga do amor que ultrapassa as fronteiras da morte. Só que bem distanciada da visão romântica do século XIX e da perspectiva neorromânticas que perpassa certas narrativas contemporâneas. Não o amor-projeção, o amor-possessão, o amor-identificação, o amor-contemplação, amor doação, o amor-paixão, ou o

amor-integração.

Para Flor e Vadinho a leveza do ser é sustentável pelo poder conferido a Eros. O contraponto é o segundo marido, a não carnavalização, o não desejo.

O triângulo amoroso da narrativa, aliás, carnavaliza a instituição do casamento. Fratura as regras de conduta convencional, na sociedade brasileira. O comportamento de Flor escapa ao bom-senso, a volta de Vadinho dilui a fatalidade de sua morte. Vadinho está longe da nobreza de caráter. Com ele, relativiza-se a noção de honestidade e de fidelidade conjugal. É certo que, do outro lado, ele está livre das amarras da ética, mas esse não é caso de sua mulher. É mais um elemento carnavalizador.

Ao fundo, a exaltação da liberdade, na contracorrente dos tabus religiosos e sociais.

A naturalidade com que o casal assume o reencontro insere a narrativa nos espaços do fantástico. Mas essa já é outra leitura, não menos significativa.

A carnavalização presentifica-se, portanto, em múltiplas dimensões do romance. Envolve o carnaval em sua realidade objetiva, nas ruas da Bahia; os personagens e o próprio discurso do narrador onisciente. Observe-se que, distanciado, conduz o processo, na medida em que assume comportamento judicativo, traduzido indiretamente na seleção de palavras e nos comentários críticos sobre comportamentos e ações dos personagens. É uma das marcas do escritor: a sua presença, de certo modo participativa, nos rumos da trama.

A exaltação da vitória da libido, o tom farsesco ganham destaque a cada passo e, obviamente, acentuam-se quando o centro da narrativa é o próprio carnaval, que acaba ele mesmo, carnavalizado. O elemento relevante nesse processo é o contraponto da morte e de sua ultrapassagem.

Esse tratamento também se presentifica em “A morte e a morte de Quincas Berro- d’Água”. Observe-se a retomada do tema central da trama.

Nesse texto, a narrativa, como sempre conduzida em terceira pessoa, centraliza-se na obscura morte do personagem do título, suas duas mortes. Vou além: a rigor três, se considerarmos a sua morte simbólica, ao abandonar a condição burguesa e bem-comportada.

A oposição carnavalizante alto/baixo evidencia-se desde o começo da história.

Antes de optar pela vida vagabunda e marginal de Quincas, o futuro morto tinha sido o bem-comportado Joaquim Soares da Cunha, funcionário público da Mesa de Rendas Estadual, “de passo medido, barba escanhoada: paletó negro de alpaca, pasta sob o braço, ouvido com respeito pelos vizinhos,

opinando sobre o tempo e a política, jamais visto num botequim, de cachaça caseira e comedida” (p.21).

Morto, trava-se a disputa do corpo entre a família e os amigos de vida marginal, todos simpáticos com o falecido, líder reconhecido e louvado, líder de todos os companheiros. A primeira mobilizada pelo desejo de resgatar a imagem antiga do parente; os segundos a assumir a defesa da identidade com que aprenderam a conviver.

O conflito começa no velório.

A família despoja o cadáver de seus andrajos cotidianos, veste-o com um terno escuro, camisa, gravata e sapatos lustrosos. Não descuida sequer da barba, agora finalmente feita. Vanda, a filha, observa o sorriso cínico, imoral de quem se divertia. Parente do sorriso de alegria marota de Vadinho. Como se percebe, ambos têm vários traços comuns.

De repente, ela ouve o costumeiro insulto com que o personagem reagia às antigas tentativas dela e da tia de reconduzi-lo aos hábitos estabelecidos, à perda inocência,- Jararaca! Além da palavra, um dos polegares – o da mão esquerda- não estava devidamente cruzado sobre o outro. Elevava-se no ar, anárquico e debochativo.

Vanda ouve a repetição do insulto. A entrada da tia, Quincas atira sobre ela a definição pejorativa, para novo espanto da filha, perturbadíssima. Obviamente a tia , distraída, não se dá conta do ocorrido.

É ainda com o sorriso que o morto saúda a chegada dos amigos de vagabundagem: o negro Pastinha, Curió, Pé-de-Vento, o cabo Martim. Tipos. Para a filha, o sorriso era agora, diante deles, uma atitude acolhedora.

Estamos nesse caso, ainda uma vez, em plena instância do fantástico.

Com a saída dos parentes, por cansaço ou mal-estar, o morto fica entregue aos companheiros. Estes decidem organizar-lhe o velório adequado. Entendem que aqueles trajes devem estar-lhe incomodando. Vestem-no com a velha roupa antiga, destinando-se, entre si, o paletó, a camisa, os sapatos e resolvem degustar a moqueca de arraia no saveiro de Mestre Manuel.

Clarifica-se o processo de entronização/desentronização típica da carnavaização. De certa forma, a atitude da família caracteriza uma tentativa de desentronizar Quincas da sua “realeza” carnalizante; este resiste, por meio do sorriso metonímico e do insulto verbal e digital. Os amigos reentronizam-no como seu rei: um rei bufo, fantasiado, carnalizado, inclusive com direito a desfile : com seus antigos andrajos , ele é conduzido em alegre cortejo pelas ruas, botequins, casas de mulheres até a culminância da festa, no saveiro, com direito a peixada, bebedeira e cantoria.

Repare-se: desentroniza-se o personagem da condição de funcionário de Joaquim para a condição marginal de Quincas, por sua vez “desentronizada” para morto, voltar a Joaquim, e novamente ser “desentronizado” e, nessa condição voltar a ser “coroadado” Quincas, numa festa consagrada. Carnavalização do carnaval.

Um dado importante no processo carnavalizador da própria festa: o rei, efetivamente, está morto. Todo aquele carnaval parte do falso, fantasia a falsidade.

De repente vem o vento e a tempestade, a falsa noite, como em *Mar morto*. “A chuva começou a cair. Pitando seu Cachimbo, Manoel ia ao leme. Ninguém sabe como, Quincas se pôs ao pé, recostado à vela menor”. E, ao aproximar-se o barco do remanso do quebra-mar, Quincas Berro d’Água atira-se às águas, e ouve-se sua frase derradeira e misteriosa. Desentroniza-se definitivamente o rei. O “carnaval” que marcou o seu percurso de personagem chega ao clímax, com a sua terceira morte. Quincas, na plenitude de sua realização existencial, toma sua morte e seu mistério nas suas próprias mãos. Ele que, morto, ressuscitara, carnavalizado, por força da veneração e da amizade.

Essa derradeira morte reafirma a sua liberdade de viver e de morrer a seu modo. Anti-herói, ele não pretendeu como o Antonio Balduino de *Jubiabá*, eliminar os conflitos sociais com a ação revolucionária, nem se arvorou em líder político, que ele não se chama Ramiro Bastos ou Mundinho Falcão, personagens de *Gabriela, cravo e canela*. Sua forma de protesto contra a hipocrisia burguesa é a assunção da marginalidade, a negativa dos valores convencionais.

O texto da narrativa, nesse sentido, converte-se em denúncia, inserido na tradição da narrativa sério-cômica, onde a carnavalização emerge como uma estratégia das mais eficientes, ao longo da história da literatura ocidental.

Em *O país do carnaval*, o carnaval é, sobretudo, uma referência mobilizadora, em contraste com projetos de vida frustrados, nos termos das convenções sociais estabelecidas.

Nos dois outros textos, a carnavalização conduz, com estratégias similares, à realização do projeto existencial na contramão da sociedade burguesa, com a afirmação da plenitude individual para além das convenções e da coerção.

Carnavalizado, Quincas Berro d’Água, o “rei” do cais, morto, é descoroadado pela família, para voltar novamente ao “trono” no desfile “carnavalesco” promovido pela amizade dos seus irmãos de copo e de cruz.

Vadinho, a seu modo, também se reveste, para seus pares, de foros de

“realeza”. Sua morte envolve a carnavalização do carnaval tomado em sentido restrito: carnavalizar o carnaval corresponde, de certa forma, a descarnalizá-lo. Isto se configura no jogo dialético com a presença da morte, também carnavalizada, a partir de sua destragicização em função da festa carnavalesca. Observe-se que os foliões assumem fantasiados o velório.

Repare-se ainda que as duas narrativas se aproximam em termos de ruptura e de libertação. Em *Dona Flor* caracteriza-se por meio da dicotomização Vadinho/ Floriano; na história de *Quincas*, o duplo caracteriza-se numa dupla personalidade de um único personagem.

Destaca-se, na primeira história, por outro lado, a força da relação amorosa, acentuado o poder da sensualidade mestiça nacional. A esse amor-desejo que, segundo a narrativa, também move as coisas do Céu e da Terra, junta-se o elemento fantástico, tão presente no nosso cotidiano, na mobilização do nosso imaginário. Curiosamente, o que predomina não é a sublimação do sentimento amoroso, mas a sua condição humanamente carnal.

Em ambas as narrativas, o cômico e o trágico se aproximam. Avulta o tempo/espço da suprarrealidade, ou seja, o tempo/espço carnavalizado. Assumem-se a carnavalização e o fantástico para afirmar instâncias do real, ancoragem do texto literário.

O processo carnavalizante configurado na narrativa contribui para a caracterização das significações escondidas no silêncio do texto: para além da singularidade baiana de personagens, ambientes, marcas culturais, avulta a crítica mordaz à hipocrisia social, destaca-se a valorização da amizade, a relativização da morte, a exaltação da liberdade. *Ridendo castigat mores*. A carnavalização faz-se catártica e compensatória.

Por todas as características apontadas, pelo tratamento da linguagem efetivado nesses textos, a ficção jorgemadiana vai efetivamente além do mero romance de costumes.

Revela um escritor que sabe, sim, contar histórias bem contadas, centradas na vida do povo baiano, dos desvalidos, dos moradores das proximidades da Sé, da Baixa do Sapateiro, do Pelourinho, da gente do cais da Bahia, dos capitães-meninos da areia, histórias marcadas de visão crítica e de inconformismo. Deixa perceber muito da personalidade de um autor sub-repticiamente presente nas narrativas que inventa e que, de certa forma, reinventam a Bahia. Mas revela também um ficcionista que conhece e domina gradativamente, ao longo de sua obra, a linguagem criadora de que se vale, na construção de textos e de personagens irresistivelmente mobilizadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. *O país do carnaval*. In: *Obras de Jorge Amado*. 4. ed., São Paulo: Martins, 1955.

_____. *Dona Flor e seus dois maridos*. 45. ed., Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. *Os velhos marinheiros*. São Paulo: Martins, s/d.

ARRIVÉ, Michel. La sémiotique. In: POTTIER, Bernard, dir. *Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris: Bibliothèque du CELP, 1973, p. 271.

BAKHTIN, Mikhail. *La poétique de Dostoievski*. Paris: Seuil, 1970.

BESSÈRES, Irene. *Le récit fantastique*. La poétique de l'incertain. Paris: Larousse, s/d, p. 89.

GREIMAS, Algirdas-Julien. *Essais de sémiotique poétique*. Paris: Larousse: 1972, p. 6.

PRIMEIROS ECOS DE F. DE SAUSSURE NA GRAMATICOGRAFIA DE LÍNGUA PORTUGUESA.*

**EVANILDO BECHARA (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS,
ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOGIA E UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO)**

Resumo

O presente estudo pretende mostrar que a produção linguística e gramatical do M. Said Ali sobre língua portuguesa talvez assinala a primeira obra no mundo da gramaticografia a se beneficiar das dicotomias saussurianas de langue e parole, de sincronia e diacronia, entre outros ensinamentos do mestre genebrino.

Palavras principais

Langue, parole, sincronia, diacronia, gramática descritiva, gramática escolar, psicologia da linguagem, M.Said Ali, Ferdinand de Saussure, alternância vocálica, metafoia.

É hoje indiscutível a presença de ideias de F. de Saussure no panorama da linguística e não está longe da verdade a afirmação de E. Benveniste de que não há em nossos dias linguista que não lhe deva alguma coisa nem teoria geral que não mencione o seu nome.

Embora os modelos teóricos de descrição linguística não tenham o compromisso imediato de aplainar dificuldades no ensino da língua materna ou de estrangeiras, vale a pena, neste momento em que se realiza um congresso em cujos temas está a obra do genial genebrino, rastrear a presença dos ensinamentos de Saussure na elaboração de gramáticas escolares. Neste sentido, conheço dois bons estudiosos que, mesmo antes de serem retomados definitivamente alguns conceitos do *Cours de linguistique générale*, em obras técnicas, orientaram o modelo de sua restrição em livro didático por ensinamentos auridos em Saussure. Cronologicamente, o primeiro deles foi o linguista e filólogo brasileiro Manuel Said Ali (1861-1953); o segundo, o linguista suíço Albert Sechechaye (1870 – 1946). Deste último, lembro o *Abrégé de grammaire française* onde, ao estabelecer um “Tableau systématique des conjugaisons”, declara, no Avertissement, reportando-se à 2.^a ed. do Cours:

Em faisant ce travail nous n'avons voulu tenir compte que des rapports morphologiques actuels et faire, non pas de l'histoire ou de l'étymologie, mais de la grammaire strictement “ synchronie” selon le mot et la doctrine de F. de Saussure (*Abregé*, pag.79)

Said Ali já denuncia um aproveitamento mais cedo e mais profundo da leitura de *Cours*, Publicada a obra de Saussure em 1916, e, 1919, na 2.º ed. das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, a ela se referia nesses termos:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manuel Bernardes, mas ainda mais o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente, de onde se vê a razão de certas edições duplas, coexistentes ora, e ora sucessivas, fontes muitas de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e a linguística diacrônica (pág.XVII da 5ª edição, 1957).

Das distinções primárias estabelecidas por Saussure (sincronia e diacronia; língua e fala), a primeira parece que foi a inicial nas preocupações do mestre e a que oferecia maior possibilidade de operacionalização imediata em livro destinado a descrever o idioma com objetivos pedagógicos, já que, por meio dela, se fugia á metodologia praticada na época, de considerar a língua cavalgando em dois domínios, o dos estados e das sucessões. Colocando-se o investigador dentro da perspectiva diacrônica, como bem procedera Saussure, “ce n'est plus la langue qu'il aperçoit, mais une série d'événements qui la modifient” (*Cours*, 129).

Parece que o livro da série que tem mais problemas de caráter metodológico apresentou a Said Ali foi o destinado a estudar historicamente o português. Fazia parte do currículo escolar do secundário, um curso de “Gramática Histórica”, e o nosso autor, diante das considerações expostas no *Cours*, teria de seguir rota diferente, visto que, para Saussure – que tomava o termo gramática numa acepção muito precisa, de descrição de um “estado de língua”, e , portanto, sincronicamente – não havia “gramática histórica), e sim linguística diacrônica.

Partindo dessa lição, Said Ali deu ao seu livro o nome de Gramática do Português Histórico (e Não *Gramática Histórica do Português*), em que

descreve os fatos, levando em conta os diversos estados de língua, desde o início da documentação histórica até os nossos dias. O que pretendeu o autor foi mostrar as mudanças linguísticas ocorridas nas diversas fases porque passou o português. Para tanto não ficou na divisão clássica proposta por José Leite de Vasconcelos, segundo a qual duas são as fases históricas do português: a arcaica (das origens aos princípios do século XVI e a moderna (daí aos nossos dias). Said Ali, para poder com mais exatidão comparar os estados de língua, distinguiu, no português moderno, as subfases portuguesas *quincentista*, portuguesas *seiscentistas* e português *setecentista*, e acrescentou a fase hodierna com as características criadas ou fixadas a partir do século XIX (algumas remontam ao século XVIII). Para o tratamento de um fato linguístico sob o enfoque da sucessão da obra de Said Ali serve de exemplo o comentário relativo ao emprego do artigo definido junto ao pronome possessivo adjunto:

O possessivo adjunto ocorre em português, anteposto a um nome, ora sob a forma simples e originária (meu, teu, seu, etc.), ora reforçado com o artigo (o meu, o teu, o seu, etc.). Não podemos precisar a época do aparecimento desta segunda forma. Existia provavelmente muito antes dos primeiros documentos escritos. Certo é que o seu emprego era relativamente restrito e só de Camões para cá se torna, de século para século, cada vez mais notória a frequência de possessivo reforçado. Fernão Lopes poucas vezes se socorria desta forma; em seus escritos ela figura ao lado dos exemplos de possessivo destituído de artigo, em proporção muito pequena: 5% aproximadamente. Já nos *Lusíadas* sobe a porcentagem a 30%, na linguagem de Vieira a mais de 70% e finalmente na de Herculano a mais de 90% (vol.12, págs. 97-98).

A consequência da oposição sincronia x diacronia não ficou restrita à fuga original da denominação ‘gramática histórica’, mas foi mais adiante. Se a sincronia é a descrição de um sistema linguístico num dado momento ou fora do tempo, e a diacronia o estudo do desenvolvimento desse sistema através do tempo, de geração a geração, está-se fazendo diacronia tanto ao se compararem dois sistemas durante um grande espaço de tempo (por ex., o sistema latino e o sistema português), dentro do modelo canônico das gramáticas históricas, quanto dois sistemas delimitados por um espaço de tempo certo (por ex.; o português antigo e o português moderno, ou o português moderno e o português hodierno). O estudo de linguística diacrônica é tão válido quando levado a cabo, segundo a primeira hipótese quanto pela segunda hipótese. Said Ali optou por esta segunda maneira de encarar o estudo diacrônico e, pela primeira vez em língua portuguesa, elaborou uma “gramática histórica” sem partir diretamente do latim, preocupado que estava com o plano das sucessões dentro do próprio português. Neste ponto ousou não crer certa a opinião

de Matoso Câmara Jr., quando, considerando esta obra de Said Ali dentro da “descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure”, assim se expressa:

E em verdade se pode dizer que o seu campo de interesse foi a descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure. Assim, a sua *Gramática Histórica* (...) não é o que por esse nome entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos alemães, e o que se entende ainda hoje: um estudo da cadeia de mudanças, a partir do latim vulgar, dos sons vocais, das formas gramaticais e das construções sintáticas. É no fundo uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua. Aí se acham apresentadas mais minuciosas as ideias gramaticais que nos oferece nessa admirável síntese didática que é a “*Gramática Secundária da Língua Portuguesa*”.

Sou de opinião, aliás, em companhia do próprio Said Ali, que seu livro é uma gramática histórica, é um estudo de linguística diacrônica dentro do que entendia Saussure por diacronia, estudo da língua dentro da história, no plano das sucessões. Por outro lado, não vejo na Gramática Secundária menos minuciosamente tratadas as mesmas ideias gramaticais da *Gramática Histórica*; é, sim, uma exposição do estado de língua a que Said Ali chamou *português hodierno*. É na verdade que aí cita autores clássicos representativos do estado de língua anterior ao qual chamou *português moderno*; os fatos gramaticais que documentam, porém, são todos vigentes na língua de seus contemporâneos. Aliás, como ensinava Saussure, “o rio da língua flui sem interrupção; que seu curso seja lento ou de torrente, é de importância secundária” (*Cours*, pág.193).

Esta novidade, dentro do maior rigor científico, aparecida ao público especializado e aos alunos em 1921, não foi bem entendida e serviu, entre outros pontos, de alvo de crítica de um membro da Academia Brasileira de Letras, integrante da comissão que concedeu, naquele ano, ao autor da *Lexeologia do Português Histórico*, o primeiro prêmio Francisco Alves, instituído para a melhor obra sobre a língua portuguesa. O argumento do crítico a respeito da novidade era esse: uma gramática histórica sem latim!

Apesar do peso da autoridade de que já gozava Said Ali no meio do magistério brasileiro e da concessão do prêmio pela Academia Brasileira de Letras, o autor teve de alterar o título, na 2.^a edição de sua obra, para *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, a fim de atender às exigências dos programas oficiais de ensino. No Prólogo desta 2.^a edição, ainda procurava defender o ponto de vista anterior que dava à obra o seu tom de originalidade:

Constituíam os dous volumes uma gramática histórica que, sem

desprezar a evolução do latim para o português, estudava particularmente (o grifo é meu) as alterações do idioma nas diversas fases do português histórico, isto é, no largo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos (pág. VI do 1º vol., 2.ª ed. 1931).

A mudança do título e a ressalva exarada na 2.ª ed. da obra de Said Ali não conseguiram que os contemporâneos a deixassem de ver como uma produção estranha, que fugia aos cânones tradicionais das gramáticas históricas escritas para o português ou para outras línguas. Como resultado dessa impressão, vale lembrar que o livro, em vida do autor, não passou dessa 2.ª edição, saída à luz quase dez anos depois da 1.ª, o que significa, em se tratando de livro didático, um desastre editorial. Só mais tarde, a partir da década de 50, sendo mais conhecidas e discutidas as ideias de Saussure, é que a obra conhece maior número de edições, e é posta em evidência toda a novidade que ela inaugura na década de 20.

Em outras presenças de Saussure na obra de Said Ali, lembro aqui a relação íntima entre a psicologia de homem pensante e as alterações por que passa a linguagem. Confronte-se o comentário do mestre suíço:

Au fond, tout est psychologique dans la langue, y compris ses manifestations matérielles et mécaniques, comme les changements de sons (Cours, pág. 21)

Com este de Said Ali:

É a psicologia elemento essencial e indispensável á investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes em os processos de memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma (vol.12, pág.III).

Embora a natureza prática e pedagógica do livro de Said Ali não enfrentasse a oposição *língua e fala*, não passou despercebida a lição saussuriana de que é na fala

que se trouve le germe de tous les changements: chacun d'eus est lancé d'abord para um certain nombre d'individus avant d'entrer dans l'usage (...) Mais toutes le innovations de la parole n'ont pas le même succès, et tant qu'elles demeurent individuelles, il n'y a pas à em tenir compte, puisque nous étudions la langue; eles ne rentrent dans notre champ d'observation qu'au moment ou la coletivité les a acueillies (Cours, pág.138).

Eis como Said Ali se expressa a respeito:

Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe o contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo mundo diz, se decide também a aceitar a mudança (vol.12, pág. IV).

Além da Gramática do Português Histórico, Said Ali escreveu, para a série didática, uma Gramática Secundária, essa recebida com mais entusiasmo pelo círculo dos professores e que chegou a ter algumas edições em vida do autor.

Como disse Saussure, a gramática “étudie la langue em tant que système de moyen d’expression; quid it gramatical dit synchronique et significatif”(Cours, 185). Said Ali conseguiu, talvez pela primeira vez em língua portuguesa, elaborar uma gramática quase exclusivamente dentro de um enfoque sincrônico, e este mérito não passou despercebido a um linguista do nível de Matoso Câmara Jr., que acerca desse livro afirmou tratar-se, como já vimos, de uma “admirável síntese didática” (Dispersos, pág.187) ou noutro ensaio sobre João Ribeiro:

E, não obstante, inconcusso que no campo estrito da gramática também fez muito o nosso João Ribeiro, embora sem aquela sistematização nítida e formulação estruturada que fazer da *Gramática Secundária*, de Said Ali, o livro até hoje insuperado em seu gênero para a língua portuguesa (Dispersos, pág.175).

Também, relativamente à nomenclatura se podem rastrear algumas influências, ainda que leves, da leitura de *Cours*; assim é que Said Ali não agasalhou o termo *morfologia*, preferindo trabalhar com a denominação *Lexeologia*. É bem verdade que nessa opção ao autor brasileiro passou ao largo das razões apontadas por Saussure para desprezar morfologia, que, para este, “linguisticamente, não tem objeto real e autônomo, não podendo constituir-se numa disciplina distinta da sintaxe” (Cours, pág.186).

Mais profundas devem ter sido as razões escolhidas em Saussure (Cours, págs.215 e ss.) sobre o conceito e a aplicação de alternância para que Said Ali pudesse fazer a seguinte opção terminológica:

Em pontos de nomenclatura enviei em geral o recurso de inovações desnecessárias. Preferi a denominação mais vaga de alternância vocálica, a

metafonia e a apofonia por me parecer que os três termos, segundo os encontros definidos, não exprimem com rigor a natureza da alteração fonética (*Gram. Hist.*, 12, III-IV)

Nas pegadas de Saussure, compreendeu Said Ali que os fenômenos rotulados por *metafonia* e encobriam oposições de funções gramaticais de pessoa, gênero, número, tempo, etc.; e que as alterações fonéticas não eram “ni la cause unique ni la cause principale e l’alternance” (Cours, pág. 206). Tais alternâncias resultavam antes do que hoje chamamos morfemas suprassegmentais.

Pelo que vimos até aqui, podemos concluir que a gramaticografia de língua portuguesa, com o apoio na obra de Said Ali, tenha sido das primeiras, senão a primeira, a beneficiar-se das importantes reflexões teóricas de F. de Saussure e de suas consequências no estudo e descrição das línguas.

Notas

*Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa. Em homenagem a Ferdinand de Saussure. Vigo 28 de outubro – 1 de novembro 1993, e aqui reproduzida com pequenas variantes.

1. Problèmes de linguistique générale, pág.33.

2. Zürich, 1926.

3. J. Mattoso Câmara JR., “Said Ali e a língua portuguesa” in *Dispersos*, pág. 187.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said - *Dificuldades da língua portuguesa*. 8.^a edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.

_____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2.^a edição. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1937.

_____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 4.^a edição. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris Éditions Gallimard, 1966.

CÂMARA. JR., Joaquim Mattoso. *Dispersos* de J. Mattoso Câmara Jr.. Nova edição revista ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916.

SECHEHAYE, Albert. *Abrégé de grammaire française*. Zürich: Sekundarlehrerkonferenz des Kantons Zürich, 1926.

TRIBUTO A JOSÉ ALBANO

JOSÉ GERALDO PAREDES (ESCOLA DE GUERRA NAVAL, ABRAFIL, UNISUAM)

1. Apresentação

Como ocupante da Cadeira 39 desta casa, cujo Patrono é José Albano, sinto, neste momento a honra de prestar o merecido reconhecimento e de tecer breve relato de sua personalidade e de sua contribuição como poeta e filólogo, no que tange à exaltação do culto à Língua Portuguesa.

O 12 de abril de 1882 assinalou, em Fortaleza, cidade do Ceará, o nascimento de José de Abreu Albano. Filho do bem-sucedido negociante José Albano Filho e de Maria de Abreu Albano, e neto dos barões de Aratanha, pelo lado paterno, o que lhe fora reservado uma educação europeia, na época, lugar social das elites.

De educação esmerada, torna-se aluno do seminário Episcopal de Fortaleza em 1892 e 1893. Neste último ano, o pai manda-o estudar na Europa, onde frequenta os melhores colégios: na Inglaterra, o Stonyhurst College; na Austria, o Colégio Stella Matutina, ambos jesuítas, e na França, o colégio dos Irmãos de doutrina Cristã.

Em 1898, regressa da Europa. Faz os preparativos no Liceu do Ceará e, bem jovem ainda, começa a publicar os poemas no jornal “A República”. Transfere-se para o Rio de Janeiro em 1902, com o propósito de estudar leis. Interrompe o curso em 1904, e de regresso à província natal é designado professor de Latim no Liceu do Ceará. No ano seguinte, é nomeado pelo Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, para trabalhar em seu gabinete no Itamarati. De fato, José Albano reunia todos os requisitos indispensáveis para o cargo - discreto, inteligente e poliglota, pois falava correto correntemente como dizia Manuel Bandeira, o inglês, francês, italiano, alemão e o espanhol e, de conhecer, ainda, o holandês, o provençal, o catalão e o idioma galego; fora o latim em que era mestre e o grego, do qual tinha boa base.

Casa-se em 1906. Em 1908, regressa à Europa para ocupar um cargo no consulado brasileiro em Londres e lá permanece até 1912.

Viaja por Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, suíça, Itália, Romênia, Grécia, Turquia.

Percorre o Egito e a Palestina; manifesta grande júbilo em conhecer os caminhos percorridos por Jesus Cristo e pretendia fixar residência em Jerusalém. No entanto, por motivo de saúde sua estada em Jerusalém teve de ser abreviada.

Em 1914, volta ao Ceará, doente. Restabelecido, muda-se para o Rio de Janeiro, em 1917. Frequenta a Garnier. Convive com Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, João Ribeiro, Mario de Andrade dentre outros. Viaja definitivamente para a Europa, estabelecendo-se em Paris. Agrava-se o seu estado de saúde. José de Abreu Albano falece em Montauban, na França em 11 de julho de 1923 – com 41 anos.

2. José Albano e sua época

José Albano viveu completamente desligado do seu tempo, dos problemas políticos que agitavam a comunidade brasileira na época: A Abolição, A República e até mesmo a Campanha dos Canudos. Era um estrangeiro em sua pátria, muito mais ainda em sua província. Viveu sempre alheio aos problemas nacionais, sempre desatento, desligado e desinteressado dos problemas brasileiros do seu tempo. Em tudo era um intemporal. Até mesmo acontecimento como a Revolução Russa fora por ele ignorado.

Talvez Albano seja o poeta menos conhecido em toda literatura brasileira, não pela qualidade de suas composições. Há razões por esse desconhecimento; a publicação fragmentária de suas poesias – publicadas sempre em folhetos de reduzida tiragem; a utilização de pseudônimos por ele usado J.de A.; A. e Josephus Albanus e ainda, pela intemporalidade de sua temática.

3. A presença de Manuel Bandeira

A obra de Albano somente adquire uma edição organizada, revista e prefaciada com Manuel Bandeira em 1948, sob o Título de RIMAS, publicada pela Editora Pongetti.

De fato, Manuel Bandeira presta não só relevante serviço à memória do grande poeta e filólogo, mas também à Literatura Brasileira.

Para esta publicação, com a aquiescência da família de José Albano, os dados bibliográficos e as publicações deixadas pelo poeta foram fornecidas por Idelfonso Albano – irmão do poeta a Manuel Bandeira, o que além de outros informes, propiciaram a Bandeira elementos para edição de RIMAS.

Por relatos do irmão do poeta, segundo Manuel Bandeira, vê-se que José Albano recebeu esmerada e sólida educação humanística. Diz Bandeira: “Tinha excepcional facilidade para as línguas, era forte no latim e no grego, falava corrente e corretamente o francês, o alemão, o italiano e o espanhol, conhecia ainda o holandês, o provençal, o catalão, o galego...” E continua

o estudo crítico de Bandeira. “Pode-se dizer que a língua portuguesa foi a grande paixão de sua vida.

Bandeira considera-o uma figura singular, “inteiramente fora dos quadros da poesia brasileira.”

“Era um antigo” disse dele Graça Aranha, e desprezava a vida moderna. A sua arte inspirava-se nas raízes do espírito oriental mediterrâneo.

Bandeira no Prefácio de RIMAS exalta o valor poético de José Albano e, cita alguns espíritos luminosos que tiveram a oportunidade de privar com Abano: Mario de Andrade, Luís Anibal Falcão, Tristão de Cunha, Da Costa e Silva, Antonio Sales, Américo Facó, Silvio Julio (este fora o 3º a ocupar a cadeira 39 da ABRAFIL), o próprio Manuel Bandeira, Agripino Grieco, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), João Ribeiro, Graça Aranha, dentre outros.

A meu ver José Albano merece uma análise profunda de seu componente poético. Há apenas estudos breves. Vasta é a sua composição poética - Redondilhas; Cantigas, Esparsas, Vilancetes, Trovas com eco, Coplas, Trovas e, em especial, Cântico dos Cânticos de Salomão; Canção a Camões; Ode à Língua Portuguesa; Alegoria; Comédia Angélica; Triunfo, Sonetos e os quatro sonetos em língua inglesa.

Devido ao volume de suas composições, procuraremos exibir uma pequena amostra de sua arte poética.

4. Sonetos

É nos sonetos onde mais profundamente José Albano expressa o seu caráter lírico - a exteriorização de seu estado psíquico, de sua alma sentimental, do seu estado atormentado.

Poeta fui e do áspero destino
Senti bem cedo a mão pesada e dura.
Conheci mais tristeza que ventura
E sempre andei errante e peregrino.

Vivi sujeito ao doce desatino
Que tanto engana mas tão pouco dura;
E inda choro o rigor da sorte escura,
Se nas dores passadas imagino.

Porém, como me agora vejo isento
Dos sonhos que sonhava noite e dia
E só com saudades me atormento;

Entendo que não tive outra alegria
 Nem nunca outro qualquer contentamento,
 Senão de ter cantado o que sofria.

De diversidade temática e de estilo, José Albano nos encanta com seu extremado misticismo religioso.

Senhor, assim pregado ao duro lenho,
 Não negas a ninguém o teu socorro;
 A mim, pois, que de mágoa vivo e morro,
 Dá-me o brando sossego que não tenho.

Em Tour Sonnets - os quatro sonetos em língua inglesa - Albano expõe a sua angústia em face de um mundo de miséria, de dor, de sentimento.

No terceto do primeiro desses sonetos, nos passa a sua visão das coisas da vida.

Vós que sois tristes, comparai as vossas penas com as minhas penas e toda a mágoa que mora no vosso peito não há de igualar nunca metade da minha desesperação. (5:81)

5. A arte poética

De técnica admirável, Albano jamais se afastou da linha clássica, dos moldes inspirados na arte renascentista. Revela imenso respeito aos preceitos estéticos do soneto, da sua estrutura enquanto poema de forma fixa, preferindo a melhor expressão camoniana: o vocabulário quinhentista; a uniformidade do metro - o decassílabo clássico, com variação rítmica, a disposição simétrica quanto à rima abba, abba, cdc, dcd. A uniformidade também de pensamento, de inquietação filosófica, o padecimento pelo áspero destino; e o de ter conhecido mais tristeza que ventura. Essa tristeza em Albano é o seu próprio estado psicológico; e é nos sonetos onde mais fortemente José de Abreu Albano expressa o seu caráter lírico - a exteriorização do seu estado psíquico, de sua alma sentimental, do seu eu atormentado.

6. Ode à Língua Portuguesa

O afeto e o respeito com que o nosso filólogo trata o idioma nacional, soube nos mostrar a beleza excelsa do nosso vernáculo.

Ode à Língua Portuguesa é uma composição de dez estâncias de sete versos cada em decassílabo heroico com variação rítmica em todas as estâncias, sendo os quatro primeiros versos em rima cruzada abab e mais três versos: o primeiro rimando com o terceiro, e o segundo, este de seis sílabas com cesura na terceira e última sílaba do verso.

Convém também assinalar o molde camoniano no estilo e no vocabulário.

1ª estância

“Língua minha, se agora a voz levanto
Pedindo à Musa que me inspire e ajude,
Somente soe em teu louvor o canto,
Inda que a lira seja fraca e rude;
E tudo quanto sinto na alma, e digo
Já que na alma não cabe,
Contigo viva e acabe – só contigo.

2ª estância

Língua minha dulcíssima e canora,
Em que mel com aroma se mistura,
Agora leda, lastimosa agora,
Mas não isenta nunca de brandura;
Língua em que o afeto influi e ensina
E derrama e prepara
A música mais rara – mais divina

6ª estância

Outros andam o teu sublime aspecto
D’ornamentos estranhos encobrindo
Sem saber o que tens de mais secreto,
De mais maravilhoso e de mais lindo;
Em ti já não se nota o mesmo agrado
E eu não te reconheço,
Se o teu valor e preço – é rejeitado.

7. Canção a Camões

A identificação camoniana na obra literária é, fora de dúvida, uma permanente busca em trilhar o caminho do autor de Os Lusíadas. Nessa canção, Albano exalta a figura do mestre, visualizando-o no cimo do Parnaso com uma espada de prata e lira de ouro. Confessa, ainda, ter gravado na mente essa imagem celeste.

Retorna ao passado quinhentista, retoma o mito como ornamento poético de suas produções, invoca as Musas Calíope – a inspiradora da poesia lírica e épica; e Euterpe – a musa da música para a flauta.

Diversos feitos de Os Lusíadas são evocados nessa canção. Canção a Camões é uma composição de sete estâncias de treze versos cada, em decassílabo clássico, também com variação rítmica, sendo as seis primeiras com treze versos e a sétima com sete versos. Quanto à rima segue o padrão camoniano.

Os admiradores de Albano confirmam que o nosso filólogo tinha uma cultura admirável. Lia com afinco os líricos alemães, espanhóis e italianos; foi, no entanto, a poesia de Camões que o levou a cultivar o imortal épico, despertando em Albano o ardor da pureza do vernáculo.

Canção a Camões é um tributo à poesia e ao grande feito épico de Luís de Camões.

Das sete estâncias apresento a primeira e a sétima.

Co' uma espada de prata e lira de ouro.
 Claríssimo Camões, me apareceste
 No cimo do Parnaso alcantilado;
 E eu, posto num enlevo duradouro,
 Gravei na mente essa visão celeste
 Que em numeroso verso aqui traslado;
 Estavam ao teu lado
 Duas Musas de cândido semblante,
 Calíope que sopra nas canora
 Trombeta retumbante
 Cujo clangor os ecos apavora
 E Euterpe que da rude e agreste avena
 Tira uma melodia pura e amena.

Canção, voa ao Parnaso
 E ao Mestre amado meu que lá de cima
 Me ouve cantar em venturoso enlevo,
 Entrega o verso e rima
 Que em tributo ofereço do que devo.
 E se durares qual lhe dura o nome,
 Fico que nunca o tempo te consome.

8. Alegoria

Fascinado pela cultura e pela linguagem clássica do século XVI, Albano se interage plenamente ao sistema linguístico da Era quinhentista. Em Alegoria, reedita a arte Renascentista nos moldes camoniano, atendendo às características do mitológico greco-romano, e à simetria da estética da época.

O canto compõe-se de 77 estâncias em oitava rima decassilábica, consoante a composição de Os Lusíadas. O mesmo ocorre com a rima. Os versos ímpares rimam alternadamente com os versos pares, e os dois seguintes em parêntese, em perfeita simetria – abababcc.

Alegoria é um poema lírico com certo toque de epopeia.

Eis o início do poema

Eu que tangia na primeira idade
 A avena tão suave e tão sonora,
 Cantando agora o Amor que o peito invade,
 Agora a pena que no peito mora,
 Quero que pelo mundo se traslade
 Nova matéria não cantada outrora
 E aos espaços etéreos se levante
 Alto clangor de tuba retumbante.”

Grande foi o fascínio pelo mestre. Tanto que na terceira estância, Albano invoca a Musa de Camões;

O Musa de Camões, tu que venceste
 O difícil caminho árduo e penoso,
 De novo o teu poder se manifeste,
 Pois sem auxílio a voz erguer não ouse;
 Dá-me a imortal inspiração celeste
 E o verso mais sublime e sonoro
 Para que este meu canto se acrescente
 Ao dessa cítara eminente.

Esse canto faz menção a certos quadros heroicos de os Lusíadas: a descrição da Musa inspiradora; do Tejo; de Zeus no Olimpo; o protesto de Poseidon –irado e insano; o desembarque dos navegantes; lembra a viagem de Pedro Álvares Cabral.

Citamos, apenas, algumas dessas passagens.

Fala-nos da viagem de Cabral

Claríssimos varões da Lusa armada,
Que aqui vinde fazer nova conquista,
Por água nunca dantes navegada
Buscando terra nunca dantes vista.

Fala-nos do deus da Poesia

O deus da Poesia lindo e louro
Faz ressoar a cítara suave,
As nove Musas, modulando em coro,
Erguem a branda voz aguda e grave;

Fala-nos também da Língua

Aqui a vossa língua bela e branda
Que da Latina fonte se deriva,
Há de escutar-me, pois o Fado manda
Que novamente aqui floresça e viva;

Ainda sobre a Língua

Puro contentamento está sentindo
A gentil mimosa Primavera,
Porque da Língua Lusitana sabe
Não deixará que a Poesia acabe.

Os acontecimentos vão ocorrendo, em alguns relatos, tal qual em Os Lusíadas, e o poema é encerrado com despedida à Musa no começo invocada.

E porque Apolo e as Musas amorosas
Tenham sempre na terra uma morada,
Sobre colunas dóricas levanto
Um novo Parteon eterno e santo.

9. Triunfo

Em Triunfo, há um breve afastamento da influência camoniana. Contém propósito de epopeia onde é descrito um cortejo de Vênus. Nessa composição, se afasta do conteúdo emotivo.

Coberto só de lírios e de rosas.
Aurifulgente carro vem trazido
Por mil pombinhas meigas e amorosas.

Nele co'o ledo e trêfego Cupido
Está Vênus serena e sorridente
A cujo raro encanto andei rendido.

Sua composição reúne 41 tercetos e encerra o poema com uma quadra. Do ponto de vista temático pode ser dividido em quatro partes: a descrição do cortejo; a súplica do poeta, a fala da Musa e, no quarteto o fecho de ouro, com a coroação do poeta “de mirtos e de louros”

E ela, que de Cupido segue o mando.
Colheu no bosque os ramos duradouros
E co'um sorriso milagroso e brando
Me corou de mirtos e de louros.

10. Comédia Angélica

Na Comédia Angélica, Albano acentuou com maior profundidade a religiosidade como fonte de inspiração. É um poema de concepção estritamente teológica em que o poeta idealiza a gênese da criação, em uma visão paradisíaca. Está alicerçada no dogma e na liturgia da Igreja pelo desdobramento sucessivo de episódios.

Em forma de auto participam da Comédia: Miguel, Adão, Coro d'Anjos, Gabriel, Rafael, Eva, Lúcifer. A cena se passa no Paraíso.

Em uma das falas, Adão se indaga:
“Quem sou, aonde vou nem donde venho”
em resposta Miguel responde:
“Tu és humano e tens Adão por nome
É uma essência que nunca se consome
Tu vens da mão de Deus que te governa
E um dia há de chamar-te à glória eterna”

Mas quem és tu? Indaga Adão
 - Eu sou Miguel Arcanjo.

Nos diálogos dos personagens, expõe o mistério da Santíssima Trindade: as virtudes teológicas - fé, esperança e caridade; após o diálogo entra o coro dos fiéis; os dons do espírito santo, a proteção da hierarquia angelical.

Encerro esse Tributo a José Albano, transcrevendo a fala de Tristão de Athayde a respeito do nosso filólogo.

José Albano criou uma poesia intemporal, inespacial, realmente eterna em sua pureza inatingível, em que o verdadeiro clássico, não o neoclássico, se perpetua em sua perenidade. Há um clássico eterno, como há um romântico eterno. Em geral não se entende. Mas eu confesso que não consigo excluí-los. E creio que viverão lado a lado eternamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BANDEIRA, Manuel. *RIMAS de José Albano*. Edição organizada, revista e prefaciada por Manuel Bandeira – Pongetti, 1948. Desta edição imprimiram-se 20 exemplares em papel Pergamine. Junto à Fundação Casa de Rui Barbosa, consegui a microfilmagem de uma edição.
2. NOBRE, Francisco Silva. *4 Clássicos Cearenses*. EDRAL – Editora Revista das Academias de Letras, 1993.
3. NOSSOS CLÁSSICOS. Livraria Agir - Editora. *José Albano – Poesia*
4. RIMAS, José Albano, UFC – Casa de José de Alencar, Programa Editorial. 1997.
5. RIMAS. José Albano. GRAPHIA EDITORIAL. 1993

EM QUE SE CONSTITUEM, AFINAL, OS ESTUDOS “LINGUÍSTICOS”?¹

HILMA RANAURO (UUF E ABRAFIL)

Mattoso Câmara Jr. fala numa pré linguística (Estudo do Certo e do Errado, Estudo da Língua Estrangeira e Estudo Filológico da Linguagem) e numa paralinguística (Estudo Biológico da Linguagem e Estudo Lógico da Linguagem) na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos Modernos antes do século XIX. (Câmara Jr., 1975, p.13).

Apesar de reconhecer que a Linguística não teria evoluído sem as experiências da pré-linguística e da paralinguística, classifica os estudos desses períodos em pré-linguísticos e paralinguísticos, o que não nos parece correto, uma vez que somente procederia assim considerá-los caso não fossem “linguísticos”.

Fala Câmara Jr. nos vários tipos de estudo da linguagem (O Estudo do Certo e do Errado, O Estudo da Língua Estrangeira e O Estudo Filológico da Linguagem), na busca “da compreensão linguística”. Quanto aos dois primeiros, considera que, “em ambos os tipos de *estudo da linguagem* (grifamos)”, há “o estímulo proveniente de uma *diferença linguística* (grifamos) contemporânea” e, no terceiro, um outro tipo de diferença, aquela em que “a fala atual é comparada com as *formas linguísticas* (grifamos) escritas do passado”. (Câmara Jr., 1975, p.10,11).

Esses estudos são, pois, *linguísticos*, posto que tratam da compreensão *linguística*, de tipos de estudos *da linguagem*, de diferenças *linguísticas*, de formas *linguísticas*. Não cabe, pois, a nosso juízo, classificá-los de (pré) ou (para) linguísticos.

Uma coisa é dizer que os estudos dos fatos da língua (linguísticos, pois) não configuravam a existência de uma ciência linguística em si, autônoma, o que legitimaria a classificação dessa fase em pré e para linguística; outra é considerar os estudos então realizados de pré ou para linguísticos.

Mattoso Câmara Jr. considera que O Estudo do Certo e Errado, “nada mais é que uma prática do comportamento linguístico” e, como tal, “não é ciência” e que O Estudo da Língua Estrangeira, apesar de apresentar alguns aspectos científicos, “uma vez que se baseia na observação e na comparação objetivas”, também não chegou a ser ciência “no sentido próprio do termo”,

1 Palestra apresentada no XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, promovida pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFeFIL) e Universidade Do Estado Do Rio de Janeiro (UERJ) – Instituto de Letras, de 27 a 31 de agosto de 2007.

“uma vez que não apresenta o verdadeiro significado dos contrastes que descobre e não desenvolve um método científico de focalizar a sua matéria”, e que “o mesmo não se pode dizer do Estudo Filológico da Linguagem”(?!). (Câmara Jr., 1975, p.13).

Câmara Jr. inclui esses três tipos de estudo da linguagem (O Estudo do Certo e Errado, O Estudo da Língua Estrangeira e Estudo Filológico da Linguagem)

na fase da pré-linguística, “isto é, algo que ainda não é linguística”, limitando-se a dizer, dos estudos biológico e lógico “(ou, em sentido lato, filosófico)”, que eles “não entram no domínio da linguagem propriamente dita” e que “permanecem nos seus limites como um tipo de paralinguística”. (Câmara Jr., 1975, p.13).

Pode-se deduzir, salvo melhor juízo, que considera ciência esses dois estudos, e, quem sabe, até o próprio Estudo Filológico da Linguagem.

Não havia a Linguística enquanto ciência autônoma, e, como tal, configurada e constituída, mas havia estudos linguísticos, enquanto estudos da linguagem ou dos fatos da língua. Além do mais, o fato de não existir uma ciência específica, própria, nomeada e reconhecida como tal, que tomasse a língua como objeto de estudo ou que englobasse os estudos então realizados numa disciplina e/ou ciência independente, autônoma, não implica considerar que não foi científico todo e qualquer estudo linguístico anterior ao princípio do século XIX, em que o estudo da linguagem se fez sob o aspecto de um estudo histórico.

Cabe abrir parênteses para lembrar que muitas são as especializações nas ciências médicas (psicologia, psicoterapia, fisioterapia...) que custaram a ser reconhecidas com base em argumentos e pré- conceitos semelhantes, apesar de as práticas dessas ciências existirem há muito, sem rótulo ou denominação, sem status, pois.

Lembremos que Hermann Paul, após afirmar que “não há outro estudo científico da língua senão o histórico”, esclarece que “o que se entende por estudo não histórico, se bem científico (destacamos), das línguas não é mais, em suma, do que deficiência histórica, por culpa, em parte, do observador e, em parte, de um material falho”. (Paul, 1920, p.20, cf. Câmara Jr. 1970, p.39).

A partir de que momento algo passa ser ou deixa de ser ciência? Quando um grupo a reconhece como tal? O que e/ou quem delega esse poder de julgamento a esse grupo?

A Linguística é uma disciplina autônoma, isolada?

Costuma-se dizer que a Linguística propriamente dita veio a constituir-se como tal a partir do século XIX (período a que se passou a classificar de “científico”). Argumenta-se, dentre outras coisas, que só a partir dele a língua veio a constituir-se um (ou o) objeto de estudo em si mesma, e não à reboque de outras ciências, na dependência ou a partir de outra(s) ciência(s). A Linguística, pois, ter-se-ia constituído como ciência autônoma, isolada, a partir do século XIX, tendo-se, como marco, a obra de Ferdinand de Saussure.

Cabe considerar que a própria Linguística nem sempre se apresenta como uma disciplina autônoma, isolada.

O próprio Mattoso Câmara Jr. lembra que, no decorrer da sua história, algumas escolas linguísticas têm tentado fazê-lo, “mas tem sido mais frequente o debordamento da psicologia, biologia e, mais recentemente, da antropologia no estudo da linguagem”. (Câmara Jr., 1975, p.14).

Lê-se no Larousse:

On s'accorde généralement à reconnaître que le statut de la linguistique comme étude scientifique du langage est assuré par la publication en 1916 du Cours de linguistique générale de FERDINAND DE SAUSSURE(...). Cependant, si nous considérons la période antérieure, nous constatons que, depuis l'Antiquité, les hommes se sont penchés sur le langage et ont réuni une somme d'observations et d'explications non négligeables. L'héritage est énorme – pensons à cette analyse de la langue que représente l'écriture, modèle de la double articulation du langage. (DUBOIS, J.; GUESPIN, L. et al, 1973, s/v LINGUISTIQUE).

E, mais adiante:

On peut retrouver, tout au long de l'histoire de la grammaire, ces trois points de vue (dos quais falara anteriormente), plus ou moins développés selon les époques. Le résultat de ces recherches est considérables: formation des notions de phrase, sujet, objet, parties du discours, découvert des rapports de parenté entre les langues, etc.; et la linguistique actuelle travaille sur cet acquis. Considérable est aussi la diffusion des certaines idées sur le langage, venues directe ou indirectement, de l'idéalisme platonicien (la langue représente la

pensée, laquelle existe donc en dehors de toute réalisation), idées dont une linguistique scientifique doit retrouver l'origine, ne serait-ce pour pouvoir les utiliser ou les contester. (DUBOIS, J.; GUESPIN, L. et al, 1973, s/v. LINGUISTIQUE).

Quanto ao fato de se ter constituído somente a partir do período a que se veio a considerar “científico” uma ciência autônoma, específica para o estudo da linguagem, da língua, tomadas como seu objeto de estudo, cabe considerar, ainda com apoio no Larousse:

Si on pose, face à ces recherches, la première définition de la linguistique comme étude scientifique du langage, on trouve en fait peu ou point d'études se fixant cet objet. La préoccupation majeure ne semble jamais être celle du langage; même au XIXe. siècle, si riche en études grammaticales, c'est l'histoire des langues et les rapports qu'elles entretiennent qui sont visés, non la langue en elle-même. De plus, divers points de vue sont souvent mêlés. (DUBOIS, J.; GUESPIN, L. et al, 1973, s/v LINGUISTIQUE).

O debordamento de outras ciências no estudo da linguagem

Quanto aos estudos lógicos ou filosóficos, há que lembrar que o debordamento de outras ciências no estudo da linguagem é uma constante, como bem ressalta Câmara Jr., dentre outros, como vimos anteriormente. Há também cortes epistemológicos.

O séc. XIX representa, sim, um corte epistemológico. O campo do saber se fragmenta e diversifica. Surgem novas epistemes, o que não equivale a dizer que só então se passou a fazer ciência ou a verdadeira ciência, ou a correta ou ideal.

A maneira pela qual se considera a *materia artis*, particularizando-a ou generalizando-a, restringindo-a ou universalizando-a, é a que fornece a base para a distinção entre Ciência e Arte. Mesmo assim, cabe considerar que “é fácil perceber que as Ciências e as Artes socorrem-se mutuamente e que há, por conseguinte, uma cadeia que as une”, como afirmaram os editores da Enciclopédia em seu Discurso Preliminar²¹¹. (Diderot / D’Alembert, 1989, p.21).

Há ciências e ciências: ciências dedutivas, ciências empíricas e

²¹¹ “... il est facile de s’apercevoir que les Sciences & les Artes se prêtent mutuellement des secours, & qu’il y a par conséquent une chaîne qui les unit”. (Diderot / D’Alembert, 1660, p. 1).

ciências de reflexão filosófica, como bem representa Michel Foucault (*Les mots et les choses, Une archéologie des Sciences Humaines*, 1966) no seu “triedo dos saberes”.

Ciências dedutivas, ciências empíricas e ciências de reflexão filosófica.

Michel Foucault intenta representar, no seu “triedo dos saberes”, as novas epistemes nas suas três dimensões: a das ciências dedutivas, a das ciências empíricas e a da reflexão filosófica. As três dimensões do triedo por sua vez estabelecem planos comuns. Após considerá-los, Gilberto Mendonça Telles passa a tecer comentários sobre a História em geral e a História Literária em particular, a serem vistas como ciência e arte. (Telles, 1979, p.60-62), vindo a observar, dentre outras coisas:

“A análise (linguística ou literária) deve ser primeiramente vista como um método: o caminho percorrido pela inteligência sobre os sucessivos planos e níveis que estruturam a obra ou o discurso; mas pode também ser vista como uma forma didática de transmissão de conhecimento.” (Telles, 1979, p.66).

Cabe lembrar Fávero, que, após citar afirmação de Soares Barbosa de que as línguas “são o primeiro exemplo das regras de analyse, da combinação, e do methodo, que as ciencias as mais exactas seguem nas suas operações”. (Barbosa, 1881, p. XIII), afirma:

Esta postura mostra não só espírito de época em que se inicia a busca do rigor científico (destacamos), mas também a ruptura em relação às gramáticas anteriores, meros sistemas analógicos de regras ‘baseados na gramática latina’. (Fávero, 1996, p.205-206).

Sempre que surge uma “nova postura”, cabe considerar, algo se inicia – no caso, “a busca do rigor científico” –, e, como costuma acontecer, ocorre uma ruptura com um modelo de ser/fazer/saber. Isso não autoriza a dizer que nada do que se fez até então teve mérito ou valor, em termos científicos, na construção desse ser/ fazer/saber ou do objeto que veio a ser construído/ constituído.

A gramática histórico-comparativa do século XIX igualmente iniciou, e instituiu, “uma nova ordem científica”, uma nova “vertente dos estudos linguísticos”. Essa nova ordem científica, diríamos com apoio em Cavaliere,

“fundamentou sua investigação em objeto e metodologia próprios”. (Cavaliere, 2000,p.41,42; 40).

Cabe ponderar que o objeto de estudo da gramática filosófica é a língua, tal como o da gramática histórico-comparativa. Maurício da Silva, ao apresentar a Gramática de Port-Royal como seu objeto de estudo, afirma:

Tratar-se-á, pois, a gramática de Port-Royal como objeto (científico) que foi construído, produzido segundo uma perspectiva, ponto de vista, enfim, um método específico. (SILVA, 1997, 49,50).

O método de trabalho da primeira difere do da segunda, mas ambas têm “metodologia própria”, um método específico, como não? Nem mesmo o fato de reportar-se a gramática dita filosófica à Lógica a descaracterizaria como ciência. Noam Chomsky não veio a retomá-la em alguns de seus enfoques? Deixam por isso de serem científicos os estudos e teorias por ele desenvolvidos e postos em prática?

Uma ponte entre a Linguística da atualidade e a dos séculos anteriores

Bruno Bassetto e Henrique Murachco (A Gramática de Port-Royal, 1992 tradução desses autores) lembram que Chomsky (Cartesian linguistics. A chapter in the history of rationalistic thought) “destaca a importância do estudo dessa linguística filosófica (destacamos), a partir de René Descartes, que restabelece a ligação entre a Linguística da atualidade com a dos séculos anteriores, bastante negligenciada por muitos estudiosos”. (cf. Silva, 1997, p. 50). “Através dessa ponte”, concluem, “chega a Port-Royal, aos seus ‘solitários’ que afinal foram os exploradores desse ramo do conhecimento ao qual o próprio Descartes se havia dedicado muito pouco”. (cf. Silva, 1997, p.50).

Cumprir argumentar ainda, agora com apoio Mattoso Câmara Jr., que a continuidade é “o sinete da segurança científica, pois ciência (como já muito bem se disse) é necessariamente cumulativa e cada passo de um pesquisador tem de ser o prolongamento de passos anteriormente dados por outrem”. (Câmara Jr., 1972, p.17).

Sobre a circularidade com que se abandona e/ou retoma uma doutrina ou filosofia, Sílvio Elia, após um passeio “De Bopp a Chomsky”, conclui: “Linguística Histórica. Linguística Cultural. Linguística Cartesiana. De Bopp chegamos a Chomsky. Mas o processo continua. Nada é inultrapassável, como diria Mr. de la Palisse. Quem viver verá”. (Elia, 1973, p.17). Esse é o processo

com que se constrói toda e qualquer ciência.

Não se pode ignorar a importância desse período da história da Linguística a que Noam Chomsky vem a classificar de “linguística cartesiana”:

Ao construir a noção de linguística cartesiana pretendo caracterizar uma constelação de ideias e interesses surgida primeiro na tradição da gramática universal ou filosófica, inaugurada com a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port Royal (1660); retomada depois na linguística geral contemporânea do período romântico ou imediatamente posterior; e também na filosofia racionalista do espírito que, em certa medida, constituiu o pano de fundo comum a essas duas orientações. (CHOMSKY, 1969, p.16, nota 3, cf. ELIA, 1973, p. 13).

Quanto a ser cartesiana a filosofia da linguagem em que se baseia Chomsky, Sílvio Elia pondera: “Que o racionalismo seja de Descartes, não há dúvida. Mas que a filosofia da linguagem em que Chomsky pretende apoiar-se se filie nas ideias do autor do *Discours de la Méthode*, eis o que parece contestável”. (Elia, 1973, p.13). Historiando, Elia apresenta pareceres que buscam provar ser Chomsky tributário não exatamente de Descartes, mas de Platão (Irene P. Warburton) ou Aristóteles (Etienne Gilson). E, aí, caberia dizer que nenhum saber nasce da cabeça de Minerva, pura e simplesmente.

Adotar uma corrente de estudos não implica, e/ou pressupõe negar/desvalorizar todas as demais, como blocos estanques que se excluem mutuamente. A busca de uma gramática nos moldes do gerativismo não exclui a presença/necessidade/importância das gramáticas de viés histórico-comparativo, ou estruturalista, ou mesmo normativo, e outros tantos.

E vem a moda da Linguística Textual, da Análise do Discurso (a velha Retórica retomada) e sabe-se lá o que mais. Tudo velho e repetido com nova roupagem, em aperfeiçoamento, não há como negá-lo, mas com fundamentos em estudos mais antigos, comumente ignorados.

Faz lembrar a sabedoria da Palavra registrada em *Eclesiastes*: “O que tem sido, isso é o que há de ser; e o que se tem feito, isso se tornará a fazer; nada há que seja novo debaixo do sol”. (*Eclesiastes* 1.9).

Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isto é novo? ela já existiu nos séculos que se foram antes de nós. (*Eclesiastes* 1:10).

O que é, já existiu; e o que há de ser, também já existiu; e Deus procura de novo o que já se passou. (Eclesiastes, 3.15).

O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se tornará a fazer; de modo que nada há de novo debaixo do sol. (Eclesiastes 1.9).

Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isso é novo? Já foi nos séculos passados, que foram antes de nós. (Eclesiastes 1. 10).

O que é já foi; e o que há de ser, também já foi; e Deus pede conta do que passou. (Eclesiastes 3:15).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍBLIA SAGRADA - *Velho Testamento e Novo Testamento*, versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida de acordo com os melhores textos em hebraico e grego, 4.^a impressão, Rio de Janeiro, Imprensa Bíblica Brasileira, 1994.

ABÍBLIA SAGRADA, contendo o *Velho e o Novo Testamento*, traduzida em português por João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida, Niterói/RJ, Liga Bíblica Brasileira, 1997.

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*, 7.^a ed., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. 1970. *Princípios de Linguística Geral – Como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*, col. Biblioteca Brasileira de Filologia, vol. 5, 4.^a ed., revista e aumentada, 2.^a impressão, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970.

_____. 1972. *Dispersos de Mattoso Camara Jr.*, série Dispersos n.º1, col. “Estante de língua portuguesa”, direção de Rocha Lima, seleção e introdução de Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. 1975 *História da Linguística*, trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.

DUBOIS, J., GUESPIN, L. et al. *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Librairie Larousse, 1973.

DIDEROT e D’ALEMBERT. 1989 *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado*

das Ciências das Artes e do Ofícios por uma sociedade de letrados. Discurso preliminar e outros textos, edição bilingue, trad. Fúlvia Maria Luiza Moretto, São Paulo, Ed. UNESP, 1989.

CHOMSKY, Noam. “Panoramas e rumos atuais da linguística”, tradução de Paulo Amélio do Nascimento Silva, in *A linguística hoje*, Revista Tempo Brasileiro, n.º 32, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, jan.-mar./1973. P.18-34.

_____. Cartesian linguistics. A chapter in the history of rationalistic thought, Harper & Row, New-York & London, 1966.

ELIA, Sílvio. 1973. “De Bopp a Chomsky”, in *A linguística hoje*, Revista Tempo Brasileiro, n.º 32, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, jan.-mar./1973. p. 05-17.

SILVA, Maurício da. 1997 “Uma leitura da Gramática de Port-Royal”, in, *Gláuks – Revista de Letras e Artes*, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Letras e Artes, ano 2, vol. 3, Viçosa, UFV / DLA, 1997. p. 49-61.

CAVALIERE, Ricardo. 2000 Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira, Niterói, RJ, EDUFF, 2000.

TELLES, Gilberto Mendonça. 1979 *Retórica do Silêncio I. Teoria e prática do texto literário*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1979.

FÁVERO, Leonor Lopes. 1996. *As concepções linguísticas do séc. XVIII: a gramática portuguesa*, Campinas, S.P., Editora da UNICAMP, 1996.

**ADRIANO DA GAMA KURY – UM INESQUECÍVEL
MESTRE
(HOMENAGEM)
PROF. HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (UERJ, LICEU LITERÁRIO
PORTUGUÊS E ABRAFIL)**

O Prof. Adriano da Gama Kury foi um dos grandes sintaticistas da língua portuguesa. Homem de cultura notória, deixou-nos obras da máxima importância, como: *Ortografia, Pontuação, Crase*, publicada pela FENAME; *Elaboração e Editoração de Trabalhos de Nível Universitário*, publicada pela Fundação Casa de Rui Barbosa; *Novas Lições de Análise Sintática*, cujas interpretações e soluções de vários assuntos de sintaxe representam um trabalho indispensável aos estudiosos. Conhecedor de várias línguas românicas, lecionou a cadeira de Filologia Românica na Universidade Santa Úrsula.

É oportuno fazermos algumas digressões sobre suas contribuições à língua portuguesa no campo da sintaxe.

Para explicar os valores semânticos dos verbos de ligação, parte do estudo dos aspectos verbais, a saber:

1) Aspecto permanente (estado natural): expresso pelo verbo ser que pode ligar-se a um adjetivo ou a um substantivo: Vênus é brilhante, Vênus é um planeta.

2) Aspecto transitório (estado adquirido): estar, andar, viver. “Fulano está (anda ou vive) resfriado.”

3) Aspecto permansivo (mudança de estado): ficar, acabar, fazer-se, meter-se, tornar-se, virar (com substantivo): “Ficou louco.”, “Acabou mendigo.”, “O príncipe metera-se a frade.”, “O sofrimento virou esperança.”

4) Aspecto durativo (duração de estado): continuar, ficar, permanecer: “Fulano continuou (ficou ou permaneceu) silencioso.”

5) Aspecto aparente (aparência de estado – natural ou adquirido): “Vênus parece uma estrela (= parece ser); A Terra parece imóvel; semelhar (com substantivo): “Aquilo semelhava procissão de espectros.”

Vozes verbais

Quanto às vozes verbais, Kury, afastando-se da NGB, que considera as vozes: ativa, passiva e reflexiva, admite a existência das vozes ativa, passiva e medial¹, esta pode ser *reflexiva*, *recíproca*, *dinâmica* e *pronominal*. Deve-se observar que a voz medial sempre se conjuga com um verbo seguido de pronome em português.

Voz reflexiva ou **medial**: Reconhece-se, segundo o Autor, “quando a ação denotada por um verbo transitivo direto é exercida e recebida pelo mesmo ser: “Narciso contemplava-se na água.”

Nesta passagem, Kury refere-se apenas aos verbos transitivos diretos, mas na obs.3, da pág. 40, admite que, com poucos verbos bitransitivos, o pronome reflexivo se tem a função de objeto indireto: Ele se arroga tal direito. O Prof. Kury faz referência à classificação da NGB que apresenta a denominação genérica “voz reflexiva” sem admitir que outros casos podem ser sistematizados. E acrescenta :

1) “Voz reflexiva propriamente dita

Aparece com os verbos transitivos diretos, que têm como objeto um pronome, de qualquer pessoa gramatical, que representa o próprio sujeito”. “Eu me penteio, tu te penteias, nós nos penteamos, etc.”

Compara o mesmo verbo sem reflexibilidade: “A mãe penteava os filhos”. Neste caso, não vemos diferença com o parágrafo anterior sob o título Voz reflexiva ou medial. Continua com a subdivisão da voz medial.

2) Voz medial recíproca:

“O verbo é igualmente transitivo direto, tem sujeito simples no plural (ou composto de mais de um núcleo), e a ação expressa se distribui no pronome reflexivo objeto, também da mesma pessoa.” Exemplifica: “Os desafetos cumprimentaram-se publicamente.” “Carlos e Joaquina amavam-se.” Lembra-se que, na prática, a voz medial recíproca pode ser reconhecida, acrescentando-se as expressões de reforço: “um ao outro”, “uns aos outros”, “mutuamente.”

¹ Também Saíd Ali admite a voz medial e o Prof. E. Bechara, em suas *Lições de Português pela Análise Sintática*.

3) Voz medial dinâmica:

“com verbos que exprimem “ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa, sem haver propriamente a ideia de direção reflexa”.

Cita exemplos de Said Ali: “Afastei-me do fogo”; “Ele arremessou-se sobre o inimigo”; “A mãe deitou-se na cama”. Idêntica ao que se executa com coisas ou outras pessoas, como: “Afastei a criança. Ele arremessou a pedra. Deitou a criança na cama”.

Em seguida, acresce o item **b)**

“sem qualquer ideia reflexiva, com verbos intransitivos que também se usam sem pronome para exprimir movimento ou ação executada com vivacidade, ou espontaneamente”. “Ele ria-se à toa” (ria à toa); “Foi-se embora” (foi embora); “Alma minha gentil que te partiste” (que partiste).

4) Voz medial pronominal

“em que aparece, integrado no verbo, que nunca se conjuga sem ele, um pronome fossilizado sem função sintática.” “Queixas-te sem razão.” E acrescenta: “arrepender-se de, orgulhar-se de, atrever-se a, lembrar-se de etc. verbos que, por se usarem sempre conjugados com pronome, denominam-se pronominais.”

Outra contribuição do Prof. Kury é quanto aos complementos dos verbos transitivos adverbiais. A NGB ensina que os verbos que indicam movimento ou lugar se acompanham de um adjunto adverbial de lugar, como em: Irei à cidade. Vim do colégio. Ora, os adjuntos adverbiais são elementos acessórios da oração e estes verbos não têm sentido completo, carecem de um complemento, logo se trata de complemento verbal. Assim ensina o Prof. Kury:

Certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar, estar, ficar, morar etc.) quando pedem um complemento adverbial de lugar que lhes integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por transitividade a necessidade de um complemento.

A análise correta, portanto, é considerar os elementos que completam tais verbos como complementos e não adjuntos. Irei ao colégio. Vim da cidade. Moro na rua do Ouvidor. Estamos na sala de aula. São complementos adverbiais de lugar, pela nomenclatura do Prof. Kury.

É oportuno lembrar que outros importantes autores já apreciaram este assunto. Assim, o Prof. Oiticica chamava a estes verbos de verbos adverbiais. Rocha Lima denominava-os transitivos circunstanciais. Também o Prof. Evanildo Bechara classifica como complementos, e não adjuntos, exemplos como: Irei à cidade, denominando esses verbos de transitivos adverbiais. (In LPAS, p. 44, Nota.)

Orações locativas

As orações iniciadas pelo advérbio onde, com ou sem preposição, podem exercer a função de objeto direto: Não sei onde moro. (oração subordinada substantiva objetiva direta justaposta). Desconheço para onde irás. (idem).

Há, porém, orações iniciadas por esse advérbio que funcionam com a ideia de lugar. A NGB e muitos autores não agasalharam essa função. O Prof. Kury classifica-as como orações locativas: exercem a função de um complemento adverbial de lugar como: “Os mortos ficam bem onde caem.” “Para ir onde ela mora são caminhos e caminhos.” “Precipitou-se para onde mais cerrado fervia o pelejar.”

Duplo objeto indireto

Destaque-se, também, a lição de Kury sobre duplo objeto indireto. Assim ensina: “em casos bastante limitados, podem aparecer dois objetos indiretos referidos ao mesmo verbo”. Ocorre, por exemplo, em:

1.º) Em virtude de um cruzamento de regência, com verbos como ajudar, ensinar (um dos objetos é oracional): “Ajudei-lhe a pôr o selo e despedimo-nos.” “Antes de ensinar ao filho a falar, ensinava-lhe a ler.”

2.º) ...pelo uso simultâneo de dois objetos indiretos de valor diverso: Só hoje lhe respondo à carta de janeiro findo.

Kury, muito a propósito, distingue o adjunto adnominal do objeto indireto, no caso do uso do pronome pessoal pelo pronome possessivo, doutrina aceita por outros autores, no caso de frases, como: Beijei-lhe as mãos, equivalendo a Beijei suas mãos ou Beijei as mãos dela.

Dá-nos o Autor uma lição bem adequada, quando ensina:

Em primeiro lugar, essa equivalência de sentido não é perfeita, e nunca se deve analisar um equivalente, mas a forma usada; segundo, o caráter de complemento verbal é mórfica e fonicamente nítido: um pronome pessoal átono, subordinado foneticamente a um verbo, em próclise, ênclise ou mesóclise; terceiro, é possível usar tanto a preposição a como a preposição de: e há diferença entre “beijar as mãos dela” (adjunto adnominal) e “beijar as mãos a ela” (objeto indireto). Como no exemplo: “Beijou as mãos à dama”, explica que o objeto indireto representa o possuidor de alguma coisa.

Era uma vez

Outra análise que tem trazido mais de uma interpretação, por exemplo, é o caso da frase: Era um rei poderoso. Lembra o Prof. Kury que o verbo ser pode ter o sentido de existir, sendo, aí, intransitivo. Portanto em: “Eram duas princesas muito lindas” a análise será:

Sujeito: um rei poderoso ou duas princesas muito lindas.
 Predicado: era ou eram (verbal), verbo intransitivo.

Diz-nos ainda o Mestre:

“se, porém, ocorrer depois do verbo ser a locução temporal uma vez, a análise se torna menos fácil, em vista da invariabilidade do verbo:

“Era uma vez uma princesa”
 “Era uma vez duas princesas”.

Não aceita, como fazem outros, classificar a oração como impessoal, considerando princesa ou princesas predicativo sem sujeito.

Então explicita sua opinião:

“Não pensamos assim. A análise deve continuar a mesma que se faz sem a locução temporal. A silepse de número se pode explicar pela atração fortíssima que exerce o numeral uma da locução uma vez.”

Os casos apresentados, ainda que poucos, podem aquilatar um criterioso e atualizado sintaticista. Muito ainda se deve à obra de Adriano da Gama Kury.

De digito gigantes.

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO LÉXICO ACRIANO

José Pereira da Silva (UERJ/UFAC)

pereira@filologia.org.br

1. Introdução

Motivado pelo fato de estar atuando na Universidade Federal do Acre como professor visitante, a partir de maio deste ano de 2012 e pelos contatos com os pesquisadores locais, encantei-me com o vocabulário regional do Estado, principalmente no que diz respeito às atividades dos seringueiros e seringalistas, já bem estudado pelas filólogas Luíza Galvão Lessa (Cf. <http://lattes.cnpq.br/4507226417677444>) e Antonieta Buriti de Souza (Cf. <http://lattes.cnpq.br/6794337793391959>), em cujos trabalhos recolhi a base para este artigo.

A contribuição destas sócias correspondentes da Academia Brasileira de Filologia é fundamental para todos os estudos do léxico acriano relativo à exploração da seringa e produção da borracha.

Toda a coleta de dados que fiz foi através de trabalhos de terceiros, visto que não tive tempo de fazer uma pesquisa de campo. Neste artigo, entretanto, o trabalho se restringirá ainda mais, pois será abandonada quase toda a contribuição que recebi dos professores Paulo Sérgio Bernarde (Cf. <http://lattes.cnpq.br/5450087410078221>) e Francisco Alderlei Almeida, que deverá ser melhor utilizada no artigo que está sendo preparado para o segundo número da revista *ANTHESIS*, principalmente no vocabulário da região próxima a Cruzeiro do Sul.

A maior parte do léxico aqui registrado foi extraído da dissertação de mestrado da professora Antonieta, *Análise Semântica do Vocabulário do Seringueiro do Vale do Rio Acre*, (defendida na USP), que se valeu do levantamento já realizado pela professora Luíza Lessa em sua tese de doutorado (defendida na UFRJ), *Glossário do Vale do Acre: Látex e Agricultura de Subsistência*, com a qual trabalhou na década de 90.

Nesta homenagem ao filólogo de Sena Madureira¹, Adriano da Gama Kury (Cf. <http://lattes.cnpq.br/0781141323852506>), registra-se também a contribuição que a ABRAFIL recebe do Acre.

¹ Fundada em 1904, recebeu muitos migrantes nordestinos durante os ciclos da borracha, tornando-se a capital do Departamento do Alto Purus e importante centro político do então território do Acre..

2. *Vocabulário do seringueiro do Acre*

ABOLAR - Fazer rodar a bola da borracha, no cavador, durante o rocesso da defumação.

ABRIR BOCA - Chegar ao local onde o seringueiro inicia o corte da seringueira, retornando, à boca da estrada.

ABROCHAR - Amarrar”, “ligar”. Apertar as cordas da cangalha com a carga de borracha.

AJUDAR A SERINGA - Realizar outros trabalhos lucrativos que auxiliem na manutenção da família do seringueiro.

ALUMIAR - “Dar luz, claridade a”; “iluminar com lamparina ou com *facho*”, “com *morrão*”, “com *chupil*”, “com *champil*” e “com *poronga*”.

ARIGÓ - Empregado novo, sem experiência, recém-chegado do Nordeste, na época do desbravamento do Estado, para trabalhar no corte da *seringa*. É sinônimo de *brabo*.

ARRIAÇÃO - Espécie de canaleta, de sulco, em sentido vertical, aplicado no caule da seringueira, para onde escorre o látex dos outros cortes obliquamente horizontais, e na base da qual esta a tigela receptora.

AVIAÇÃO - Provisão de mercadorias para período de quinze dias ou um mês, fornecidas a prazo ao seringueiro para pagamento com a produção de borracha. São utilizados como meio de transporte, para a entrega dessa mercadoria, animais de carga, bois ou burros, pois, devido a dificuldade de locomoção dentro das matas, só era possível fazer a *aviação* com a ajuda desses animais.

AVIAR - Abastecer o seringueiro de mercadoria; trocar borracha por mercadoria.

BANDEIRA - Conjunto de incisões aplicadas no caule da seringueira para extrair o látex, as incisões são feitas sempre da direita para a esquerda e de cima para baixo para conseguir uma forma oblíqua. Possivelmente chama-se *bandeira* pela semelhança que o conjunto dos cortes apresenta em relação a uma bandeira, pela forma retangular ou quadrada, também pela forma oblíqua que parece uma *bandeira* ao vento ou até mesmo a relação com a aparência de algumas *bandeiras* de estados ou países.

BANDEJA - Nos pontos pesquisados, *bandeja* é um Recipiente de madeira ou plástico, de forma retangular, com dimensões internas de 40 cm de comprimento, 30 cm de largura e 11 cm de altura, na qual cabem aproximadamente 4, 5 litros de látex de seringueira, em estado líquido, para coagular e fazer a borracha em *prancha*. Tem como sinônimo: *gamela*, pelo que se enquadra na acepção geral.

BARRACÃO - Casa grande, construída de madeira, em que mora ou morava o dono do seringal; utilizada também como armazém de mercadorias para venda aos seringueiros, bem como o lugar de armazenamento das bolas de borracha colhida. Ou seja, a casa matriz do seringal. É provável que a relação da palavra *barracão* com o sentido etimológico seja pela construção das primeiras casas de seringueiros, que eram construções rústicas, sempre com madeira roliça (trancos finos) para a armação e o acabamento, feito com paxiúba (espécie de palmeira) e a cobertura era sempre de palha de palmeira, ligada aos caibros com “embira”. A casa do seringueiro era chamada *barraca*, talvez para estabelecer a relação de oposição e poder; a casa do dono do seringal era designada no aumentativo – *barracão*- por ser construída com algum requinte.

BARREIRO - Lugar no meio da mata em que é encontrada grande quantidade de animais silvestres, fuçando e lambendo o barro que contém sal, local de espera de caças silvestres; local em que ficam as marcas das pegadas dos animais silvestres.

BATERIA – Processo empregado pelos seringueiros para extrair maior quantidade de látex da seringueira, aplicando no caule da seringueira incisões que circundam todo o caule, para utilizar uma ordem dupla de tigelas.

BERLIM – Nesta pesquisa esse vocábulo tem a mesma acepção que *bigode*, *pestana*. Embora tenha ocorrido apenas uma vez nos depoimentos, tudo indica que se trata de um vocábulo corrente na região. Não se encontrou também qualquer indício que apontasse para uma possível etimologia.

BIGODE – Tipo de corte aplicado na parte mais alta da seringueira, quando os cortes aplicados na parte baixa já estão esgotados e não produzem mais leite de boa qualidade. Na seringueira, esse *bigode* designa o corte na parte superior da *bandeira*, lembrando um *bigode*, como o se o corte inferior representasse a boca.

BOCA – Começo dos caminhos dentro da mata, em que são encontradas as seringueiras. O mesmo que boca da estrada.

BOCA DE ESTRADA – Início da estrada de seringa.

BOLAR – v. Torcer a borracha molhando-a com o leite de seringa, no processo da defumação; rolar a borracha sobre uma tábua.

BORNAL – Bolsa pequena, feita com o látex defumado, que os seringueiros usam a tiracolo. É sinônimo de *capanga*.

BORRACHA – Látex da seringueira ou de outras árvores, coagulado pelo processo da defumação, que por esse motivo tem cor escura; são bolas de forma mais ou menos cilíndrica, com uma marca deixada pelo *cavador*, pesando de 50 a 60 quilos.

BORRACHA DE BOLA – Borracha defumada pelo processo da defumação.

BORRACHA EM PRANCHA – Borracha fabricada pelo processo da coagulação.

BORRACHA FORTE – Borracha fabricada com leite de muita elasticidade.

BORRACHA FRACA – Borracha fabricada com leite de pouca elasticidade.

BORRACHA IMPRENSADA – Borracha coagulada fabricada na prensa.

BRABO – Trabalhador novato ou inexperiente, pois era a identificação das pessoas recém-chegadas do Nordeste para o trabalho do corte da seringa, que não tinham qualquer conhecimento desse trabalho. É possível que assim fossem chamados devido a sua coragem.

BROCA – Corte do mato e arbustos para preparar terreno para o roçado. O instrumento utilizado para a *broca* é o *terçado* e não tem aparência pontiaguda para assemelhar-se com “dentes salientes”; pode significar também a larva que ataca a casca da seringueira.

BROCAR – Cortar e derrubar o mato com terçado para limpeza de uma área de terra para proceder ao plantio de cereais, ou seja, é o primeiro passo para a preparação do roçado. É possível que *brocar*, com a acepção de “cortar o mato”, seja porque, em algumas regiões do país, se corta o mato com foice, que tem uma forma curvada e pontiaguda.

BUJÃO – Instrumento de barro, preparado para expelir fumaça para defumação do látex. A relação semântica de bujão com o étimo da palavra é bastante próxima, pois a aparência do bujão é realmente de uma forma bojuda, assemelhando-se um pequeno vulcão. Variantes: buião, bulhão.

CABILHO – Peça de toco de madeira, fincado próximo à seringueira, usado para pendurar a tigela no torno.

CABRESTO – Conjunto de dois cortes oblíquos no tronco da seringueira, ligados por uma canaleta em sentido vertical, unindo os dois cortes para recolher o látex. Como sinônimos são empregados pelos seringueiros *cu de barrão* e *espinha de peixe*. Em relação a este último, a metáfora é evidente.

CABRITA – Espécie de faca, composta de um cabo de madeira, na qual se insere uma lâmina, que o seringueiro utiliza para aplicar as incisões no caule da seringueira. É provável que a denominação do objeto seja por metonímia, pois a aparência do cabo, juntamente com a lâmina, assemelha-se à cabeça de uma cabra com um pequeno chifre. Inicialmente, o instrumento utilizado para fazer os entalhes na seringueira era o machadinho, com o qual não se conseguia obter um sulco pouco profundo e abaulado, de modo que se conseguisse o látex sem ferir seriamente a árvore. Esse tipo de corte se tornou muito mais

fácil com a *cabrita*, instrumento mais delicado, cujo uso se difundiu somente a partir de 1913.

CANDEEIRO – Instrumento que serve para iluminar, feito com pedaço de bambu verde, em cuja parte oca é colocado um pedaço de tecido, mais comprido que largo, para formar o pavio, mergulhado em querosene ou outro líquido inflamável; em geral, o instrumento apresenta uma pequena peça de lata, cobrindo a parte superior, para que o pavio fique seguro e não se derrame o querosene, nem se queime o bambu. É utilizado para iluminar a casa do seringueiro ou os varadouros. Tem como sinônimo: *cano que alumeia, champil, morrão*.

CAPANGA – Bolsa pequena, com peculiaridade de ser feita com o látex defumado, que os seringueiros usam a tiracolo; é utilizada para conduzir pequenos objetos. É sinônimo de *bornal*.

CAPEMBA – Parte mais dura do ouriço de castanha partido em duas metades, sem as amêndoas. Proveio sem dúvida da semelhança do *ouriço* da castanha com o estojo dos cachos dos coqueiros. É empregada em usos domésticos, como pilar ou pisar os grãos da pimenta-do-reino, também pode ser usada para alimentar as chamas do fogão a lenha ou a *fornalha*. É sinônimo de *quenga*, ou *quengo*.

CARONCHA – Doença da seringueira, que faz secar o leite da árvore, quando a incisão é feita em dias chuvosos. Acredita-se também que a *caroncha* surja quando o corte é feito na lua minguante.

CAUCHO – Árvore que produz látex de qualidade inferior.

CAVACO – Pequeno pedaço de madeira que serve para alimentar o fogo da *fornalha* para a defumação do látex, em geral os cavacos são tirados de uma árvore conhecida pelo nome *breu*.

CAVADOR – Pedaço de madeira roliça, apoiado nas duas extremidades por pequenos toros de madeira, ao redor do qual se forma aos poucos a pela de borracha, através de movimentos rotatórios, depois de colocado por cima da bacia, por sua vez colocada por sobre a boca da fornalha. O processo da defumação consiste precisamente em banhar a borracha no látex, depois levá-la à fumaça; processo constante e repetitivo até que a pela atinja o peso ideal para a venda (50 a 60 quilos).

CAXINGUBA (OU LEITE DE CAXINGUBA) – Leite extraído da árvore do mesmo nome, uma espécie de *gameleira*, que serve para misturar ao látex da seringueira; é usado como coagulante, pois em pouco tempo coagula o látex e a prancha de borracha está pronta.

CENTRO – Estrada de seringa afastada da casa do seringueiro; centro da mata.

CERNAMBI – Sobra de leite de seringa que se solidificou naturalmente, no pé da própria seringueira, nos cortes ou nas tigelinhas ou no fundo do balde de seringa. Esse *cernambi* também é vendido, mas por um preço bem menor que a borracha; é mais utilizado para iluminar a casa do seringueiro. Em geral, coloca-se areia dentro de uma lata com pedaços de cernambi para depois acendê-los. É utilizado também para fazer *fachos*. Sem dúvida, o que levou o seringueiro a dar o nome indígena do molusco a esse produto da seringueira foi a forma do animal, bem como sua coloração.

CHAMPIL – Instrumento feito com pedaço de bambu verde para iluminar; na parte oca do gomo do bambu é colocado um pedaço de tecido, mais comprido que largo para formar o pavio, mergulhado em querosene ou outro líquido inflamável. Alguns seringueiros mais jeitosos colocam placas de latão, para que o pavio fique seguro, não se derrame o combustível e a chama não queime o bambu. Trata-se, portanto, de uma espécie de lampião ou lamparina. Em geral, é utilizado para iluminar a casa do seringueiro ou os varadouros. Tem como sinônimos *cano que alumeia* e *morrão*.

CINTURÃO – Tipo de corte oblíquo que circunda todo o caule da seringueira para obter maior quantidade de látex; no vértice mais baixo é colocada apenas uma tigela para aparar o látex. Observa-se a relação analógica da acepção regional ao sentido primitivo da palavra, pois o corte é dado de forma que envolva a seringueira, semelhante a um cinturão.

COLOCAÇÃO – Espaço físico dentro do seringal, em que o seringueiro habita e trabalha no corte da seringa. Várias colocações formam um seringal, de modo que *colocação* designa no Acre a extensão territorial que abrange o local da habitação e do trabalho de um ou vários seringueiros.

COLOCAÇÃO NO BRANCO – Lugar de estradas virgens.

COMBOIO – Grupo de animais de carga, principalmente burros, que transportam mercadorias a serem entregues aos seringueiros ou a borracha para a casa do patrão ou outro local de venda. A relação semântica com o étimo é bem próxima, pois tem-se a noção de grupo de animais reunidos, que se encaminham a um destino comum.

CORREIA – Liga feita com leite de seringa para amarrar a boca do saco encauchado, quando está cheio de látex, para que não derrame. Os métodos para fazê-la são muito simples: coloca-se o látex dentro de um talo de folha de mamoeiro e, quando coagulado, está pronta a *correia*. Também é feita com os restos de látex coagulado, que ficam no fundo do balde ou do saco encauchado. A particularidade do termo, na acepção acreana, reside, portanto, no material de que é feita e na sua finalidade específica. Como sinônimos existem as palavras *sarugo* e *tobiba*.

CORTAR – Trabalhar na extração do látex e na feitura da borracha.

CORTAR A SERINGA – Riscar a seringueira na extração do leite.

CORTAR DE METADE – Trabalhar em parceria, dividindo ao meio o resultado do trabalho.

CORTAR NO ALTO – Fazer o corte da seringueira na sua parte mais alta, valendo-se de uma escada ou de um mutá.

CORTAR SERINGA – Extrair o látex da seringueira.

CORTE – Trabalho da extração do látex.

CU DE BARRÃO – Conjunto de cortes aplicados na seringueira, que consiste em fazer um traço oblíquo na parte superior, um na parte de baixo da seringueira e uma canaleta em sentido vertical ligando esses dois cortes, em cujo final é colocada a tigela para aparar o látex. É sinônimo de espinha de peixe. Neste vocábulo nota-se uma conotação pejorativa, pois é proibido fazer esse tipo de corte, porque pode matar a árvore, uma vez que é extraído muito leite de uma só vez, o que dificulta a recuperação dos vasos laticíferos da seringueira. Segundo os seringueiros, quem o faz está fazendo um trabalho muito mal feito. É como se a árvore fosse “castrada”, tornando-a improdutiva, o que torna a expressão semanticamente compreensível. A outra expressão, espinha de peixe, explica-se perfeitamente pela semelhança.

DEFUMADOR – Pequena casa, geralmente de madeira e coberta com palhas de ouricuri, próxima à casa do seringueiro, destinada ao trabalho da defumação do látex. Var. defumadoiro, fumadouro, fumeiro, casa da defumaceira, fumacêra.

EMBICAR – Introduzir ou empurrar uma pequena parte da beira da tigela no caule da seringueira, de forma que fique bem fixa para poder aparar o látex. Não é difícil compreender a razão semântica dessa aplicação de embicar à ação descrita, pois para introduzir a tigela no caule da seringa é necessário apertar suavemente a tigela, formando um pequeno bico com parte da tigela que ficará dentro do caule.

EMBUTIDOR – A parte, em forma de bico ou mais arredondada, da tigela que é introduzida mais profundamente no caule da seringueira para aparar o látex.

EMBUTIR – Empurrar uma pequena parte da beira da tigela no caule da seringueira de forma que fique bem fixa para aparar o látex.

EMPICAR – Abrir caminhos estreitos; cortando o mato para chegar ao pé da seringueira ou da castanheira; pode ser também o desmate de uma pequena faixa para marcar a área que será desmatada para fazer o plantio; fazer pique na mata.

ENCABILHAR – Pôr as tigelas no cabilho ao pé da seringueira.

ENCASTRAR – Introduzir ou encaixar a lâmina de corte na cabrita. Variante de encastoar.

ESPEQUE – Pedaco de madeira roliça, geralmente um tronco de árvore fina, com a ponta bem afinada, com um metro e meio mais ou menos de comprimento, que é utilizado para perfurar a terra e fazer covas para plantar os grãos de cereais. Em muitas colocações, é o único instrumento utilizado para semear o roçado.

ESPIGÃO – Caminho bastante longo, que o seringueiro percorre, da sua casa até a boca da estrada de seringa; geralmente é o caminho que leva até a estrada de centro. Trata-se de uma espécie de caminho de distribuição.

ESPINHA DE PEIXE – Tipo de corte aplicado à seringueira para extrair maior quantidade de leite. Alguns seringueiros fazem um corte que, na parte superior, se assemelha a um V; dando seguimento ao corte, uma canaleta em sentido vertical para fazer escorrer o látex até a tigela. O uso dessa expressão se deve à semelhança que o corte tem com a formação óssea de um peixe. V. cu de barrão, bigode, berlin.

ESTAR SOLTO – Expressão utilizada para o pano que não está sendo cortado ou trabalhado pelo seringueiro.

ESTIRÃO – Caminho em linha reta, geralmente, sem seringueira.

ESTOPA – Mochila de pano forte, transportada nas costas, com duas aberturas laterais, pelas quais se enfiam os braços, e duas abas na parte da frente, que são amarradas na altura do peito. O uso da palavra estopa remonta ao início do trabalho do corte de seringa, quando os seringueiros consumiam a farinha que era transportada em sacos de estopa. Esses sacos eram reutilizados para levar os utensílios necessários ao trabalho na mata. A palavra continua usada para designar a bolsa utilizada para o auxílio do trabalho de corte, mas é feita com qualquer tecido resistente, permanecendo a designação, genericamente, por metonímia. O mesmo que marico, jacá.

ESTRADA – Picada dentro da mata em que são encontrados grupos de seringueiras, irregularmente dispostos na mata.

ESTRADA BRUTA – Nos pontos pesquisados, estrada bruta é aquela estrada, cujas seringueiras, pela frequência dos constantes cortes, ficaram com o látex fraco, sendo necessário abandoná-las por um longo tempo. Durante esse tempo, essa estrada foi tomada pelo mato, tornando o local impróprio para o trabalho. Para recomençar, é necessário abri-la novamente com o auxílio do mateiro e do toqueiro. Essa denominação remonta ao étimo da palavra bruto, pois a estrada volta a ser como era antes que fossem preparados os caminhos. O termo designa propriamente uma volta ao estado primitivo, correspondendo

a embrutecido.

ESTRADA DE CENTRO – Estrada que começa bem distante de casa do seringueiro, isto é, somente no interior da mata são encontradas as seringueiras. Para trabalhar nessa estrada, o seringueiro sai bem cedo e só retorna para casa quando todo o trabalho de corte e coleta estiver encerrado, isto é, somente ao final da tarde, quando ele traz o látex para coagular. Centro designa aqui o coração da mata.

ESTRADA DE PORTA – Estrada de seringa que tem a entrada bem próxima da casa do seringueiro, o que permite a ele ter tempo de almoçar em casa, descansar, para assim dar tempo suficiente para escorrer o látex e encher as tigelas. Isso porque, no início, o látex escorre rapidamente e depois passa de duas a três horas escorrendo de modo bem mais lento, o que implica longo tempo de espera da parte do seringueiro.

ESTRADA DE SERINGA – Caminho onde estão as seringueiras.

EXTRATO – Trabalho de extração do leite da seringueira. O mesmo que extração.

FACA DE SERINGA – Instrumento utilizado pelo seringueiro para a extração do látex.

FACA TORTA – Utensílio usado no corte da seringa. O mesmo que de faca de seringa.

FACHO – Iluminação feita com sernambi, que consiste em enrolar em um pedaço de pau alguns pedaços de sernambi para depois pôr fogo; o seringueiro usa para iluminar a estrada; o facho pode substituir a poronga.

FECHAR EM CASA – Fechar o corte da seringa perto da casa do seringueiro.

FECHAR O CORTE – Concluir o trabalho do corte da seringa.

FECHAR O RODO – Terminar o corte da seringa.

FECHO – Local da estrada de seringa onde o seringueiro termina o trabalho do corte.

FORNALHA – Instrumento cuneiforme utilizado para a defumação do látex, feito com barro, com um orifício na parte alta central, por onde a fumaça é expelida, assemelhando-se a um pequeno vulcão, apresentando uma abertura, com mais ou menos meio metro de fundura e de largura, que dá entrada a uma cavidade sob o cone, em que são colocados os cavacos para o fogo. A fumaça, expelida pelo orifício do topo, defuma e coagula o látex. Sua finalidade é produzir essa fumaça com características químicas próprias.

GAMELA – Recipiente de madeira ou plástico, de forma retangular, com dimensões internas de 40 cm de comprimento, 30 cm de largura e 11 cm de altura, em que cabem aproximadamente 4, 5 litros de látex da seringueira, em

estado líquido, para coagular e fazer a borracha em prancha.

GAMELEIRA – Árvore da qual é retirado um tipo de látex que serve como coagulante, usado para misturar ao látex da seringueira, para fazer a borracha em prancha.

JACÁ – Mochila de pano resistente, geralmente de saco de açúcar; é usada para carregar os utensílios necessários para o corte do látex. Colocado nas costas, tem aberturas laterais, pelas quais se enfiam os braços e duas abas na parte da frente, que são amarradas na altura do peito. O que distingue o *jacá* acreano é o material de que é confeccionado. *Estopa, marico, lalau.*

JAMAXIM – Cesto de cipó, com altura aproximada de meio metro; bastante resistente, serve para transportar ouriços de castanha e também o saco cheio de látex.

JIRAU – Armação de madeira, que serve como uma espécie de andaime, para auxiliar o seringueiro no corte do látex, uma vez que, esgotando-se o látex na parte baixa da seringueira, é necessário ir subindo os cortes até não alcançar mais o tronco com os pés no chão. *Jirau* também pode ser uma armação de madeira, construída junto a uma das janelas da cozinha para lavar os utensílios domésticos.

JUMENTO – Pau roliço, resistente, com entalhes ou chanfraduras na parte a ser apoiada obliquamente na seringueira, pelo qual o seringueiro sobe até a uma altura de 1, 80 m para fazer os entalhes nas partes mais altas da seringueira. *Pontão, pé de burro e trepeça.*

LALAU – Mochila de pano resistente, geralmente feita de saco de açúcar. É usada para carregar os utensílios necessários para o corte do látex. Transportada nas costas, tem aberturas laterais, pelas quais se enfiam os braços e duas abas na parte da frente, que são amarradas na altura do peito. *Estopa, marico, sarapia.*

LÂMINA DE CABRITA – Peça de ferro fundido que juntamente com o pedaço de madeira forma a faca de seringa.

LAMPARINA – Instrumento feito de alumínio, com forma afunilada, que serve como reservatório para o combustível, dispondo ainda, em um dos lados, de um pequeno suporte para segurá-la e uma espécie de tampa com um pavio para acender a chama; é usada para iluminar a casa do seringueiro. Pode também ser feito de lata de leite, na qual se perfura apenas um buraco na tampa, coloca-se uma tira de qualquer tecido para formar o pavio, mergulhado no querosene.

LAMPIÃO DE TABOCA – Instrumento feito com pedaço de bambu verde para iluminar. Na parte oca do gomo é colocado um pedaço de tecido, mais comprido que largo para formar o pavio; para acendê-lo é necessário colocar

querosene ou outro líquido inflamável, como óleo diesel; alguns seringueiros colocam pedaços de lata para que o pavio fique seguro e não derrame o querosene, também para que a chama não queime o bambu; em geral, é utilizado para iluminar a casa do seringueiro ou os varadouros.

LAVAR – Derramar o leite da seringa sobre a bola de borracha no processo da defumação.

LEITE – Líquido branco, extraído da seringueira, utilizado na produção da borracha.

LEITE DA CAXINGUBA – Espécie de leite extraído da árvore gumífera denominada caxinguba, utilizado, em pequena quantidade, para coagular o leite da seringa.

LEITE DA SERINGUEIRA – Líquido de cor leitosa, extraído da seringueira, utilizado na confecção da borracha.

LUTAR COM SERINGA – Trabalhar na atividade da extração do látex.

MACAXEIRA – Raiz da mandioca utilizada na alimentação do seringueiro.

MADEIRA DE CANTO – Árvore da seringueira fora do rodo da estrada.

MÃE DA SERINGUEIRA – Entidade da floresta que, segundo a crença dos seringueiros, protege a seringueira.

MANGA – Pequeno desvio da estrada de seringa, local em que são encontradas algumas seringueiras, em geral é sem saída, sendo necessário voltar para o caminho em que se estava fazendo o trabalho do corte da seringa. Acredita-se, com isso, que haja semelhança com o significado de parte do vestuário onde se enfia o braço. 2. Rede de pesca.

MAPINGUARI – Entidade lendária malfazeja que, segundo a crença dos seringueiros, castiga e amedronta as pessoas. Os seringueiros dizem ter o Mapinguari uma estrutura física agigantada, um só olho no meio da testa e os pés em forma de mão de pilão. O mesmo que Mão de Pilão

MARICO – Mochila de pano resistente, geralmente de saco de açúcar e usada para carregar os utensílios necessários para o corte do látex. É transportada nas costas, tem aberturas laterais, pelas quais se enfiam os braços e duas abas na parte da frente, que são amarradas na altura do peito. Tem o mesmo significado que *estopa, lalau, sarapia*.

MARRETEIRO – Comprador clandestino, que geralmente paga pela borracha um preço maior que o pago pelo patrão.

MATEIRO – Trabalhador do seringal, cujo ofício principal é abrir estradas de seringa, profundo conhecedor da mata e de todas as espécies de héveas; seu trabalho era feito juntamente com o *toqueiro*; eles abriam as estradas até perfazer o número ideal de árvores para cada uma delas, que se alternavam entre 150 a 200 madeiras boas de leite. Cabia ainda ao mateiro conduzir os

seringueiros ainda *brabos*, para as *colocações* e suas respectivas estradas, em que iriam trabalhar. Mas de todas as tarefas atribuídas ao mateiro, a mais importante era a de fiscal, pois consistia em ver como os seringueiros trabalhavam, se estragavam as árvores fazendo cortes profundos demais, para adquirir maior quantidade de látex além do considerado normal.

MORRÃO – Instrumento feito com pedaço de bambu verde que serve para iluminar; na parte oca do gomo é colocado um pedaço de tecido, mais comprido que largo, para formar o pavio; para acendê-lo é necessário colocar querosene ou outro líquido inflamável. Alguns seringueiros colocam pequenas chapas de lata para que o pavio fique seguro e não se derrame o querosene, como também para que a chama não queime o bambu. *Chupil, champil, lampião e lampião de taboca.*

NOTEIRO – Empregado do seringal, encarregado de anotar e fazer os pedidos de mercadorias solicitadas pelos seringueiros ao patrão.

OITO – Caminho, que o seringueiro faz dentro da mata para cortar e colher o látex da seringueira. É semelhante, quanto à forma, ao numeral cardinal *oito*; também pode ser uma volta que o seringueiro dá dentro de outra maior.

OURIÇO – Invólucro ou casca da castanha; parte externa, mais dura e consistente que protege as castanhas. Fruto da castanheira. Var. *urisco*.

PAIOL – Pequena casa, suspensa um pouco do solo por barrotes; assoalho é de paxiúba e a cobertura é feita com palhas de ouricuri. O seringueiro utiliza o *paiol* como depósito da produção de cereais.

PANEIRO – Cesto tecido de cipó, geralmente com cipó ambé ou timbó; tem uma armação que é feita com galhos finos, com mais ou menos meio metro de altura; é bastante resistente e serve para transportar ouriços de castanha e até o saco de látex. Os seringueiros transportam-no às costas, amarrado à cabeça ou em animais de carga.

PANO – É a parte do caule da seringueira que o seringueiro reserva para fazer as bandeiras, quando estiver esgotado o trecho que ele está trabalhando; mede, em geral, cerca de dois palmos de altura por dois de largura, como início de uma nova *bandeira*.

PAPIRI – Pequena casa construída com palha para habitação do seringueiro.

PARAFUSO – Corte em espiral, que o seringueiro aplica ao caule da seringueira, para que escorra maior quantidade de látex. Nesta acepção a metáfora é evidente.

PATRÃO – Dono do seringal, pessoa que o administra, compra e vende a borracha; além disso, fornece aos seringueiros os gêneros alimentícios de que precisam.

PAU DA ROÇA – Pedaço do caule da roça (maniva) utilizada para o plantio.

PÉ DE BODE – Espécie de escada utilizada para cortar a seringueira no alto.

PEÇA – Espécie de bola, de forma mais cilíndrica que redonda, formada pelo látex coagulado pelo processo da defumação, de cor escura, com uma marca deixada pelo cavador, sobre o qual vai sendo formada pelo sistema de rotação, pesando em média de 50 a 60 quilos, com a forma mais cilíndrica que redonda, com polos convexos.

PÉ DE BURRO – Pau roliço, resistente, com entalhes ou chanfraduras na parte a ser apoiada obliquamente na seringueira, pelo qual o seringueiro sobe até a uma altura de 1, 80 m para fazer os riscos nas partes mais altas da seringueira. Esperar-se-ia *perna de burro*, pois não é evidente a relação entre esse tipo de suporte com o pé de um burro. *Trepeça*.

PELEITA – Trabalho a realizado por um grupo de pessoas, por tempo e valor previamente definido.

PERNA – Um dos muitos caminhos ao longo dos quais estão as seringueiras, nos extremos das colocações. São caminhos curtos, que dão acesso imediato às árvores de corte.

PERNA DE ENTRADA – Caminho pelo qual o seringueiro entra para começar a fazer o corte do látex, aquele que dá acesso à primeira seringueira.

PERNA DE SAÍDA – É o caminho utilizado pelo seringueiro para sair da mata quando conclui o trabalho de corte e coleta do látex, depois de recolher todo o material para voltar à estrada em direção à própria casa.

PESTANA – Conjunto de cortes, aplicados ao caule da seringueira, na parte mais alta; consiste em um traço oblíquo, na parte alta, uma canaleta em sentido vertical e mais um corte oblíquo, na parte baixa. *Espinha de peixe e cu de barrão*.

PIQUE – Caminho estreito, no meio da mata, que o seringueiro abre com o auxílio do terçado, cortando apenas o mato baixo ou rasteiro, geralmente para demarcar a estrada de seringa ou as terras de um roçado.

PIQUE DE CASTANHA – Caminho estreito, feito dentro da mata, para dar acesso ao pé da castanheira; consiste em cortar apenas o mato baixo. Simple especificação de *pique*, demonstrando que inicialmente o termo só se aplicava ao acesso às seringueiras.

PONTÃO – Pau roliço, resistente, com entalhes ou chanfraduras na parte a ser apoiada obliquamente na seringueira, pelo qual o seringueiro sobe até a uma altura de 1, 80 m para fazer os entalhes nas partes mais altas da seringueira. *Trepeça e pé de burro*.

PORONGA – Instrumento feito de alumínio, composto de um aro em forma de círculo a ser fixado horizontalmente na cabeça do seringueiro; dispõe de

um reservatório para o combustível (querosene) e um pavio. Na parte de trás, tem uma espécie de espelho ou proteção que projeta a luz para a frente. O seringueiro usa para iluminar as estradas quando sai para trabalhar de madrugada.

PRANCHA – Borracha que foi coagulada em uma caixa de plástico ou de madeira, de forma retangular, com 40 cm de comprimento, 30 cm de largura, a altura varia entre 9 e 10 cm. Esse tipo de borracha não passa pelo processo da defumação, porém possui uma coloração bastante escura. A denominação metafórica, pois assemelha-se a uma tábua daquele formato.

PRINCIPE (sic) – Primeiras lavagens de látex, no *tambor*, para fazer o começo da peça de borracha; para isso procede-se a várias lavagens no *tambor* até que se forme uma pele fina; corta-se ao meio ou em tiras e se prendem ao *cavador*, ficando com a forma de uma pequena bola, início da feitura da peça, que atingirá o peso de 50 a 60 quilos.

PRINCIPEIRO – Pedaco de madeira, geralmente de algodoeiro, por ser leve (mas que nada tem a ver como arbusto que produz o algodão), de forma cilíndrica, que serve para defumar as primeiras lavagens do látex e formar o *principe*, para então formar a peça. *Sarugo, tambor e tarugo*.

QUENGA – Ouriço da castanha, que é partido em duas metades iguais, sem as sementes e sem a primeira cobertura; é aproveitada apenas a parte do invólucro que é bastante dura. É utilizada para pisar ou pilar pimenta-do-reino. Com relação ao étimo, é notável o uso da palavra por semelhança, pois a *quenga* assemelha-se a um pequeno tacho. *Var. quengo*.

RANCHO – Armazenagem de cereais e outros alimentos para o mês; alimento pronto que o seringueiro leva para a mata para a refeição do meio dia; grande quantidade de carne de caça para a alimentação do seringueiro.

REGATÃO – Mercador ambulante. Mascate amazônico, que percorria os rios em embarcação, geralmente coberta, pois conduziam verdadeiros pequenos armazéns ambulantes. O regatão trocava mercadorias por peças de borracha com os seringueiros, clandestinamente.

ROÇA – Arbusto da *macaxeira* (mandioca) ou qualquer terreno em que se plantou algo para a própria subsistência.

RODO – Caminho, em forma de volta, onde estão localizadas as estradas de seringa.

RODO DA ESTRADA – Percurso da estrada de seringa com entrada no espigão e término no fecho da estrada.

SACO DE SERINGA – Utensílio em tecido impermeável usado no transporte do leite. O mesmo que saco.

SAIR NA SERINGA – Expressão empregada no sentido de ter uma vida

dedicada à seringa.

SANGRAR – Cortar a seringueira para a extração do látex.

SARAPIA – Espécie de mochila de tecido forte, geralmente feita de saco de açúcar, transportada nas costas, com duas aberturas laterais, pelas quais se enfiam os braços e duas abas na parte da frente, que são amarradas na altura do peito. *Marico, estopa, jacá, lalau.*

SARNAMBI – Restos de látex coagulado naturalmente na árvore, nas tigelas, no saco encauchado e no fundo dos baldes. Var. *cernambi, sernambi.*

SARUGO – Peça de madeira roliça, geralmente feito com algodoeiro, madeira leve, e que não tem qualquer relação com o arbusto que produz o algodão, é utilizado na confecção do *principe*. Pode ser também a correia de amarrar a boca do saco de látex, feita com os restos de látex que ficam no saco encauchado. Nessa acepção, não se usa a variante *tarugo*.

SERINGA – Nesta pesquisa, *seringa* se adequa perfeitamente ao sentido amazônico dicionarizado; no entanto, essa designação também pode significar a árvore de seringa. A palavra *seringa* tanto pode ser usada para designar o látex quanto a árvore.

SERINGA DA CHAPADA – Árvores que estão em lugares secos e planos, não sendo preciso subir ladeiras. É sinônimo de *seringa da restinga, seringa do plano, seringa da terra firme.*

SERINGA DA RESTINGA – Seringa que fica em lugares secos e planos.

SERINGA DE TERRA FIRME – A mesma acepção que *seringa da restinga, seringa do plano, seringa da terra firme*

SERINGA DO PLANO – Seringa que está em lugares secos e planos, não sendo preciso subir ladeiras para encontrá-la *Seringa da restinga, seringa do plano, seringa da terra firme.*

SERINGAL – Espaço físico composto por várias *colocações*, ou seja, é o local onde se encontram seringueiras em grande quantidade, somando várias *colocações*, abrangendo também os espaços com as moradias dos seringueiros.

SERINGUEIRA – Nome vulgar de diversas árvores do gênero *hévea*, de cujo látex se prepara a borracha. É denominada também *árvore da borracha, pau-seringa, pau-moeda e árvore-da-borracha*. Possui folhas compostas, flores pequeninas, reunidas em amplas panículas, fruto que é uma grande cápsula com sementes ricas em óleo, e madeira branca e leve, de cujo látex se fabrica a borracha; árvore da borracha.

SERINGUEIRA BRANCA – Seringueira que tem coloração branca na entre casca e produz um leite meio amarelado, que não tem a mesma qualidade que a *seringueira real*; além disso, a casca é muito dura, o que dificulta o trabalho

de entalhe. É sinônimo de *seringueira itaúba*.

SERINGUEIRA DE MANGA – Seringueira que está em estrada curta, sem saída, em que são encontradas poucas seringueiras. É sinônimo de *manga*.

SERINGUEIRA DE VÁRZEA – Seringueira próxima da água ou em terrenos que são alagados com facilidade. *Seringueira do baixo, seringueira do brejo, seringueira do chavascal, seringueira do igapó*.

SERINGUEIRA DO BAIXO – Seringueira que está próxima da água ou em terrenos que são alagados com facilidade. *Seringueira do brejo, seringueira do chavascal, seringueira do igapó*. e *seringueira de várzea*.

SERINGUEIRA DO BREJO – Seringueira que está próxima da água ou em terrenos que se alagam com facilidade. *Seringueira do baixo, seringueira do chavascal, seringueira do igapó, seringueira da várzea*.

SERINGUEIRA DO CHAVASCAL – Seringueira que está próxima de água ou que são alagadas com facilidade. *Seringueira do baixo, seringueira do brejo, seringueira do igapó, seringueira da várzea*.

SERINGUEIRA DO IGAPÓ (GAPÓ) – Seringueira que está próxima da água ou que é alagada com facilidade. *Seringueira do baixo, seringueira do brejo, seringueira do chavascal, seringueira da várzea*.

SERINGUEIRA ESCALDADA – Seringueira que esgotou o leite e está produzindo mais água que látex, ou seja, parece produzir mais *caldo* que borracha.

SERINGUEIRA ITAÚBA – Seringueira que tem coloração branca na entre casca e produz um leite meio amarelado, que não tem a mesma qualidade que a *seringueira real*; além disso, a casca é muito dura o que dificulta o trabalho de entalhe. Var. *seringueira branca*.

SERINGUEIRA REAL – Árvore que produz muito látex e tem melhor qualidade que o de outras espécies; a entrecasca, bastante mole, é de uma coloração vermelha ou, para alguns seringueiros, tem a coloração roxa. Para aplicar os entalhes no caule, a *cabrita* entra com muita facilidade. Por essas qualidades e principalmente pela abundante produção de látex, essa espécie é considerada a rainha das seringueiras, fazendo a felicidade de quem a encontra. *Seringueira vermelha*.

SERINGUEIRA SOLADA – Seringueira que esgotou o leite e está produzindo maior quantidade de água que leite; é necessário deixá-la descansar, ou seja, ficar sem cortá-la por algum tempo até que recupere o látex.

SERINGUEIRA VADIANDO – Seringueira que foi deixada sem cortar por um determinado tempo, para que pudesse recuperar o látex, para então retornar a ser entalhada.

SERINGUEIRA VERMELHA ou **ROXA** - É a árvore que produz muito

látex e tem melhor qualidade que a das outras espécies; a casca é de uma coloração vermelha donde lhe adveio o nome, e, para aplicar os entalhes no caule, a *cabrita* entra com muita facilidade. *Seringa real*.

SERINGUEIRA-BARRIGUDA – Variedade de seringueira que se caracteriza pelo tronco dilatado no meio, e cujas folhas têm pelos na face inferior. O látex é resinoso e não se presta à fabricação de borracha.

SERINGUEIRA-CHICOTE – Espécie de seringueira, de folhas providas de pelos ruivos na face inferior, e que fornece borracha de boa qualidade. A denominação *chicote* provém de ser uma árvore fina, dando a impressão de ser frágil, mas é flexível, lembrando um chicote.

SERINGUEIRO – Aquele que extrai o látex da seringueira e o prepara para se converter em borracha; “apanhador”, “machadinho”.

TAMBOR – Peça de madeira roliça, de forma cilíndrica, geralmente da árvore algodoeiro, que o seringueiro usa como suporte para iniciar a defumação da peça de borracha. *Principe* ou *principeiro* e *tarugo*.

TAREFA – Unidade de medida agrária equivalente a cem acres de terra. O mesmo que hectara ou hectare de terra.

TARUGO – Peça de madeira, geralmente de algodoeiro ou cedro, de forma cilíndrica, que serve para defumar o primeiro leite da seringueira para formar a peça. *Principeiro* e *tambor*.

TERÇADO – Instrumento cortante, composto de uma lâmina longa, afiada de um só lado, com cabo de chifre, madeira ou outro material resistente, utilizado pelos seringueiros para partir os ouriços de castanha e roçar ou cortar o mato; quando ficam por demais desgastados para esses usos, são utilizados para raspar a epiderme do caule da seringueira. *Facão*.

TIGELA – Recipiente de alumínio ou flandres, que o seringueiro utiliza para colher látex da seringueira; em geral, são feitas de latas de óleo ou latas de conservas. Tem uma aparência meio afunilada, como uma espécie de caneca e, em geral, mede de oito a nove centímetros: as bordas são bem afiadas para facilitar a entrada na casa da seringueira.

TOCO – Pequeno tronco fincado ao pé da seringueira para colocar as tigelas. O mesmo que cabilho ou torno.

TOQUEIRO – Trabalhador do *seringal* encarregado de auxiliar o *mateiro* na abertura das estradas de seringa. Seu trabalho consiste em cortar o mato até chegar à seringueira, na qual o *mateiro* deixou um sinal.

TORCER A BORRACHA – Rodar o cavador para defumar a peça da borracha.

TORNO – Tronco pequeno de madeira fincado ao pé da seringueira para pendurar as tigelas. O mesmo que cabilho.

TREPEÇA – *Pé de burro, jumento e pontão*. A forma desse instrumento nada tem a ver com o sentido etimológico (três pés); a aplicação do vocábulo ao objeto ou à *peça* deve-se, sem dúvida, à chamada etimologia popular, que o ligou à finalidade de *tregar* na seringueira: *tregar* + *peça*, o que explica também a passagem /i/ > /e/. Variante: *trapeça*.

TRILHA – Marcas deixadas pelas pegadas dos animais silvestres, pelas caças. Variante: *trilho*.

TRILHO – Variante de *trilha*. Observa-se que ambas as formas aproximam-se do étimo por semelhança, pois designam os vestígios deixados pelas patas dos animais de caça.

TROPA DE BURRO – Grupo de animais de carga (bois e burros), que transportavam os fardos de mercadoria para os seringais e ao retornarem, traziam a produção de borracha para o barracão. *Comboio*.

TUBIBA – Correia, feita com látex para amarrar a boca do saco encauchado. Geralmente, para fazê-la, coloca-se o látex em talos da folha do mamoeiro até que fique coagulado. Essa aplicação do termo, possivelmente se tenha dado pela semelhança ou aparência do ninho da abelha com a da folha do mamoeiro com o látex coagulado, de cor escura. Variante: *tobiba*.

VARAÇÃO – Caminho estreito para interligar as colocações de um seringal, conservando semanticamente a ideia de “varar”, “passar com alguma dificuldade”.

VARAÇÃO DE LEITE – *Varação de leite* é o mesmo que *varação*. Contudo, a restrição *de leite* designa o caminho feito pelo seringueiro para encurtar o caminho a ser percorrido dentro das estradas de seringa; em geral é usado quando o seringueiro está levando o saco de látex, muito pesado. É um caminho reto, que não se atém às árvores de seringa.

VARADOURO – Caminho estreito para dar passagem entre as *colocações* e *seringais*; é o caminho que vai até à cidade por onde passam pessoas e animais de carga.

VAREDA – Caminho dentro da mata feito pelas constantes pegadas dos animais silvestres. Exemplo de etimologia popular, por associação com varar, *varação*, *varadouro*, donde *vareda* por *vereda*.

VEREDA – Variante de *vareda*, trilha primitivamente feita pela passagem frequente de animais.

VOLTA SOLTA – Parte do diâmetro da seringueira que não está sendo cortada. O mesmo que pano solto ou bandeira vadiando.

3. Considerações finais

Neste número especial da RABF em homenagem ao filólogo Adriano da Gama Kury, conseguimos sintetizar a base do léxico específico do seringueiro e do seringalista acriano, graças à coleta de dados preparada por Luíza Galvão Lessa e desenvolvida no estudo semântico realizado por Antonieta Buriti de Souza, ambas da Universidade Federal do Acre, onde estou, prazerosamente, desenvolvendo atividades de professor visitante.

Para melhor compreensão e desenvolvimento dos estudos relativos ao tema, sugerimos a leitura dos trabalhos relacionados nas referências bibliográficas seguintes, apesar de não estarem diretamente citadas no texto, dadas as características do trabalho lexicográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Antonio Emílio Muniz. *Relações econômicas e novo alinhamento internacional do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP, 1977.
- BECKER, Berta K. *Amazônia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Placa bruta defumada de borracha natural*. Brasília: (PBD)/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. – IBAMA, 1995.
- CARDONI, Hélio Guimarães. *Conquista do Acre em quadrinhos*. 2. ed. Curitiba: Linarth, 1986.
- CARDOSO, Fernando H.; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia, expansão do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- COSTA, Maria Cristina R. *O léxico de profissões e ofícios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.
- LESSA, Luíza Galvão. *Termos e expressões populares do Acre*. Niterói: UFF, 1985.
- LIMA, J. F. Araújo. *Amazônia – a terra e o homem*. 4. ed. São Paulo/ Brasília: Cia. Ed. Nacional, 1975.
- MATA, Alfredo Augusto da. *Contribuição ao estudo do vocabulário amazonense*. Manaus: Revista do Instituto Geográfico do Amazonas, 1969.
- MENDES, Armando. *Vocabulário amazônico: estudos*. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1942.

OLIVEIRA, Valdir de. *Aquiri (1898-1909): Os padrões e a construção da ordem*. São Paulo: USP, 1993.

POTYGUARA, José. *Terra caída*. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto, 1986.

PROJETO TCBOR. *Instruções gerais de produção da folha de defumação líquida*. Brasília: FDL, 1998.

RANCY, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre: 1870-1912*. 2. ed. Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SEBRAE/Acre. *Acre – Brasil, turismo a caminho do verde*. Rio Branco: Gráfica Genus, [s/d.].

_____. *Acre – um pedaço verde do Brasil – fragmentos de história, cidades e belezas*. Rio Branco: Gráfica Genus, [s/d.].

SOUZA, Antonieta Buriti de. *Análise semântica do vocabulário do seringueiro do Vale do Rio Acre*. São Paulo: USP, 1998.

SOUZA, Carlos Alberto de. *História do Acre*. 1º grau. Rio Branco: M. M. Paim, [s/d.].

SOUZA, Márcio de. *Galvez, imperador do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

VITIRATTI, A. B. et alii. *Borracha: parâmetro atual sobre cultivo, produção e comercialização no Brasil*. São Paulo: USP, 1996. [Apostila]

ZOMBONIM, Devino João. *Léxico específico e cultural regional – um exemplo amazônico*. São Paulo, 1987.

REZAS, BENZEDURAS, SUPERSTIÇÕES EM SENA MADUREIRA, ACRE

LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG (PESQUISADORA SÊNIOR – CAPES/UFAC)

Este artigo é dedicado ao Prof. Dr. Adriano da Gama Kury, *in memoriam*, acriano, filho de Sena Madureira, Acre.

RESUMO

O artigo trata de rezas, benzeduras, superstições no município de Sena Madureira, no Acre. Não aborda todos os males tratados pelas rezas, somente aqueles provocados pelo poder dos olhos de alguém sobre outros. A fonte de consulta foram os textos orais de questionários gerais aplicados no interior do Acre, com informantes masculinos e femininos, em três faixas-etárias. Tomam-se, aqui, 22 inquéritos e deles retirou-se as narrativas de rezas, orações, benzeduras utilizadas pela comunidade do município de Sena Madureira, terra do Prof. Adriano da Gama Kury. Verificou-se que os serviços de curas oferecidos pelas rezadeiras são amplos, vão desde os problemas relacionados ao corpo físico até desequilíbrios de ordem espiritual. Dentre os males que são “curados” pelas rezadeiras estão o mau-olhado, a espinhela caída, o vento caído, a “isipa”, o fogo selvagem, o cobreiro, o quebranto etc. Além dos problemas que afetam a ordem social, econômica e psicológica do indivíduo ou do grupo. Para a realização da prática de benzeduras as pessoas acionam conhecimentos do catolicismo popular, súplicas e rezas, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam ajuda para curar males. Para compor o ritual de cura, as rezadeiras utilizam ramos verdes, terço, pano branco ou lenço branco, sinal da cruz sempre feito com a mão direita sobre a pessoa enferma. O estudo das rezas e benzeduras pertence ao campo da história oral, comumente estudada sob a ótica cultural por sociólogos, antropólogos e historiadores.

PALAVRAS-CHAVE: História oral, Rezas, Benzeduras, Superstições, Cultura Popular.

ABSTRACT

The article deals with prayers, benzeduras, superstitions in the town of Sena Madureira, Acre. It does not address all the ills treated by prayers, only those

caused by power over anyone's eyes other. The source query were the oral texts of general questionnaires applied inside the Acre, with male and female respondents in three age-groups. Take up here, 22 of them surveys and withdrew the narratives of prayers, prayers, benzeduras utilized community in the municipality of Sena Madureira, Prof land. Adriano da Gama Kury. It was found that the healing services offered by mourners are large, ranging from problems related to the physical body to a spiritual imbalances. Among the evils that are "cured" by mourners are the evil eye, the stickleback fallen, the wind dropped, the "isipa" wild fire, the shingles, the quebranto etc. Beyond the problems that affect the social, economic and psychological individual or group. To carry out the practice of people benzeduras trigger knowledge of popular Catholicism, prayers and supplications, with the goal of restoring balance material or physical and spiritual people who seek help to cure ill. To compose the healing ritual, the mourners utilize green branches, third, white cloth or white scarf, a sign of the cross when done with the right hand on the sick person. The study of prayers and benzeduras belongs to the field of oral history, commonly studied from the perspective of cultural sociologists, anthropologists and historians.

KEYWORDS: Oral History, Prayers, Benzeduras, superstitions, Popular Culture.

1 – INTRODUÇÃO

Nas minhas andanças pelo interior do Acre, para o estudo da oralidade regional, ao longo de vinte anos, tenho armazenado saberes, práticas, costumes, tradições de todas as camadas sociais. Sena Madureira, terra do saudoso Professor Adriano da Gama Kury, é um desses lugares privilegiados, onde coletei dados para a elaboração do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC. E, nessas andanças, aproveitei para armazenar o máximo de riquezas sobre a linguagem, os costumes, a vida, a cultura das pessoas. E todos os aspectos pesquisados são fantásticos, fascinantes. Mas, aqui, neste artigo, preciso eleger um deles para retratar um pouco do tanto que colhi nessa terra do Professor Kury. Elegi tradição oral de rezas, benzeduras, superstições.

Sabe-se que o sincretismo religioso, no Brasil, reflete a influência de povos europeus, africanos e indígenas. Essa mistura étnica responde por um rico legado de práticas ritualísticas, utilizadas ao longo da história, assim como se presencia, na figura do rezador, rezadeira, benzedor ou benzedeira, usos e costumes tradicionais que a comunidade abraça como sagrado e simbólico para o melhor viver.

E, dessa forma, são por meio dos sentidos, dos símbolos que cercam os atores sociais que eles constroem um mundo de magia, crenças, rezas, benzeções, superstições, no intuito de criar terapêuticas capazes de amenizar os males da vida, as doenças, na procura de um mundo melhor para viver com saúde. E isso não é prática nova, pois desde os primórdios da humanidade a busca pelo estado de saúde motivou o ser humano a procurar meios e formas que lhe garantissem melhor estado de equilíbrio. Assim, a constante busca pelo estado de saúde faz com que muitas pessoas busquem métodos e formas alternativas para o alcance do bem-estar físico, psíquico e social, sendo as rezas e benzeduras, assim como as superstições algumas dessas formas de grande alcance e difusão, ao longo dos tempos, em meio às comunidades rurais e mesmo urbanas.

O fabuloso, nessas práticas e usos, é que a reza e a benzeção realiza um dos momentos mais importantes da medicina popular. Nela os artifícios e estratégias desse saber são criados e recriados pela cultura popular, tanto urbana quanto rural, com os conhecimentos sobre plantas, banhos, receitas, chás, simpatias, massagens, escalda-pés, suadouros, garrafadas, medicamentos caseiros e, às vezes, até mesmo industrializados, corporificam-se nas concepções terapêuticas da benzeadeira, do rezador, da rezadeira.

Parece contraditório, em pleno século XXI, que a humanidade, contando com tantos avanços na área médica e no campo da pesquisa científica, ainda persista com a prática de rezas e benzeduras. Comenta Cavalcante & Chagas (2000, p. 3), que diante dos avanços do saber médico-científico era de se esperar que essas intervenções, por meio de crenças, estariam superadas, restando a elas o espaço da literatura ou praticadas em comunidades tradicionais. No entanto, isso não é o que a realidade mostra.

O ato da reza e da benzedura, uma prática cultural que atravessou os séculos, está presente no cotidiano de muitas pessoas, passa de pais aos filhos, consiste de um ritual em que se utilizam símbolos, palavras, gestos, com a finalidade do restabelecimento da saúde. As benzeadeiras, também chamadas de rezadeiras, realizam o ritual de cura, motivadas pela fé. Com relação à benzeção, afirma Aguiar (2000, p. 50):

As práticas de cura das mulheres benzeadeiras não são um saber especializado no mesmo sentido do saber dos médicos [...] a prática das benzeadeiras faz parte de uma vivência que é social, religiosa, econômica e moral ao mesmo tempo. O exercício da benzedura envolve todos os aspectos da vida da comunidade. As benzeadeiras são pessoas conhecidas das famílias da comunidade, donas de casa, mães e avós, vizinhas, que, para retribuir o dom recebido de Deus, rezam e curam.

O estudo das rezas e benzeduras pertence ao campo da história oral, comumente estudada sob a ótica cultural por sociólogos, antropólogos e historiadores. No panorama mundial, a iniciativa pioneira de estudos surgiu nos Estados Unidos, com as gravações realizadas por Allan Nevins, no final da década de 1940. Por motivos pouco explorados, a utilização da História Oral ocorre tardiamente em alguns países, dentre os quais o exemplo mais notável é o caso da França, berço da maior revolução na historiografia – a escola dos *Annales*.

A América Latina começa a participar mais intensamente desse movimento na década de 1970. No Brasil, embora haja registros de pesquisas desenvolvidas segundo essa abordagem, em tempos mais remotos, a Associação Brasileira de História Oral é fundada em 1975 e a aplicação desse recurso por universidades e outras instituições é flagrante a partir da década de 1980.

Embora no cenário mundial a História Oral tenha surgido vinculada, especificamente, aos estudos antropológicos, no Brasil ela é introduzida com estudos em Psicologia Social para, a partir disso, espalhar-se por outras inúmeras esferas acadêmicas, dentre as quais o folclore, as lendas, mitos, rezas, benzeduras, superstições, como campos que podem integrar o rol das áreas que abraçam a história oral, tal como narrativas, contos, causos, etc., quando a linguagem retrata a vida das pessoas, delineando sonhos, fé, esperança, cultura, identidade, conforme fica evidente no caso do presente estudo na cidade de Sena Madureira, no Acre.

2 – MATERIAIS E MÉTODOS

Cinco instrumentos foram utilizados para a coleta dos dados da pesquisa das fontes orais: roteiro de entrevista; ficha-questionário; caderno ou diário de campo, gravador, máquina fotográfica.

As entrevistas que formam o *corpus* oral da pesquisa, que ora se utiliza, são somente 22 inquéritos, com pessoas simples, com pouco ou nenhum estudo. As mulheres são profissionais do lar, e os homens, agricultores, totalizando 18 informantes rezadores/benedores. Dos 22 entrevistados, 17 são mulheres (77,2%), e cinco são homens (22,8%), revelando uma forte representatividade do sexo feminino nestas práticas. Entre as mulheres, a idade variou de 42 anos (idade mínima) a 88 anos (idade máxima) e para os homens a variação de idade foi de 66 anos (idade mínima) a 90 anos (idade máxima), mostrando que esta prática e saber são de domínio dos mais velhos nas comunidades estudadas.

Há muito mais para estudar, mas o que aqui se toma contribui para a reconstrução do passado, entendido como uma releitura das experiências e demandas do momento presente daqueles que narram as rezas, benzeduras, superstições, em Sena Madureira, no Acre. Teve-se o cuidado de estabelecer diálogo com os tipos de textos, no sentido de melhor compreendê-los, traduzi-los com fidedignidade, no sentido de apresentar dados orais que se interliguem com outras fontes escritas, posto que ambas são intercomplementares, uma vez que os procedimentos metodológicos que orientam as pesquisas que trabalham com o *corpus* oral pouco diferem dos procedimentos usados no *corpus* escrito.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa vários instrumentos de coleta de dados foram utilizados: entrevistas livres, semiabertas e com roteiros tematizados; caderno de campo, questionários, fichas de cadastro dos entrevistados, para conceder materialidade às pistas indicadas pelas narrativas, entendidas como composições e vestígios, buscadas para conquistar o conhecimento sobre a fé, as crenças, superstições, a cultura do ser humano interiorano da Amazônia, especialmente no Município de Sena Madureira.

E, dessa forma, das fontes orais passa-se, neste estudo, para fontes escritas, por que aqui se traduz para a escrita as narrativas ou contações orais que se processam no interior do Acre, em meio à comunidade rural e urbana, onde as pessoas entrevistadas estão convencidas no poder de rezas, benzeduras, superstições. Por isso tudo a história oral pode ser classificada como: história oral de vida; história oral temática; tradição oral. Ainda, segundo minha concepção, o adjetivo “qualitativa” estará adequado às pesquisas que reconhecem: (a) a transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese *apriori*, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, valse de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar; (d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-las podem ser (re)configuradas; e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas.

3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Na Idade Média a ligação com a feitiçaria foi tal que antigas práticas como o encantamento se transformou na “reza”, a oração acompanhada por um ato ritual: aspersão com líquido consagrado, o “chicoteamento” com ramo

de planta ou objeto mágico, execução de gestos simbólicos. É nessas orações que aparecem com toda força os santos católicos, curando os males do corpo e do espírito, dando força e proteção.

No Brasil, embora possa haver influências africanas e indígenas, o que predomina na benzedura é o apelo aos santos católicos a que a tradição popular atribui poderes de cura.

O curador ou rezador ou benzedor, benzedeira, costuma acumular três habilidades: a) É raizeiro, pois sabe preparar remédios com ervas medicinais que ele mesmo colhe no mato; b) É rezador, pois sabe as orações e simpatias para prevenir e resolver vários problemas do cotidiano; c) É benzedor, pois sabe benzer fazendo o sinal da cruz com ramos de ervas sobre o corpo da pessoa, enquanto repete uma oração (benzeção).

Dependendo da região do país e da tradição oral da família, cada curador tem suas receitas de chás, garrafadas, banhos e compressas, suas receitas de simpatias, suas fórmulas de benzeção e suas orações. Estas costumam ter variações locais sobre uma fórmula original, deturpada pela transmissão oral através do tempo e de sucessivas gerações.

Dialogando com autores, nessa linha teórica da história oral, como Jacques Le Goff, citando Lucian Febvre, encontrei pistas nas direções por eles apontadas:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do Campo e das ervas daninhas. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE apud LE GOFF, 2003, p. 530).

O trabalho, portanto, está inscrito numa perspectiva que tem como referência, também, as contribuições da História Cultural, cujos princípios e pressupostos teóricos de análise possibilitaram a construção do conhecimento histórico sobre indivíduos e grupos, que dão sentido à sua visão de mundo, suas condutas e práticas sociais, ao construírem suas representações sobre o real e traduzirem a experiência do vivido e não vivido.

O estudo das memórias de pessoas mais velhas, na longínqua Sena Madureira, diz respeito a um grupo social com suas singularidades, mas

que trata de questões que atravessam a história da humanidade – rezas, crenças, benzeduras, superstições, cujas histórias guardam entre si muitas singularidades. Embora, não se pretenda, aqui, produzir generalizações, segundo pontua Lucilia Neves Delgado:

Uma característica fundamental da metodologia qualitativa é sua singularidade e não-compatibilidade com generalizações. [...] Situa-se no terreno da contrageneralização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas. [...] Não objetiva a história em si mesma, mas um dos possíveis registros do que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória. (DELGADO, 2006, p. 18).

Benjamim (1985, p. 223), ensina também que quem narra experiências, saber popular, costumes etc., leva em conta a verdade que tem dentro de si, aquilo que aconteceu, que acredita e tem fé. Desses fatos narrados, a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente deles, trazendo o passado para o presente, vivificando as experiências vividas por pessoas de outras gerações, deixando como legado a história das crenças presentes. Com isso, passado e presente se unem para formar a crença atual.

Segundo Bourdieu (1998) a sociedade é constituída por campos que disputam o poder entre si. Os agentes sociais buscam, através da aquisição de capital simbólico, alcançar reconhecimento, o que lhes proporciona poder e legitimidade frente aos demais. O diploma médico, sem dúvida, é uma forte expressão desse capital simbólico, contudo, o fato de diplomados procurarem por pessoas que praticam atos mágicos, que na maior parte das vezes não compreendem, reforça sua importância dentro da sociedade, fazendo com que certas práticas passem a ser reconhecidas como necessárias e preces de respeito social.

O processo ritual da prática da benzedura é formado basicamente de três momentos: a) o diálogo b) a bênção e c) a prescrição (QUINTANA, 1999: p. 56) a) O diálogo que se estabelece entre o cliente e o benzedor nem sempre trata do mal a ser curado, o qual pode ser extraído de uma conversa informal fora do âmbito da benzedura. Mas, no diálogo já encaminhado para a prática de benzeção, o paciente sempre surge com um discurso revestido de conscientização dos males tratados pelo viés do saber popular. FRY & HOWE (1975) *apud* OLIVEIRA (1983, p. 04) categoriza as aflições presentes em tais discursos, em três planos:

a) saúde; b) manipulação do sistema (subemprego, não pagamento de dívidas de salários e dívidas, questões com a polícia, encontro com autoridades burocráticas, etc. ; c) aflições decorrentes de relações interpessoais: problemas afetivos, sofrimentos pessoais, perda de um ente querido ou de um ente desgarrado da família, conflitos familiares, relacionamento com parentes, vizinhos ou amigos” (OLIVEIRA, 1983, p. 04).

A benzeção propriamente dita consiste da parte não material, que é a reza verbalizada, pelos agentes de cura, de forma inacessível à audição, ou não – quando parte da reza é proferida, e o cliente participa da mesma, por exemplo, na oração contra o cobreiro, onde a benzedeira pergunta ‘‘O que te corto?’’, e o consulente responde ‘‘Cobreiro’’ (CAMARGO, 2010). Esse ritual vem acompanhado pela parte material, que são os instrumentos – folhas, ramos, raízes, terço, imagens - de que se valem as pessoas para completar o ritual. A prescrição oferecida, basicamente, refere-se às condutas de como os clientes devem agir para não anular o tratamento, ervas medicinais, alguns medicamentos industrializados e rezas mais simples como ‘‘rezar três vezes, o Pai Nosso, a Ave Maria e Santa Maria, na sexta-feira, que é o dia que a reza é mais forte.

4 – TRADIÇÃO ORAL DE REZAS, BENZEDURAS, SUPERSTIÇÕES EM SENA MADUREIRA, ACRE

Em boa parte das atividades realizadas, paralelamente às rezas propriamente ditas, são utilizados vegetais para executar movimentos que ‘‘afastam do corpo e depositam as energias negativas’’ – dor de cobreiro, fraqueza do mau-olhado, peito aberto, quebranto, vento caído etc. E em praticamente todos os benzimentos, as rezas devem ser executadas três vezes, assim como o número de consultas realizadas para o tratamento, o que, segundo os rezadores e rezadeiras é uma simbologia que alude à Santíssima Trindade.

Vejam-se, agora, algumas doenças curadas pelas rezadeiras ou rezadores, benzedeiros ou benzedoras, dentre as muitas encontradas, apontam-se, aqui, brevemente, somente aquelas doenças causadas pelos olhos de alguém sobre o outro.

4.1. Olhos e suas doenças

Para além das mezinhas, as doenças de olhos são tratadas com benzeduras. Uma reza usada na benzedura dos olhos, diz assim:

“Em lavor de Santa Luzia
 Esta vista venho benzer:
 De prego, de farpa e farpão.
 De cabra (?), de cabrito (?), de rôxidão,
 De vermelhidão e d’enflamação,
 De bicha e de bichão!...
 Ê te corto e te torno a cortar,
 Rabo, cabeça e raízes do coração
 P’ra que te seques e te mirres
 Em lavor de Santa Luzia,
 Padre-Nosso... Avém-Maria.”

Mas há outras rezas utilizadas na benzedura de olhos, como esta:

“A mão de Deus e a da Virja Maria vá adiente da minha
 P’ra qu’apagu’estas rechas, estes farpões,
 Estes carnazões, estes cravos, estes pregos,
 Estas bolidas, êste mal d’olhos...
 Em louvor de Deus e da Virgem Maria,
 Padre-Nosso... Avém-Maria.”

Durante a benzedura, a benzedeira ou rezadeira segura numa mão um ramo verde, geralmente de vassourinha ou arruda, também pode trazer uma terço, rosário ou uma cruz, ao tempo em que aproxima dos olhos do paciente para começar a rezar. A pessoa deve permanecer quieta, de olhos fechados.

A benzedura é efetuada durante cinco, sete ou nove dias, findos os quais, a doença deve estar debelada. Faz-se então, o seguinte ofertamento: —
“Ofereço estas santas benzeduras à Senhora Santa Luzia que livrou este olho do arpão, cravo e récha. Em nome de Deus Padre, de Deus Filho, de Deus Esprito Santo e de Santa Luzia. Padre Nosso e Ave-Maria”.

Veja-se, ainda, mais uma reza utilizada na benzedura dos olhos:

“Eu te benzo... (nome da pessoa)
 rexa, cabrita, farpão.
 Santa Luzia por aqui passou,
 com o seu manto borrifou;
 assim tu te aches como ela se achou.
 Em nome de Deus e da Virgem Maria
 Pai-Nosso e Ave-Maria.”

Reza-se nove vezes e ao fim de cada uma delas a benzedeira e o doente rezam um Padre Nosso e uma Ave Maria, oferecidos a Santa Luzia.

Enquanto são pronunciadas aquelas palavras, a benzedeira passa por cima do ramo verde uma cruz, simbolizando o poder de Deus. A benzedura é feita nove vezes e, ao fim de cada uma delas, a benzedeira e o paciente rezam um Padre Nosso e uma Ave Maria, oferecidos a Santa Luzia e à sagrada Morte e Paixão de Cristo.

4.1.1 - Olhos de Santa Luzia

Como se sabe o povo é supersticioso e por tradição popular usa amuletos, tais como figa, dente de alho, crucifixo etc. Um desses amuletos é conhecido por “Olhos de Santa Luzia”, preso a um cordão e usado no pescoço para prevenir as doenças de olhos, assim como ofertados à Santa, em cumprimento de promessa por graça recebida. De resto, os devotos rezavam uma “Oração a Santa Luzia”:

“Ó Santa Luzia
Que saras dos olhos
Livrai-nos d’escolhos
De nout’ e de dia.
Ó Santa Luzia
Bendita sejais,
Por seres bendita,
No Céu descansais.”

4.1.2 - Mau-olhado

O mau-olhado é uma faculdade atribuída a certos indivíduos de trazerem desgraça àqueles para quem olham. O povo ainda hoje crê que o chamado mau-olhado pode ser comunicado a outrem, por quem tem o poder de o fazer, por querer ou mesmo sem querer. Crê ainda que o mau-olhado tanto se pode manifestar em pessoas como em animais, sob a forma de doenças como o quebranto ou então estar na origem de desastres, perdas materiais ou outros malefícios.

São correntes superstições populares relativas ao mau-olhado:

- Por causa do mau-olhado, é bom trincar um alho em jejum.
- Para livrar das bruxas ou do mau-olhado, é bom por uma ferradura na porta.

Para talhar o mau-olhado, a benzedeira tem de verificar primeiro se a doença do paciente tem ou não origem em mau-olhado. Para tal, deita um

fio de azeite num pires, molha nele três dedos e deixa cair três pingos na água contida numa bacia. Se as pingas se juntarem, é mau-olhado que o paciente tem. Se não se juntarem não é. Em seguida, torna a molhar os dedos no azeite e faz sobre as pingas que estão na água o sinal da cruz, ao mesmo tempo que pronuncia as palavras rituais da reza:

“Fulano (Nome da pessoa) Deus te fez,
Deus te criou,
Deus te tire o mal
Que no teu corpo entrou.”

Eis uma das muitas rezas usadas na benzedura do mau-olhado:

Começa a benzedeira:

- “Jesus, santo nome de Jesus,
onde está o santo nome de Jesus,
não está mal nenhum“

Diz depois a benzedeira:

“- Eu te benzo, criatura, do mau-olhado.

Se for na cabeça, em nome da Senhora da Cabeça,
se for nos olhos, em nome de Santa Luzia,
se for na cara, em nome de Santa Clara,
se for nos braços, em louvor de S. Marcos,
se for nas costas, em louvor da Senhora das Verónicas,
e se for no corpo, em louvor do meu Senhor Jesus Cristo
que tem o poder todo.

Santa Ana pariu a Virgem

e a Virgem pariu o meu Senhor Jesus Cristo

assim como isto é verdade

assim seja este olhado daqui tirado

e para as ondas do mar deitado,

Onde não ouça galo nem galinha cantar

Em louvor de Deus e de Maria,

Padre-Nosso e Ave-Maria.”

Esta benzedura é feita nove vezes e ao fim de cada uma delas, a benzedeira que segura um rosário na mão e o paciente, rezam uma Salve Rainha oferecidas a Nossa Senhora.

4.1.3 - Quebranto

Para o povo, o quebranto é causado pelo mau-olhado e tem sintomas próprios: bocejos, mal-estar, dores no corpo, náuseas, arrepios, debilidade,

definhamento.

São vulgares as superstições populares relativas ao quebranto:

- Para livrar de quebranto, é bom pregar uma ferradura nas portas das casas, pela parte de fora.

- As crianças pequenas podem ser protegidas do quebranto, pondo-lhes ao braço uma fita vermelha e um dente de alho envolto em tecido, preso à fita, em forma de pingente.

- Para se tratar uma criança de quebranto, juntam-se quatro pedaços de chita, quatro de algodão, quatro ramos de arruda, quatro de alecrim, um dedal de erva-doce, leva-se tudo ao fogo e com um pano branco, apanha-se a fumaça que deve ser passada na criança.

Para saber se um paciente tem ou não quebranto, a benzedeira começa por proferir cinco vezes seguidas, as palavras cerimoniais da seguinte reza:

“Fulano (Nome da pessoa),
Deus te remiu, Deus te criou,
Deus te livre de quem para ti mal olhou!
Deus te livre deste cobranto:
Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo!

Seguidamente, a benzedeira derrama cinco gotas de azeite num prato com água pura. Se for quebranto as gotas se espalham. Se não for as gotas juntam-se. E sendo quebranto, existe a crença de que a pessoa começa desde logo a melhorar.

Apresenta-se de seguida uma reza usada na benzedura do quebranto, de sol e de lua. Diz a benzedeira:

“Fulano (nome das pessoa) dois olhos te olharam mal,
Três te hão-de olhar bem,
Em nome de Deus Pai, do Filho
E do Espírito Santo, Amem
Quando Nossa Senhora pelo Mundo andou,
Com Santa Margarida se encontrou,
E lhe perguntou:
— Onde vais. Margarida?
— Eu à Vossa busca ia.
Tenho um filho doente
De sol e de lua e de fito morria.
Com que o curarei eu, Senhora?
— Com a cinza do lar

O Mundo será salvo.
 A lua por aqui passou
 E a cor de Fulano levou,
 E a dela deixou.
 Ela há de tornar a passar,
 A cor de Fulano há de deixar,
 E a dela há de levar
 Para as ondas do mar
 Onde não oiça
 Nem galos nem galinhas cantar,
 Nem mãe por seu filho bradar.”

No final, benzedeira e paciente rezam um Pai Nosso e uma Ave Maria que oferecem a Nossa Senhora e à Sagrada Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A medicina popular, misto de empirismo e crenças arcaicas, independentemente dos seus resultados práticos, é merecedora de todo o respeito, não só pela riqueza da sua literatura oral, como pelo papel que desempenha na formação das identidades culturais regionais.

E com estes exemplos, dentre os muitos encontrados, deixa-se por terminada a abordagem efetuada ao sentido da visão, através dos múltiplos domínios da nossa literatura oral. Fazem-se votos para que esta nossa incursão tenha sido do agrado dos leitores.

4.2 – Superstições

Dentre as muitas superstições encontradas em meio às comunidades do Acre, enumeram-se, aqui, apenas doze delas, em razão do espaço que tomaria para ser mais descritiva no presente artigo. Deixa-se a tarefa mais ampliada para outro momento.

- a) Espelho: Quebrar um espelho dá sete anos de azar.
- b) Vassoura: Varrer o pé de uma pessoa faz com que ela nunca se case. Também, colocar uma vassoura, atrás da porta, de cabeça para baixo, faz com que uma visita indesejada vá embora.
- c) Guarda-chuva: Abrir o guarda-chuva dentro de casa atrai problemas para a família.
- d) Vassoura: Leite com manga: Tomar leite após comer manga mata a pessoa.
- e) Escada: Passar debaixo de uma escada dá azar.
- f) Careta: Se a pessoa fizer uma careta e pegar um vento forte no rosto fica com aquela careta para sempre.

- g) Bolsa: Deixar a bolsa no chão faz com que o dinheiro vá embora.
- h) Gato preto: Cruzar com gato preto em dia de sexta-feira dá azar.
- i) Pé direito: Devemos sair de casa e entrar em qualquer lugar, sempre com o pé direito, para evitar o azar.
- j) Sal grosso: Deixar um copo de vidro cheio de sal grosso no canto da sala, traz sorte.
- k) Estrela Cadente: Viu uma estrela cadente? Faça um pedido, porque, segundo a crença de muita gente, é garantia de que ele vai se realizar.
- l) Orelha Quente: Se sua orelha esquentar de repente, é porque alguém está falando mal de você. Nesses casos, vá dizendo o nome dos suspeitos até a orelha parar de arder. Para aumentar a eficiência do contra-ataque, morda o dedo mínimo da mão esquerda: o sujeito irá morder a própria língua.

Avista-se, daquilo que se descreve, que o mundo é simbólico como intui Vigotski (1995). Assim sendo, não há possibilidades integrais de conteúdos cognitivos ou domínios do pensamento fora da linguagem, nem possibilidades integrais de linguagem fora dos processos interativos humanos. Este postulado parece ser concebido sob inspiração humboldtiana e já anuncia o papel da linguagem frente ao processo de percepção ou interpretação do mundo real impregnado de crenças, costumes, tradições.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados levantados, em pesquisa de campo, pode-se constatar que realmente as práticas de rezas, benzimentos e superstições contribuem de forma positiva no processo terapêutico, isso por que a maioria das pessoas relatam ter alcançado a cura por meio do ritual e também foi possível detectar que há uma forte relação da cura com a fé, seja por parte da benzedeira ou por parte do doente.

Vale dizer que por meio dos dados coletados em pesquisa de campo é possível assegurar haver alguns malefícios onde os benzimentos não podem intervir, neste caso aconselha-se o acompanhamento médico para a realização do devido tratamento da patologia.

Percebeu-se, pelos dados coletados, que existe todo um universo de crenças, que permanentemente ameaçam as pessoas. Uma das mais temidas é a do “mau-olhado” que leva a toda uma série de sintomas e malefícios. Outra doença que mata muitas crianças é o quebranto, quando o ser atingido pelos maus olhos de alguém tem perda da vivacidade, olhos lacrimejantes,

sonolência, moleza, abatimento, esmorecimento, desânimo, entre outros. A cura só se dá através de muita benzedura.

De tudo que aqui se viu, há uma imagem que ilustra bem essa fé, costumes, tradição em meio ao povo do Acre: um vaso de cerâmica, de argila, que traz as marcas de muitas mãos, de muitas outras vidas, anteriormente vividas, também reconstruídas e ressignificadas. Portanto, ao falar dessas rezas, benzeduras e superstições não se pretende trazê-las como algo do passado, pois já dizia o grego Platão que as coisas ausentes, que ainda se fazem presentes nas tradições culturais, nas práticas e nas formas do ensinar e do educar, sempre representam a vida e os costumes do povo do lugar.

A natureza humana necessita da vida em sociedade, portanto, o ser humano é um ser social por natureza e tudo o que ele tem e realiza é tido e realizado em sociedade. Todos os seres humanos valem exatamente a mesma coisa, por natureza todos nascem iguais e é a sociedade que estabelece as diferenças. Assim, as diferenças de valor entre os seres humanos são artificiais, não naturais, é contra a natureza permitir que uns nasçam ricos e socialmente bem situados enquanto outros nascem miseráveis e condenados a uma vida de sacrifícios e inferioridade social.

No que diz respeito ao papel que as plantas exercem em culturas distintas, Albuquerque (1997) afirma que os seres humanos são dependentes das plantas como recursos necessários à sobrevivência e que culturas diversas detêm um saber tradicional sobre o uso de plantas para os mais variados fins. A Natureza é pródiga, tudo pode, tudo sabe, para tudo há um remédio, uma solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, U. P. 1997. *Etnobotânica: uma aproximação teórica e epistemológica*. *Revista Brasileira de Farmácia*, 78(3): 60-64.
- ALBUQUERQUE, U. P.; SILVA, V. A. 2004. *Técnicas para análise de dados etnobotânicos*. In: ALBUQUERQUE, U. P. & LUCENA, R. F. P. (Org). *Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica*. Recife, PE, Brasil: Livro Rápido/NUPEEA. p. 63-87.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas vol. I. Magia e técnica, arte e política*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CAMARGO, Maria Tereza Lemos de Arruda. *O cobreiro na medicina popular*. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/herbarium>. Acesso em: 10 agosto de 2012.

- CAVALCANTE, Joel Martins; CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As mulheres benzedoras: entre o sagrado, a saúde e a política*. p.1-11, [2000].
- COSTA, Cléria Botelho da. Escola: espaço de memórias. In: MENEZES, Albene Miriam F. (org.). *História em movimento: temas e perguntas*. Brasília, DF: Thesaurus, 1997. p. 61-70.
- _____. Memórias Compartilhadas: os contadores de história. In: COSTA, C. B. e MAGALHÃES, N. A. (orgs.). *Contar história, fazer história*. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 73-84.
- DELGADO, Lucília de Almeida N. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *ENCICLOPEDIA EINAUDI*, v. 1, Memória – História. Edição portuguesa. Porto, PT: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- LE MOS, Carolina Teles. *Religião e Saúde: (re)significando as dores na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Descubra, 2008.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *Doença, Cura e Benzedura: Um Estudo Sobre o Ofício da Benzedora em Campinas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.
- QUINTANA, Alberto Manuel. *A Ciência da Benzedura: mau olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise*. Bauru: EDUSC, 1999.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados em história do departamento de história da PUC- São Paulo, n.15, p.51-84, abr. 1997.
- Vigotski, L.S. “Psicologia Concreta do homem” Tradução de Enid Abreu Dobránsky do texto “Concrete human psychology”, publicado pela Soviet Psychology, v.17 (2), 1986, 1995. Mimeo.

FORMAÇÃO DISCURSIVA – A mulher endeusada ou idealizada na MPB de 1930 a 1945.

MANOEL P. RIBEIRO (UERJ, UNISUAM E ABRAFIL)

RESUMO – Com apoio na análise de discurso de Michel Pêcheux, descreve-se o perfil da mulher endeusada, a partir das letras de música da MPB, no período de 1930 a 1945.

Palavras-chave: música popular – mulher endeusada – discurso.

Este ensaio é um recorte de nossa tese de doutorado *As formações discursivas sobre a mulher na música popular brasileira* (1930-1945). Para esta finalidade utilizamos a análise de discurso francesa de Michel Pêcheux.

Aqui, o conceito de discurso difere do que ocorre na análise saussuriana. O discurso é um objeto teórico que se relaciona com o exterior, em que língua, história e ideologia estão indissociavelmente relacionados. Portanto, na Análise de Discurso francesa, em Pêcheux, o sujeito não é senhor “absoluto” de seu discurso, pois existe sempre algo que ele reproduz inconscientemente, na formulação de suas palavras.

A Análise de Discurso surgiu na França, como resposta aos sintomas de crise (mudança no estatuto atribuído à análise do texto): crise na Linguística; crise nas Ciências Humanas (História, Sociologia, Antropologia). Os estudos no campo da língua deixam de se concentrar na palavra ou na sentença (limitando-se à frase), para ter como interesse o *texto*. Possibilita-se, assim, a instauração de novos objetos de análise: o *texto* e o *discurso*. Para este novo tratamento da língua, o texto, agora, é um todo, interligado, que significa. A Análise de Discurso instaura uma tensão no interior do corpo teórico da Linguística tradicional, pois questiona o corte epistemológico saussuriano. Discutem-se as exclusões praticadas pela Linguística estruturalista – a do sujeito, da situação e da significação – e a existência do discurso como objeto de análise, que não se confunde com a fala, que opõe o geral ao individual, para língua/discurso, que contrasta o geral ao social. Aqui, os elementos sócio-históricos são essenciais.

Pela análise da historicidade do texto, isto é, do seu modo de produzir sentidos, um texto pode ser atravessado por várias formações discursivas (heterogeneidade do discurso). “O objetivo da AD é compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico” (ORLANDI, 2004: 56). A história provê a linguagem de sentidos.

Nos anos de 1930 e 1940, há uma diversificação temática e estilística de sambas: o lírico-amoroso, o apologético-nacionalista e o samba-malandro. Vários intérpretes, com destaque para Francisco Alves, divulgavam muitos sambas de temas lírico-amorosos, como o amor e a mulher, numa perspectiva idealizante e fatalista, às vezes com uma expressão pessimista e lamuriosa. Sabe-se que, entre os livros de cabeceira de Cartola, por exemplo, incluíam-se Olavo Bilac, Castro Alves e Gonçalves Dias, o que vem comprovar o porquê do grande apelo à lírica amorosa naquela época. Influenciam-se os compositores por um discurso literário, com um requinte, um rebuscamento de metáforas, lembrando os valores brancos burgueses, com colorações melancólicas e bem frequentemente escapistas que marcam uma visão do mundo, ou melhor, uma memória discursiva, parte constitutiva de todo discurso, segundo a concepção da análise de discurso da linha de Pêcheux.

Pelo envolvimento na carência do Outro, em busca do amor, o sambista põe em relevo toda a paixão, o sofrimento por uma mulher, quase sempre inatingível. É possível talvez distinguir nesse discurso um certo mecanismo de projeção em que a mulher e o amor assumem relevância e poderio, uma capacidade de opressão e determinação dos destinos do indivíduo, comparáveis à dominação exercida pelos poderes econômicos e políticos (MATOS, 1982: 46/7).

Transparece, então, a importância do interdiscurso nas canções da época, revelando-se o papel da exterioridade discursiva no plano da formulação (intradiscurso) das letras de 30-45. Há um dizível que faz parte dos discursos inscritos nas canções, assujeitando-se o sujeito a esses dizeres que expressam o sentimento lírico-amoroso.

A mulher por quem o homem sofre é tida como uma mulher ideal, representada principalmente por aspectos que valorizam elementos espirituais. Haveria um endeusamento, uma veneração, um ideal de pureza feminina. Esse pedestal é construído também por interdiscursos ligados ao patriarcalismo.

De outro lado, a mulher é vista sob aspectos materiais. O mesmo objeto seria, assim, analisado pelo lado sagrado ou pelo profano.

O profano se opõe ao religioso, ou seja, é “contrário ao respeito devido a coisas sagradas, é o não sagrado”, como se define em Ferreira b (1999: 1644). Esse aspecto discursivo pode ser visto em algumas canções, como em “Da cor do pecado”, de Bororó, samba de 1939: “Este corpo moreno / Cheiroso, gostoso que você tem / É um corpo delgado / Da cor do pecado que faz tão bem”. Também em “Carinhoso”, de Pixinguinha e João de Barro, samba-choro de 1937, a mulher é desejada por sua sensualidade: “Vem, vem, vem, vem, vem sentir o calor / Dos lábios meus / à procura dos teus / Vem

matar esta paixão / Que me devora o coração”.

O ideário romântico, ao descrever o eu feminino, é presença marcante em nosso cancionero, influenciado pela chamada corrente individualista e boêmia, com o grupo do “mal do século”, em estados mórbidos de dúvida, negativismo e melancolia. O Romantismo, no Brasil, dirigiu-se para fontes de inspiração nacional e, na busca de novas dimensões, o primeiro passo foi no sentido interior, “na direção da natureza do coração e do espírito, de que resultou o primado do lirismo, como a forma natural e primitiva da poesia, e o estabelecimento de um tipo de realismo baseado na verdade interior e na efusão do coração” (COUTINHO, 1964: 170/1).

Há um grande número de letras, nesse período de 1930-1945, que procura descrever a mulher de forma enaltecida, colocando-a em um lugar inatingível e de santidade. A mulher fica afastada daquilo que a torna humana. Muitas canções revelam tristeza e chegam a manifestar verdadeiros dramas e tragédias. A influência do discurso romântico era evidente.

Muitas vezes esse amor inatingível traduzia um conflito de status social. Em vez de princesas que moravam em altos castelos de pedra com fossos ao redor, na realidade tupiniquim, nossos letristas falavam ou da mulher rica e de hábitos mais sofisticados que nunca iria lhes dar bola ou – principalmente – da mulher da “cidade”, do “asfalto”, que não morava no morro como eles ou, pior, que deixou o morro para viver na “cidade” em busca de uma melhor em sua padrão social, tema recorrente da música brasileira na primeira metade do século passado (FAOUR, 2006: 26).

Um exemplo desse discurso que sacralizava a mulher é “Rosa”, de Pixinguinha (Alfredo Viana) e Olavo de Sousa, 1937:

Tu és
Divina e graciosa
Estátua majestosa
Do amor
Por Deus esculpida.

A canção é considerada, no período que se analisa, um dos maiores exemplos de endeusamento da mulher. O homem, em nome do amor, idealiza um sonho. Essa paixão está presa a elementos religiosos, como se observa no léxico, repleto de termos que envolvem o religioso: “coração *lanceado*, *pregado*, *crucificado*, sobre a rósea *cruz*; oh *alma* perenal!; tu és de *Deus* a

soberana flor; (...) resplendor da *santa* natureza; *perdão* se ousou *confessar*; (...) a incerteza de um amor que me faz *penar*; em conduzir-te ao pé do *altar*; *jurar* aos pés do *onipotente* em *prece* comovente de dor; e receber a *unção* de sua gratidão; (...) depois de *remir* meus desejos em nuvens de beijos; hei de te envolver até meu padecer de todo *fenecer*”. Tais elementos conferem atributos à mulher e a colocam como um ser não terreno, da ordem do espírito.

O homem sofre e manifesta sua incerteza de conquista:

Oh! Meu Deus quanto é triste
 A incerteza de um amor
 Que me faz penar
 E esperar
 Em conduzir-te um dia ao pé do altar
 Jurar
 Aos pés do onipotente
 Em prece comovente
 De dor
 E receber a unção
 De tua gratidão
 Depois de remir meus desejos
 Em nuvens de beijos
 Hei de te envolver
 Até meu padecer
 De todo fenecer.

(Idem, ibidem).

A despeito da representação da mulher como uma deusa ou uma santa (“Tu és / De Deus a criação”), com termos de sentido religioso, há, paralelamente, um discurso que visa a torná-la dependente do homem por meio do casamento (“conduzir-te um dia ao pé do altar”), o que nos faz lembrar os discursos filiados pelo patriarcalismo, que determinam o lugar social da mulher como “rainha do lar”, com as marcas de docilidade, modéstia, humildade, subserviência, submissão.

Dessa forma, outros sentidos mostram um discurso que colocará, agora, a mulher num plano terreno, tornando-a dependente do homem. Por isso, propõe: “E receber a unção/ De tua gratidão / Depois de remir meus desejos / em nuvens de beijos / Hei de te envolver”. O discurso religioso usado em parte da canção é substituído pelo profano, com apelo final à sensualidade.

Vejamos a sequência de outra canção:

A deusa da minha rua
 Tem uns olhos onde a lua
 Costuma se embriagar...
 Nos seus olhos, eu suponho
 Que o sol, num dourado sonho
 Vai claridade buscar!
 (“Deusa da minha rua”, valsa de
 Newton Teixeira e Jorge Faraj,
 1939).

A canção parafraseia sentidos do ideal de pureza de uma mulher inatingível. Ela é representada como uma mulher transcendental, mística. Na sequência final da canção, fica concretizado o sofrimento e a impossibilidade do amor:

Espelhos da minha mágoa,
 Meus olhos são poças d’água
 Sonhando com seu olhar...
 Ela é tão rica e eu tão pobre...
 Eu sou plebeu e ela é nobre
 Não vale a pena sonhar...
 (Idem, *ibidem*).

Os sentidos de sofrimento e inacessibilidade da figura da mulher, expostos na sequência acima, fazem parte da memória vinculada ao Romantismo brasileiro, com o amor situado no plano onírico (“Meus olhos são poças d’água / Sonhando com seu olhar...”). Há um sofrimento, uma coita de amor, uma “dor de cotovelo” (“Ela é tão rica e eu tão pobre / Eu sou plebeu e ela é nobre / Não vale a pena sonhar...”

Na letra de “Mulher”, fox-canção, com música de Custódio Mesquita e versos de Sady Cabral, de 1940 (anexos: 303), a mulher ideal é vista com sentidos do não sagrado:

Não sei
 Que intensa magia
 Teu corpo irradia
 Que me deixa louco assim,
 Mulher

Não sei
 Teus olhos castanhos
 Profundos, estranhos,
 Que mistério ocultarão,

É uma sequência que representa a mulher de modo mais “sensual e corpóreo”, fato não muito comum, na época. Há um sensualismo que sugere tensões bem localizadas, tendo como efeito o mistério, arrebatamento. Segundo Barros (2001: 113),

Custódio fica indeciso entre a moderação do sensual sugerido pelo mistério (“olhos castanhos / profundos, estranhos”) e os prazeres do corpo (“teu corpo irradia / que me deixa louco assim / mulher”, pois a canção sentimental brasileira de seu tempo não era muito ousada.

A mulher ideal é vista por seus atributos físicos, uma mulher “malvada”, que faz sofrer o homem apaixonado. Os sentidos inscritos nesta formação discursiva vão revelar o lugar do homem naquela sociedade de 30-40. Ele se acha numa posição inferior à feminina. Aqui a mulher é sublimada, tanto no aspecto religioso quanto no físico.

Só sei que sem alma
 Roubaste-me a calma
 E a teus pés eu fico a implorar
 O teu amor tem um gosto amargo...
 Eu fico sempre a chorar nesta dor
 Por teu amor...
 Mulher!

Em “Maria”, de Ari Barroso e Luís Peixoto, samba de 1931, temos um nome próprio que se encontra vinculado a uma grande carga de espiritualidade, em virtude da concepção religiosa que envolve o nome “Maria”, um verdadeiro símbolo dos nomes femininos.

Maria!
 O teu nome principia
 Na palma da minha mão
 E cabe bem direitinho
 Dentro do meu coração, Maria!

Para Beltrão Júnior (1997:52),

Ao nomear seu personagem, o autor – o poeta ou o ficcionista – trabalha com o significante e com o significado, ainda que de modo inconsciente. Diz-nos Lévi-Strauss que “os nomes próprios são parte integrantes dos sistemas tratados por nós como códigos: meios de fixar significações transpondo-as em torno de outras significações”.

No interdiscurso religioso-cristão, Maria é a negação da própria mulher, pois se tornou “mãe” sem ter “conhecido” seu marido, sem ter a “mácula” da relação carnal, gerando o filho do Altíssimo, o Messias, pela intercessão do Espírito Santo. Ela foi a escolhida. De sujeito passa a objeto. Sobre Maria incide e se cumpre a vontade divina. Daí residir sua glória na “passividade, na anulação do próprio desejo diante do desejo do Outro” (FERRETI, 1994: 281).

Maria, diferentemente de Eva e de Lilith, não transgride os imperativos de Deus e do homem. Por isso é abençoada. Simboliza o superego, o dever. Reprime, com sua figura celestial, a própria condição humana da mulher.

De olhos claros, cor do dia
 Como os de Nosso Senhor
 Eu, por vê-los tão de perto,
 Fiquei cequinho de amor.

Para Beltrão Jr. (1997: 54), “o tema da figura materna e da interdição aí se completa: o mito de Édipo está associado ao olhar: a autopunição edipiana é a cegueira”.

É preciso salientar que essa forma de endeusamento feminino está relacionada ao discurso patriarcal de inscrever sentidos de que a mulher é a “base da família”. Sabe-se, no entanto, que essa possível superioridade feminina a torna submissa, pois ela se sujeita a tudo, para exercer uma espécie de santificação na terra.

No dia, minha querida,
 Em que juntinhos na vida
 Nós dois nos quisermos bem
 A noite em nosso cantinho
 Hei de chamar-te baixinho
 Não hás de ouvir mais ninguém, Maria!
 Maria!

Pelo endeusamento da mulher, tem-se uma situação de não desejo, de interdição, que entra em tensão com a de desejo manifestada pelo sujeito. Essa disputa de sentidos gera uma contradição. O desejo de domínio por parte do homem marca-se já na sequência, a partir do enunciado “O teu nome principia”. No enunciado “na palma da minha mão” inscrevem-se sentidos de posse, reforçados pelo fragmento “bem direitinho dentro do meu coração”. O enunciado “Não hás de ouvir mais ninguém” supõe que há outras vozes, outros sentidos que concorrem com o que está exposto. Não haveria, além disso, uma tentativa de isolamento da mulher do mundo exterior, trazendo-lhe um silenciamento? O discurso masculino se mostra nitidamente dentro da visão machista da sociedade que procura enclausurar o objeto feminino, dentro da concepção de mulher ideal.

Um número considerável de canções, no período de 1930-1945, repete os sentidos de glorificação ou santificação da mulher, o que pode indicar a tentativa de atração da mulher, um movimento que representa uma resistência do discurso machista à instalação de sentidos de emancipação e de independência da mulher.

Em diversos textos, observa-se o tom místico-religioso, tornando-se praticamente um lugar-comum. Essa posição da mulher é aparentemente de superioridade, pois o homem “sofre” para conquistá-la. Vejamos esse discurso em outras sequências.

E, quando escuto o badalar,
 Vou à esquina para te ver passar
 A deusa dos sonhos meus,
 Que, com graça e singeleza,
 No seu pisar de princesa
 Vai prostrar-se aos pés de Deus.
 (“Deusa do Maracanã, valsa, 1942,
 Jaime Guilherme).

Na sequência seguinte, o discurso de endeusamento é marcado por elementos linguísticos como “santa”, “implorar”, “ajoelhada”, “alma”, “remissão”, “rezar”, “deusa”.

E o que mais me encanta
 É ver essa linda santa
 A outra santa implorar
 Sem saber que, apaixonada,
 A seus pés, ajoelhada,

Minh'alma vive a rezar.
 A deusa que eu tanto quero
 [...]
 E nunca, nunca adivinha
 Meu amor sem remissão.

Aqui também se inscreve o discurso que sacraliza a mulher, com o amor físico representando uma barreira. Para Silvana Mota Ribeiro (2000: 1),

Fornecendo um discurso povoado de imagens justificadoras – mas apresentadas como naturais e de origem divina – o Cristianismo disponibiliza às mulheres modelos de representação que estas têm tendência a aceitar passivamente como naturais e não como histórica e socialmente construídos.

O Cristianismo, com a Igreja Católica em particular, tem veiculado dois modelos do feminino, com as mulheres paradigmáticas Eva e Maria. Por oposição a Eva, há uma ligação de Maria com a virtude, com o divino.

Em “Pastorinhas”, de João de Barro e Noel Rosa, marcha de 1938, o homem se apaixonou por linda pastora, “morena, da cor de Madalena”:

Linda pastora
 Morena da cor de Madalena
 Tu não tens pena de mim
 Que vivo tonto com o seu olhar
 Linda criança,
 Tu não me saís da lembrança
 Meu coração não se cansa
 De sempre e sempre te amar.

A referência a Madalena atualiza novamente a memória do discurso bíblico. Na relação entre a mulher morena e Madalena, inclui-se a representação da mulher ligada a pecado. No entanto, nos evangelhos nada demonstra que tenha sido uma pecadora, ficando esse sentido preso ao imaginário popular (METZGER & COOGAN, 2002: 195). A alusão à cor morena reforça esse sentido de algo libidinoso, já que a esse tipo de mulher se vem atribuindo uma sensualidade à flor da pele.

Uma das mais exaltadas canções da música popular brasileira é “Chão de estrelas”, canção de 1937, de Sílvio Caldas com versos de Orestes Barbosa.

É considerada, pelas imagens que apresenta, uma obra-prima do cancioneiro brasileiro. Segundo Severiano e Mello (1997: 155), Manuel Bandeira, numa crônica, disse: “Se se fizesse aqui um concurso (...) para apurar qual o verso mais bonito de nossa língua, talvez eu votasse naquele de Orestes: “tu pisavas os astros distraída...”

Discursivamente, a canção vai trazer sentidos sobre a perda amorosa.

Minha vida era um palco iluminado
 Eu vivia vestido de doirado
 Cheio de guizos falsos de alegria
 Andei cantando a minha alegria
 Entre as palmas febris dos corações
 Meu barraco no morro do Salgueiro
 Tinha o cantar alegre de um viveiro
 Foste a sonoridade que acabou...
 E hoje, quando do sol, a claridade
 Forra o meu barracão, sinto saudade
 Da mulher pomba-rola que voou...

A queixa pelo abandono do lar (“sinto saudade / Da mulher pomba-rola que voou...”) vem marcada, linguisticamente, por metáforas que preparam o drama por que passa o homem: “Minha vida era um palco iluminado”, “guizos falsos de alegria”, “cantar alegre de um viveiro”, “foste a sonoridade que acabou”. Alguns itens lexicais (“guizos *falsos* de alegria”, “*sonoridade que acabou*”) vão preparando o desfecho discursivo que mostra a separação, o abandono da amada.

Na sequência seguinte, os sentidos se voltam para uma descrição poética do ambiente pobre, mas alegre e tranquilo dos “morros mal vestidos”.

Nossas roupas comuns, dependuradas
 Na corda, qual bandeiras agitadas
 Pareciam um estranho festival!
 Festa dos nossos trapos coloridos
 É sempre feriado nacional
 A porta do barraco era sem trinco
 Mas a lua, furando o nosso zinco,
 Salpicava de estrelas nosso chão...
 Tu pisavas nos astros distraída

Sem saber que a ventura desta vida
É a cabrocha, o luar, o violão...

Há uma preocupação com a valorização da vida simples nos morros, com a exaltação de alguns elementos: “Nossas roupas comuns dependuradas / Na corda, qual bandeiras agitadas / pareciam um estranho festival” (...) “A porta do barraco era sem trinco”. Nesta sequência discursiva, percebe-se o desfecho passional, em que à mulher cabe a culpa pelo abandono do lar. São parafraseados enunciados que determinam a posição do elemento feminino com as características de traição, de ser ligado à mentira, instável, frívola. Essa posição da mulher revela resistência ao discurso que a vê como “rainha do lar”, o lugar do aconchego, da tranquilidade, em que ela passa a ser dominada. Aqui, ela não pretende “saber que a ventura desta vida / É a cabrocha, o luar, o violão”. A mulher, então, despreza esses “benefícios” do lar e vai buscar outros valores, assume outra posição social.

CONCLUSÃO

Nesta formação discursiva, a mulher, idealizada ou endeusada, é motivo de sofrimento do homem. Em muitas canções, dentro de um contexto místico, o homem sacraliza a mulher, colocando-a numa posição inatingível, praticamente interditando o contacto amoroso. É, por exemplo, o que expressa “Maria Betânia”, de Capiba, canção de 1945:

Maria Betânia / Tu és para mim / A Senhora do Engenho / Em sonhos te vejo / Maria Betânia / És tudo o que eu tenho / Quanta tristeza / Sinto no peito / Só em pensar / Que meu sonho está desfeito [...] Maria Betânia / Eu nunca pensei acabar tudo assim / Maria Betânia / Por Deus eu te peço / Tem pena de mim. / Hoje confesso com dissabor / Que não sabia, nem conhecia o amor (anexos: 305).

A presença de Maria Betânia se dá com uma visão onírica (“em sonhos te vejo”). O homem não se sente, apesar de sua paixão, merecedor do amor de uma mulher colocada na posição de uma santa, como uma das Marias na vida de Cristo. Aqui, ocorre novamente a ordem discursiva do religioso, a memória que traz o sentido de ligação com a virtude e o divino. Betânia, pela descrição bíblica, é a terceira Maria que aparece na vida de Jesus, “além de Maria de Nazaré, sua mãe, e Maria de Magdala, a Madalena” (BELTRÃO JR., 1993: 58). Ocorre, assim, um interdição amorosa, em virtude do aspecto

discursivo-religioso.

Nesta formação discursiva, há um grande número de canções com apelo lírico-amoroso, quase sempre numa perspectiva idealizante, com uma coloração lamuriosa, bastante escapista, com a paixão, o sofrimento por uma mulher, e o emprego rebuscado de metáforas. A influência do discurso romântico é evidente, com a idealização da mulher, normalmente comparada a uma deusa ou a uma santa, num flagrante aspecto sagrado. Ocorre também o apelo aos sentidos profanos, não sagrados, sendo a mulher vista por suas características de beleza e de sensualidade. Mas a mulher ideal é representada principalmente por aspectos espirituais, um ideal de pureza feminina. Segundo o imaginário, esse pedestal está na memória do discurso patriarcal, com a lisonja utilizada como forma de convencimento.

Os enunciados que se manifestam nesta formação discursiva são:

- a mulher é a expressão de religiosidade cristã;
- a mulher é motivo de desilusão e sofrimento;
- a mulher é envolvida em sonho;
- a mulher deve ser idealizada, representada por elementos ligados a aspectos espirituais;
- a mulher vai causar um sentimento de frustração por um amor inatingível.

Através de nosso percurso analítico, podemos notar que, ao mesmo tempo em que o discurso religioso se alimenta, na memória que envolve a mulher ligada a Eva, com sentidos como pecado, mentira, traição, fraqueza de caráter, esta mesma instância santifica a mulher, colocando-a num lugar inatingível, dado o endeusamento de que é vítima. Tanto um movimento discursivo quanto o outro retiram da mulher aquilo que a faz humana: o direito ao erro e à contradição, à dúvida, às atividades mundanas naturais, próprias de um ser humano livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Orlando de. *Custódio Mesquita – um compositor romântico no tempo de Vargas* (1930-1945). Rio de Janeiro: Funarte/Eduerj, 2001.
- BELTRÃO JR., Synval. *A musa-mulher na canção brasileira*. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. 2. ed., Rio de Janeiro: 1964.
- FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB – a evolução do amor e do sexo na*

canção brasileira. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2006.

FERRETTI, Regina Micheli. *Viagem em demanda do Santo Graal – o sonho do heroísmo e do amor*. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, tese de doutorado, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, col. *Descobrimos o Brasil*.

MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

METZGER, Bruce M. & COOGAN, Michael D. *Dicionário da Bíblia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ORLANDI, ENI P. "Texto e discurso". In *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2004, pp. 52/62.

VIAJANDO NUM VELHO DITADO MAURO DE SALLES VILLAR (IAH e ABRAFIL)

Uma vez, lá pelos idos de 1986, Manuel da Cunha Pereira me perguntou se teria visto, no verbete **água** da 10.^a edição do Dicionário de Antônio de Moraes Silva, o ditado “água roxa, arna escoxa”.

Nesse período inicial do Dicionário Houaiss (grande), só trabalhávamos com três escassos núcleos de lexicógrafos e um deles era composto pelo Manuel e por mim. Algumas pessoas não hão de se lembrar dele, pois esse amigo jaz esquecido, e é por essa razão que aproveito o ensejo para lhes recordar que foi esse Manuel quem iniciou um vocabulário ortográfico da língua que depois viria a assinar com Aurélio Buarque de Holanda. Era um homem culto, bastante lido, bom copo e de excelente humor, português de nascimento, mas irremediavelmente carioca.

Por ter experiência em lexicografia, Antônio Houaiss o havia convidado para o dicionário em que começávamos a trabalhar, e a ele tinha cabido elaborar, naquele momento, o verbete *água* – do qual, aliás, só se livrou mais de um mês depois de começá-lo: o verbete é enorme.

Não, eu não tinha visto o verbete *água* do Moraes e então fomos abrir juntos a página 495 em que ele jazia impresso. Uma loucura.

O Manuel lia alto o fragmento de texto e ria muito do que soava o adágio: *água roxa, \ar nas coxa*. E repetia aquilo, acentuando com uma prolação meio marota o segmento final .

- Pode, Mauro? E que diabo quer isso dizer? – me perguntava ele.

Realmente, que seria *arna* naquele contexto e que sentido obscuro teria aquela sentença popular, que devia ser moral ou sapiencial – afinal tratava-se de um anexim. Era muito engraçado e muito estranho.

Procurei logo entender de que se tratava, utilizando as fontes básicas que tínhamos ali à mão, mas não deu certo. E como tínhamos muitíssimo trabalho a fazer no dicionário, pus a frase misteriosa de lado e mergulhei nos milhentos verbetes e num sem-número de outras pesquisas que tinham de ser realizadas para redigir os nossos verbetes e assim continuou por anos seguidos. O tal anexim não foi incluído no dicionário, e a decifração prosseguiu em suspenso por muito, muito tempo.

Só passados 20 anos é que fui me lembrar de novo daquele episódio, e então tinha tempo de pesquisar. Continuava querendo desvendar o sentido da obscura frase, que cheguei no passado até a imaginar, de brincadeira, na divisa de algum brasão enigmático, num faustoso salão de um personagem como o

Des Esseintes de Huysmans em *À rebours* – isso no mínimo.

Quando voltei à questão, sabia que não havia traço da palavra *arna* em lugar algum, fosse em Jerônimo Cardoso, Rafael Bluteau, no *Elucidário* de Viterbo, em Domingos Vieira, no Aulete original, em Dalgado... Nem no próprio Moraes em suas dez edições.

Revi esses dicionários e depois resolvi deixá-los de lado e partir para fontes de outra natureza – D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Leite de Vasconcelos, até o visconde de Sabugosa, Herculano, Gonçalves Viana, José Joaquim Nunes, a *Revista Lusitana*, livros de filólogos brasileiros como João Ribeiro, Said Ali, Serafim - enfim, qualquer coisa do gênero sobre que pudesse pôr a mão.

Fui em busca do que poderia haver de morfologicamente parecido, para tentar encontrar um liame semântico capaz de fazer luz sobre o sentido de *arna*. Aquilo tudo era por puro prazer, e nisso, sem cobranças, ia me divertindo, e bem.

Existiam, de cara, para verificar as palavras *arnaz*, dois *arnados* e um *arneiro*.

A primeira delas era um regionalismo transmontano usado tanto nos sentidos adjetivos de ‘vigoroso, corpulento’ e ‘guloso’, como na acepção substantiva de ‘estômago’, em frases como “ter um bom *arnaz*”, querendo dizer ‘ser capaz de comer muito’.

Quanto a *arnado*, significava, como adjetivo, ‘profusamente coberto de areia’, e como substantivo, era o mesmo que *arneiro*.

E *arneiro* o que era? Outros dois vocábulos diferentes que eventualmente confluíram para uma mesma forma no português. Um deles derivava do latim *arenarium*, *ii* ‘areal’ e significava em nossa língua tanto ‘camada de terra pouco espessa e cheia de areia’ quanto ‘terra ruim, estéril’ – mais ou menos o mesmo, portanto. Havia até o ditado “*quem semeia em arneiros lança moios* [um moio tinha 60 alqueires] *e colhe quarteiros* [ou seja, a quarta parte do que semeou]”.

O outro *arneiro* não tinha etimologia estabelecida e era palavra polissêmica. No Alentejo, tratava-se de um crivo com que se limpava de impurezas o trigo colhido e que também era usado para separar pedras da areia. Era ainda o nome de um tabuleiro com fundo de rede de arame que se empregava na secagem de frutas; e era termo empregado para ‘roupa esburacada’! Já pelas bandas das Beiras, a palavra queria dizer ‘galho de videira’.

Nada a ver com o nosso *anexim*, portanto.

Procurei ir além, então. Com morfologia parecida, existia o adjetivo

arnal, que era mais um regionalismo, desta vez minhoto, ligado mais uma vez ao conceito de 'areia' e dos 'terrenos areníferos'. Que teria tal coisa a ver com "água roxa"? A palavra *arnal* contava com outra acepção, que dizia respeito àquilo que nasce na areia ou em terrenos arenosos. Por exemplo, os cajueiros e coqueiros dar-se-iam bem nos solos arnais do Minho, se lá pudessem crescer... A decifração procurada decididamente não podia estar nesse campo.

Mais um substantivo "suspeito", ligado à terra: *arnado*. Queria dizer 'terreno sem vegetação, arenoso e estéril'. *Arnal* e *arnado* eram igualmente cognatos, como as palavras acima, pois o primeiro vinha de um latim *arenālis*, e 'que diz respeito a areia' e o outro, de *arenātus, a, um*, todos formas aferéticas tardias derivadas de *harēna* 'areia', que na terminologia do circo significava ainda 'a arena' e no plural, 'bancos de areia' e 'o deserto' – *harēna*, uma palavra latina de etimologia não fixada. *Arnedo*, *arneiro*, *arnal*, *arnaz*, *arnado* -- visivelmente, a *arna* do ditado *água roxa, arna escoxa* não podia ter nada a ver com essa árida raiz.

Fui ver se existiam e o que era *escochar*, *escocho* e *escocha* com *ch*. Talvez fosse por aí.

No dicionário que eu havia feito com o Manuel e mais 100 pessoas, ao fim e ao cabo, *escochar* era outro regionalismo português. Queria dizer 'separar dos ossos (a carne)'; por exemplo, *escochar uma costela de porco*. Nas Beiras e no Minho, o verbo era usado para 'tirar a cabeça a (sardinhas), preparando-as para frigir ou guisar'. E havia uma terceira acepção: por extensão, queria dizer 'tirar a vida a (alguém)'. Caramba! A etimologia sugeria que essa palavra talvez fosse uma alteração do verbo *escorchar*.

Escocha, outro regionalismo minhoto, era epíteto da mão esquerda em Barcelos, e era o feminino substantivado de *escocho*, um adjetivo de origem obscura que significava 'esquerdo' (*pé escocho*, por exemplo).

Escocha com *ch*, então, nada tinha a ver com *escoxa* com *x*, tal como tínhamos visto no Morais.

Fui procurar, então, o que o Bluteau registrava. No verbete *escoxa* (a luz!), o padre teatino logo avisava: "Termo do Alemtejo. Naõ he usado, senaõ neste Adagio do Vulgo; Agoa fria sarna cria; Agoa roxa sarna Escoxa (quer dizer alimpa)."

Estava resolvido o mistério. Uma gralha na 10ª edição do Morais tornara **arna* a palavra que era *sarna*, criando o impasse e a frase bizarra e obscura (As nove edições anteriores do dicionário, tive o trabalho de verificar, não traziam aquele erro.). Afinal, tanto empenho filológico por uma mera palavra de papel, que é como chamamos aquelas que os dicionários, vocabulários, glossários e outros tipos de livros de autoridade similar registram, mas que

não têm curso real na língua, por se tratarem de erros, más digitações e fatos similares. (Vejam um outro caso curioso dessa categoria de palavras na entrada *facé*, dada como um brasileirismo, na mesma 10ª edição do Moraes, e que é uma típica palavra de papel muito divertida, mas esta fica para outra vez, pois aqui nosso caso é mesmo a misteriosa *arna...*)

Posso explicar, então, o que significa esse velho adágio português, que, como verão, jamais poderia fazer parte do dístico que eu havia fantasiado até num pretenso escudo do palácio do erudito Des Esseintes em Fontenay-aux-Roses.

Antes uma rápida observação. Existe no Brasil a locução *água roxa*, mas que aqui é a ‘água clara e de temperatura amena que as correntes trazem do alto-mar para a costa das regiões sul e sudeste do Brasil’. Nada a ver com a *água-roxa* veterinária, como hoje a grafamos, um líquido fétido e seropurulento que mana de uma infecção com inchaço que ocorre no couro dos bois! O ditado admite, assim, que a água fria produza sarna, a qual se cura com a aplicação (*escoxa*, limpeza) da água-roxa, aquela tal sânie purulenta. Bons tempos aqueles!

O ditado existe datado de 1651 e sua fonte são os *Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs pello lecenciado Antonio Delicado, Prior da Parrochial Igreja de Nossa Senhora da charidade, termo da cidade de Evora, Lisboa*.

Foi muito tempo depois da morte de Manuel da Cunha Pereira que me lembrei de voltar à misteriosa questão. Para ele, *água roxa*, *arna escoxa*, portanto, continuou impenetrável mistério até o fim, só que cheio de graça.

ENTREVISTA

Nosso ilustre acadêmico GILBERTO MENDONÇA TELES ministrou brilhante palestra, em 1.9.2012, na UERJ, sobre a edição de *O mito camoniano* (Edição da Universidade Fernando Pessoa, do Porto), na comemoração dos 68 anos de fundação da ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA.

Como veremos a seguir, o Mestre Gilberto Mendonça Teles também foi entrevistado por Maria Leonor Nunes, do Jornal de Letras, de Lisboa, em 30.7.2012, sobre o lançamento de seu livro.

De início, a entrevistadora apresenta uma pequena biografia de GILBERTO MENDONÇA TELES.

Poeta, ensaísta, crítico, Gilberto Mendonça Teles sempre fez a ponte literária entre Brasil e Portugal. Tem agora uma fixação: o mito popular de Camões. Dela há de surgir um livro. E pronta a sair está a edição das Obras completas de Carlos Drummond de Andrade, que preparou para a Nova Aguilar. Tal como um novo livro: *Álibi*. Sobre estas e outras coisas, fala ao JL.

Mesmo na mais prosaica situação lhe chispava o verso. Trabalhava ele, em idos tempos, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, competindo-lhe analisar os questionários que avaliavam as condições dos WC de pensões e hotéis. E, sempre que não era feita tal menção, achou por bem a seguinte observação: “Banheiros e privadas, onde estais? Será que o pessoal aí não faz mais?” O chefe não terá apreciado a sua rima, mas era irremediável a vontade poética de Gilberto Mendonça Teles. E nunca os seus versos perderam a mordaz acentuação, por vezes política. Nem deixaram de estar entranhados na realidade quotidiana, ainda que sejam travessias da própria História da Literatura.

Nasceu em Goiás, no ano de 1931, e de lá saiu já “maduro”. O pai queria que fosse advogado e ele chegou a matricular-se em Direito. Porém, antes que o ano acabasse, mudou-se para Neoclássicas. Mal acabou o curso, começou a dar aulas na faculdade. Por razões políticas, sairia do Brasil rumo a Portugal, em 1965. Por cá ficou, com uma bolsa do Instituto da Alta Cultura, seguindo depois para o Uruguai, onde viveu seis anos. Voltaria então a terras brasileiras para fixar-se no Rio de Janeiro, onde leciona na PUC, há 26 anos. A sua carreira de docente passaria também por Chicago, Rennes, Nantes,

Salamanca e pela Faculdade de Letras de Lisboa, nos anos 80. Durante esse período, escreveu *Plural de nuvens*, publicado em 1984, na *Gota d'Água*, no Porto.

O primeiro livro de poemas, ainda muito influenciado pelos poetas brasileiros do fim do século XIX, publicou-o Gilberto Mendonça Teles em 1955. Chamava-se *Alvorada*. Seguiram-se, entre outros, *Planície*, *Fábula de fogo*, *Sintaxe invisível*, *A raiz da fala*, *Arte de armar*, *Sociologia goiana*, *Falavra ou & cone de sombras*. Ensaios publicou mais de uma dezena. Por exemplo, *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro* (agora em 20 edições), uma referência curricular nas universidades do Brasil, ou *Camões e a poesia brasileira* (1973, com a 4.^a edição na Imprensa Nacional/Casa da Moeda). E foi justamente por *Camões* que recentemente, estive no Porto, em Guimarães e em Lisboa. Porque o traz preso de entusiasmo uma pesquisa sobre o mito popular do poeta.

ENTREVISTA

Jornal de Letras — Que tipo de pesquisa está a fazer?

GMT — Diz respeito ao mito de *Camões*. Não o cultivado pela universidade, mas o mito popular, os temas, as formas e imagens desprezados pelos estudiosos. Ou seja, como é que o povo brasileiro, português, galego, angolano ou moçambicano vê o poeta. É uma pesquisa que faço há dez anos. Em 1973, publiquei o livro *Camões e a poesia brasileira*, atualmente esgotado...

JL — Nesse livro procurou averiguar as influências camonianas na poesia brasileira?

GMT — Quis provar que todos os poetas brasileiros, do mais erudito ao mais popular, do maior ao menor, todos pagaram o seu tributo a *Camões*, quer se tratasse de homenagem, de imitação ou de paródia. O livro teve três edições, no Brasil, e gostaria que a quarta saísse em Portugal... Resolvi, entretanto, complementá-lo com esta pesquisa. Consegui o material na Biblioteca Nacional e redigi um capítulo que se chamará “O Mito Camoniano”, ou seja, como o povo transforma *Camões* em chaveiro ou em bife...

JL — Um bife?

GMT — Sim. No Brasil, há um bife à *Camões*. É, simplesmente, um bife

com ovo... Aliás, o Brasil criou para Camões a família que ele não teve. Isto é, passou a ter filhos, irmão... Nos textos de cordel, aparece o filho de Camões ou o velho camõesinho... Por outro lado, em Portugal, há uma grande riqueza de paródias em torno do poeta. E, normalmente, os estudiosos de história literária desprezam essas paródias.

JL — É generalizada a “popularidade” de Camões no Brasil?

GMT — Sendo um país imenso, há diferenças na visão de Camões. De qualquer forma, é forte essa influência. A minha pesquisa abre pistas de discussão na Literatura, na Sociologia ou na Antropologia. E também em termos políticos.

JL — Em que medida?

GMT — É curioso que após a independência, o Brasil virou-se contra Portugal, mas não contra Camões. Pelo contrário, Camões passou a ser um supragênio, comparável a Homero, a Virgílio ou a Dante. Os Lusíadas passaram a ser a gramática da escola brasileira. Os meninos aprendiam a ler com os versos de Camões. Tenho o depoimento de grandes escritores, como Graciliano Ramos, que contava que aos sete anos a professora lhe ensinava “As armas e os barões assinalados”. Por outro lado, mostro no meu livro como Machado de Assis e Drummond de Andrade foram os poetas que mais citaram Camões, estatisticamente falando.

JL — Quer dizer que Camões era quase o lugar de aprendizagem da língua?

GMT — Em todo o sentido. E o escritor brasileiro nunca deformou maldosamente os versos de Camões. Só o fez para atacar o Governo... E um poeta brasileiro medíocre publicou um poema chamado “O Brasilês”, bem maior do que Os Lusíadas, dizendo que, por ser maior que Portugal, o Brasil não podia ter um poema épico menor. Tudo isto mostra as franjas do mito, a megalomania, a xenofobia...

JL — Hoje em dia, continua a ser visível a influência camoniana ou Pessoa tornou-se a referência fundamental, no Brasil?

GMT — A influência de Camões desdobrou-se século a século, ao passo que a de Pessoa é recente. Claro que Portugal investiu totalmente em Pessoa, na

última década, de tal forma que passou a imagem que ele era o único poeta português do século XX, o que critico, porque se esqueceram de outros grandes nomes. De resto, o que noto no meio universitário brasileiro, e um pouco fora dele, é que a imagem de Pessoa aparece, mas sobretudo com aqueles versos que toda gente sabe de cor: “O poeta é um fingidor...” Sempre a mesma coisa. É raro que se conheça um poema de O guardador de rebanhos ou de Ricardo Reis. Creio, portanto, que a influência de Pessoa ainda não tem raízes, ao passo que as imagens, os versos que vêm de Os Lusíadas, da lírica ou dos autos de Camões estão impregnados. Até porque o próprio Camões bebeu na corrente popular, enquanto que Pessoa é um poeta mais difícil, sendo mais do domínio dos intelectuais. O mesmo acontece com João Cabral de Melo Neto. Todo o mundo o cita, mas ninguém o lê.

JL — Também encontrou muitas referências camonianas nos outros países de expressão portuguesa?

GMT — Quando lecionei na Faculdade de Letras de Lisboa, tive muitos alunos desses países. Através da conversa com eles fui localizando jornais, onde encontrei, por exemplo, paródias feitas em Angola, antes da independência, em que o texto de Camões, ligeiramente alterado, servia para ridicularizar, com um sentido político. Também encontrei material em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Mas acho que seria interessante visitar esses países, para pesquisar as reações depois da independência. Houve por exemplo, locais onde tentaram destruir o busto de Camões. A primeira paródia sobre o poeta foi feita em Évora, em 1586, pouco tempo após a sua morte. Foram estudantes que fizeram a Borracheira lusitana.

JL — É antigo o seu interesse por Camões...

GMT — Veja bem, eu fazia os meus poemas com 15 anos e assinava Camões Goiano. Era a altura de fazer os primeiros versos para a namorada e começava a ler a grande Literatura. E Camões acompanhou-me sempre. Nunca dei aulas de Literatura Portuguesa, mas de Literatura Comparada, no Brasil e nos EUA, em que através do exemplo camoniano mostrava como um autor pode influenciar toda uma literatura.

JL — Quando estive em Portugal, pela primeira vez, já tinha a intenção de investigar Camões?

GMT — Não. Houve a revolução dos militares, no Brasil, e Agostinho da Silva, um homem que influenciou muito a minha vida, sabia que os militares iam mexer comigo, porque eu dirigia um centro, que estudava História, Sociologia, Reforma Agrária, tudo aquilo que era tido como comunista. Na época, Maria de Lurdes Belchior era adida cultural no Brasil e dava-se muito com Agostinho da Silva. Então ela convidou-me para vir passar uns tempos em Portugal. Depois, a minha mulher veio atrás e o meu primeiro filho acabou por nascer aqui. Foi então que travei contato com Lindley Cintra, Jacinto Prado Coelho, Vitorino Nemésio, Vítor Aguiar e Silva, Antonio Quadros.

JL — Também na sua poesia há referências a Camões. No livro *Saciologia goiana*, fala por exemplo em Camonge...

GMT — É que a partir da pesquisa e da crítica tiro material para a minha poesia. Em *Saciologia goiana*, faço uma sociologia do Saci, que é um ser fálico, de uma perna só, que os escravos criaram no Brasil. Na minha interpretação é mito fálico. E, em 1964, eu vesti a máscara de um saci para me vingar dos militares. Porque eu fui caçado. Durante dez anos, perdi os meus direitos políticos e não pude lecionar nas universidades federais. Mas nesse meio tempo, entre 1969 e 1979, não fiquei sem lecionar. Fui contratado pela Universidade Católica dos Jesuítas, onde sou professor há 26 anos. Portanto, veja bem, eu vesti a fantasia de saci e descobri que no Nordeste sempre tinham uma anedota para contar do Camões. Chamavam Camonge a essas anedotas de salão, juntando os conteúdos dos mitos dos dois escritores, Camões e Bocage. A partir daí, eu criei o Camonge de Goiás para fazer uns versos bem populares. Esse é o meu lado pícaro, humorístico. Em *Plural de nuvens*, eu também brinco...

JL — **Esse livro foi totalmente escrito em Portugal?**

GMT — Sim. Nele eu brinco com as coisas portuguesas, de Camões a Pessoa, das cidades de que gosto à comida, insinuando-se um tom erótico. É um livro de amor para Portugal.

JL — **Quer dizer que o seu trabalho de pesquisa e de crítica é indissociável da sua escrita poética?**

GMT — O crítico é sempre um excelente auxiliar do poeta. Ele dá-lhe consciência... Ainda há pouco, estive a ler uma entrevista de Mallarmé, dada em 1896, em que dizia que o verso novo estava chegando, mas o verso

velho iria servir para os poetas quando quisessem cantar a sua maior emoção. Portanto, a minha liberdade de criação está entre a tradição e o mais novo. Por isso, não tenho preconceitos, nem medo de trabalhar com a forma já usada por Camões. Mas é claro que tento renová-la.

JL — Por outro lado, interessa-lhe a poesia experimental?

GMT — Sim. Outro pólo da minha poesia é a experimentação aberta. De uma hora para a outra, faço um poema com um cardápio...

JL — Aí, está próximo da poesia concreta?

GMT — Não sei bem. Prefiro falar de invenção da poesia.

JL — Há também uma ligação intrínseca ao quotidiano, à fala nos seus versos?

GMT — Cada dia estou mais nisso. É uma luta minha: como retificar o quotidiano.

JL — Verifica-se, ainda, um permanente exercício sobre o próprio fazer poético.

GMT — Esse é outro vício. E a poesia é um corpo inesgotável. Há, de fato, uma espécie de metalinguagem contínua, desde o primeiro livro. Em *A raiz da fala*, essa preocupação assume quase tudo. Depois, fui maneirando. Mas continuo a falar do poema, ou antes, do processo de criação. Tal como aparecem, muitas vezes, referências políticas...

JL — Não foi influenciado por nenhum movimento...

GMT — Não. Mas poetas como Drummond de Andrade ou Manuel Bandeira foram muito importantes para mim. Aliás, fiz a minha tese de doutoramento sobre Drummond e juntos fizemos um livro chamado *Seleta em prosa e verso*.

JL — E como foi a sua convivência com Drummond?

GMT — Muito respeito da minha parte, até ao momento em que ele começou

a contar piadas pelo telefone. Foi uma das coisa bonitas da minha vida, mas nunca lhe telefonei fora de horas.

JL — Está a preparar uma edição das Obras completas de Drummond?

GMT — Já preparei. É uma edição de três volumes, com uma introdução da minha autoria, que sairá na Nova Aguilar. Só ainda não saiu por uma questão de direitos autorais entre os netos e a editora.

JL — O que o fascinou tanto na obra de Drummond?

GMT — A tese de doutoramento nasceu em Lisboa, em 1965. Na Avenida Braamcamp, havia uma pensão chamada Esplendida. Fiquei lá hospedado e passava as manhãs lendo. Tinha saído a primeira edição da obra de Drummond em papel bíblia e ao lê-la fui me dando conta que havia um processo de repetição.

Isso me chamou a atenção e escrevi um artigo que foi publicado em Espanha. Percebi então que essa era a minha tese. A poesia de Drummond toca-me realmente muito. É um dos grandes poetas da Língua Portuguesa, e talvez não seja muito conhecido no Ocidente por causa da própria língua. É que uma tradução nunca dá o sentido da língua. Mas a beleza de Drummond é que ele foi crescendo e incorporou sempre uma ética da Língua Portuguesa. Ou seja, deu-lhe dignidade no Brasil e no mundo.

RESENHA
PALAVRAS DENOTATIVAS E TERMOS AFINS:
uma visão argumentativa

EDILA VIANNA DA SILVA (UFF/ABF)

CAVALIERE, Ricardo S.
Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa.
Niterói: Editora da Universidade
Federal Fluminense, 2009.

O livro *Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa*, do professor Doutor Ricardo Cavaliere, oferece aos pesquisadores e aos professores de português um inventário de respostas a problemas de cunho teórico relativos à classificação de palavras que, a bem da verdade, não cabem em classificação alguma do modelo vigente.

Correspondendo a uma necessidade dos professores, que, via de regra, evitam tocar numa “legião de termos avulsos, assistemáticos”, e tentando atenuar a imprecisão dos livros didáticos, que jogam as palavrinhas de classificação duvidosa “na gaveta dos termos inclassificáveis”, o livro propicia análise teoricamente fundamentada de algumas dessas palavras, consideradas *termos marginais* e denominadas de *palavras denotativas*, por alguns gramáticos.

Utilizando conceitos essenciais da Língua Textual, dos estudos pragmáticos e da teoria da conversação, ao lado de noções da tradição gramatical, aliados a noções da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, o autor sistematiza o emprego e a classificação dos vocábulos denotativos de uso mais produtivo em nossa língua.

O livro é dividido em quatro capítulos, o primeiro dos quais, com o título *Taxionomia Lexical* introduz o assunto com lúcidas reflexões sobre os critérios de classificação de palavras. As primeiras observações trazem um comentário sobre o modelo tradicional, proposto pela gramática latina e aplicado ao estudo das línguas vernáculas ocidentais. Segue-se a crítica ao modelo de classificação de palavras da NGB, que manifesta uma confluência dos critérios semântico e semântico-funcional, fugindo da boa técnica linguística.

A seguir, são comentados o modelo distribucional de Lyons (1982),

o estruturalista de Mattoso Câmara (1970), o funcionalismo de Cândido Jucá Filho (1936) e o modelo semântico de Eugênio Coseriu (1972), introduzidos pelo subtítulo *Novas propostas, velhos problemas*, que anuncia de antemão a opinião do autor de que todos apresentam lacunas relevantes.

Na seção seguinte, *Novos caminhos: os operadores argumentativos*, inicia-se a fundamentação da proposta de classificação dos *termos marginais*, que tem apoio no papel que desempenham na argumentação. O autor chama a atenção para o fato de que “há tipos de palavras cujo campo de atuação não se restringe à língua, mas ao amplo ambiente em que o discurso se estrutura e realiza”. Para comprovar a tese que se esboça no capítulo, qual seja a de que algumas das ditas palavras denotativas são, verdadeiramente, operadores argumentativos, discorre sobre conceitos fundamentais da semântica da enunciação, como os de *pressuposição* e *implicatura*, cujo entendimento considera indispensável para que se possa compreender com clareza a exata função dos operadores e, conseqüentemente, avaliar-se o papel desempenhado pelas referidas palavras.

Nessa perspectiva, analisa o emprego de *mesmo*, *até* e *nem*, que figuram nas gramáticas como denotativos de inclusão e que o autor demonstra serem itens lexicais que atuam decisivamente no **sentido** da enunciação. Esclarecendo que tais palavras só operam com argumentos altos na escala argumentativa, comprova que seu emprego é fundamental para “que as teses de argumentação cativem a adesão do ouvinte nesse jogo de estratégias que constitui o ato da enunciação.” (p.38)

A questão é aprofundada no capítulo sobre *Operadores argumentativos na conversação*, em que salienta a importância dos estudos sobre a língua oral, na vertente da análise da conversação, para a interpretação dos operadores argumentativos e sua função no discurso. Prossegue o autor com o argumento de que a chamada conversação espontânea configura-se mais rica no que se refere ao uso das palavras de categorização especial, especialmente porque “as frases são construídas em função de uma série ininterrupta de novas situações que precisam ser interligadas por itens lexicais apropriados, que atribuam valor semântico certo à argumentação utilizada”.

Estabelece, assim, após observações sobre as implicaturas conversacionais, que algumas das chamadas *palavras denotativas de situação*, como por exemplo, *então*, *mas*, *afinal*, *bem*, poderiam ser enquadradas como operadores, uma vez que têm a função especial de acusar a percepção de uma implicatura.

Para chegar à discussão sobre a *Palavra marginalizada*, título do capítulo seguinte, em que aborda a questão principal da obra, o autor discute

o próprio conceito de palavra e conclui que a palavra, além de ser definida por aspectos eminentemente linguísticos, como o de exercer função sintática na frase, deve também ser definida por um critério que leve em consideração o ambiente extralinguístico da fala.

Introduz o capítulo citando a variada terminologia empregada para categorizar a série de palavras cuja tipologia não é prevista no modelo taxionômico da tradição gramatical: palavra expletiva, partícula de realce, termo acidental, palavra de reforço e a denominação mais genérica de *palavra denotativa*, bem como a expressão “palavras de classificação à parte” usada pela NGB para referir-se às palavras que não se enquadram nos paradigmas das classes gramaticais.

Citando algumas dessas palavras, tais como, *também, inclusive, eis, exceto, aliás, então*, o autor afirma que o excesso de denominações para esses termos “é fruto do confronto entre a palavra e o gramático”, que, por não dispor de aparato técnico adequado para a descrição do termo, classificava-o com um nome sugestivo e pensava ter resolvido a questão.

Crítica o autor a solução de listarem-se as palavras sob denominações nem sempre apropriadas, especialmente, porque muitas dessas palavras incluíam-se entre os advérbios e as preposições na tradição gramatical brasileira quando utilizados com os mesmos valores de inclusão, designação etc.

Ressalta igualmente a importância de trabalhos da geração de gramáticos anteriores à NGB, que se detiveram no estudo de certas palavras e expressões de uso especial e que, segundo o autor, são contribuições particularmente úteis, por sua postura mais crítica do que prescritiva no trato da questão abordada. Analisa, então, detalhadamente, usos especiais dos termos *que, é que, não, lá* e construções com *de*, entre outros.

No quinto e último capítulo, são destacadas as notáveis contribuições dos filólogos Said Ali e José Oiticica, que, segundo Cavaliere, não só dedicaram trabalhos de maior abrangência à discussão das palavras denotativas, mas também propuseram análises em nível mais profundo, realizando o que autor classificou de “uma verdadeira garimpagem de valores semânticos e construções sintáticas excepcionais.”

O primeiro comentário é dedicado a *Meios de expressão e alterações semânticas*, considerado por Cavaliere, “o texto filológico mais expressivo sobre o tratamento das palavras marginalizadas”. Na obra, Said Ali dedica-se à análise específica das palavras *mas, então, agora, sempre, felizmente, afinal, pois, olhe, que, é que* e avalia o efeito semântico que o emprego das palavras de situação atribui ao ato da enunciação.

Salienta Cavaliere, nessas reflexões de Said Ali, o estudo da palavra *mas*, que julga “estudo precursor da semântica do discurso em nossa historiografia gramatical, sobretudo em face da utilização constante do componente situacional do enunciado como fator fundamental da descrição semântica”.

Ainda neste capítulo o autor enfatiza a proposta de classificação de palavras de José de Oiticica em seu *Manual de análise* (1953), por sua ampla proposta de reformulação taxionômica, com a distribuição das palavras da língua em três grupos: *denotativas*, *ideativas* e *emotivas*. Para Cavaliere, essa classificação cobria satisfatoriamente o cenário lexicográfico do português e singularizava-se por ter subjacente a noção de que “nem tudo na língua é puramente linguístico”, o que rompia com a tradição gramatical.

No final do capítulo, o autor transcreve a lista dos denotativos de Oiticica à qual faz algumas ressalvas e, por último, apresenta, em uma visão global, a análise de alguns denotativos. Por meio de comentários lúcidos e fartamente exemplificados, o autor comprova que termos tais como *sim*, *certo*, *naturalmente*, *ora*, são operadores discursivos, por implicarem a participação, sobretudo, do ouvinte na distribuição dos turnos conversacionais. Atenção especial é conferida aos operadores *somente*, *exceto*, *mas* e *também*, sobre os quais é exposta uma análise minuciosa que corrobora a tese esposada pelo autor.

Conforme se conclui, Cavaliere dedica-se à tarefa de oferecer aos leitores subsídios para a compreensão do papel das palavras “denotativas”, com propriedade de método e suporte teórico adequado, capazes de elucidar a intrincada questão de sua classificação. O texto, embora de interesse direto de professores e outros estudiosos, é compreensível aos leigos. O uso de termos técnicos, necessários à explanação de suas posições teóricas, não impede, em virtude da clareza e objetividade do texto, escrito em linguagem acessível, que os leitores menos familiarizados com as particularidades da ciência linguística desfrutem de suas lições cientificamente rigorosas e oportunas.

R E S E N H A

**O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO – todas as
soluções!**

**HORÁCIO ROLIM DE FREITAS (UERJ, LICEU
LITERÁRIO E ABRAFIL)**

RIBEIRO, Manoel P. O novo acordo ortográfico – todas as soluções!
Rio de Janeiro: Metáfora Editora,
2. ed., 2012.

O Autor começa por explicar o que é um sistema ortográfico. Apresenta as dificuldades para as pessoas não iniciadas no assunto, como no emprego do ditongo nasal /**ãu**/ e o exemplo das diversas consoantes, principalmente quando o grafema representa vários fonemas como o **x**. Manoel Pinto Ribeiro enriquece esta edição comparando o PVOLP de 1943 com o de 1998 e as edições de 2004 e de 2009. Faz um histórico da Ortografia, explicando as diversas fases por que passou.

Fixa as datas dos decretos que aprovaram A Nova Ortografia da Língua Portuguesa. Em seguida, expõe os assuntos das bases constitutivas do Acordo. Destaca a homofonia e as variantes de certos grafemas, como, por exemplo, as formas *xiita* e *chiita*.

Merece destaque o tratamento dos estrangeirismos, exemplificando-os com trechos jornalísticos, muitos dos quais introdutórios de anglicismos e galicismos.

Apresenta apreciável relação de palavras e expressões do inglês, dando-lhes a significação, de muita utilidade para o leitor, além de palavras do francês e do alemão, de uso constante na mídia. Louve-se, ainda, a extensa relação de latinismos, de uso, inclusive, internacional.

Abre um espaço para as divergências da escrita no VOLP e no Houaiss, como: *deficit/déficit; superavit/superávit; quorum/quórum*.

Relaciona extenso número de palavras escritas com os grafemas: **s, z, c, ç, x**, enriquecido com um bom número de exercícios.

No emprego do hífen, o Autor compara-o com o de 1943, onde o hífen era usado tanto em espécies botânicas como *não-me-toques* (planta) ou em *não-me-toques* (melindres). No Novo Acordo, o hífen só é utilizado nas espécies botânicas e zoológicas, trazendo certa dificuldade para o usuário,

como, por exemplo, bico-de-papagaio (planta) e bico de papagaio (nariz adunco). A diferença só será observada no texto, por interpretação semântica.

Destaca também o uso dos prefixos bem e mal, separados diante de vogal e **h**. Contudo, enquanto mal não se separa antes de consoante, o contrário ocorre com bem: malditoso e bem-ditoso; malfalante e bem-falante.

Lembra, muito a propósito, que o Acordo não tratou do uso dos prefixos **ab**, **ad**, **ob**, **sob** e **sub** diante de elemento iniciado por **r**: ab-rogar, adrenal, ob-reptício, sob-roda, sub-reino, registrados, contudo, no VOLP. Após tratar deste assunto, o Prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro apresenta exercícios para o emprego do hífen.

Depois de abordar todas as Bases do Acordo Ortográfico, o Autor descreve uma Pequena História da Ortografia Portuguesa onde explica a origem do **v** e do **j**, bem como do dígrafo **lh**. Justifica a grafia com o **z** intervocálico, palavras começadas por **ch** (chama), por **j** (jeito) e, finalmente, explica a origem do **h** inicial (hoje). Termina a obra com uma série de exercícios, indicando as páginas dos assuntos tratados.

O Prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro, depois de dar-nos a 1.^a edição intitulada O Novo Acordo Ortográfico (soluções, dúvidas e dificuldades para o ensino) de utilidade imprescindível, publicada em 2008, agora nos brinda com esta 2.^a edição, obra com explicações seguras e, quando necessário, com apreciação crítica, trazendo ao leitor maiores subsídios com a segurança e a autoridade de um especialista, cômico do trabalho que executou para gáudio de todos os que precisam tomar conhecimento do assunto. Estão de parabéns o Autor e, principalmente, todos os leitores: professores, alunos, jornalistas e escritores em geral.

Labor omnia vincit improbus.

MEMÓRIA

DR. FAUSTO CARLOS BARRETO*

ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (ABRAFIL E COLÉGIO PEDRO II)

Pesquisa realizada pelo professor Antônio Nunes Malveira, no jornal Galeria cearense, de Fortaleza (1896).

Cem léguas de nossa famosa capital, na pequena fazenda da Cajazeira, próximo da vila do Tauá, no famoso sertão do Inhamum, viu Fausto Carlos Barreto a luz do dia aos 19 de dezembro de 1852.

Filho legítimo de Antônio Carlos Barreto e de D. Maria José de Oliveira Barreto, teve por avós, pelo lado paterno, Manoel Ferreira Barreto, honrado serventuário que foi do cartório do Tauá ou S. João do Príncipe, e D. Joana Felícia do Sacramento Barreto e, pelo materno, José da Costa Leitão e D. Francisca Diniz Maciel Leitão.

D. Maria José, sua mãe, era dotada de qualidades exemplares, e se não ressoarem elas ao longe, no exterior do gineceu, é que a isso se opunha “rubor da modéstia, que é o sangue da virtude”.

Igualmente possuidor de notáveis predicados, entre os quais excelem culto ao trabalho e máscula energia de caráter, é Carlos Barreto, seu pai.

Foram os progenitores de Fausto Barreto em extremo solícitos no infundir aos filhos aqueles princípios salutareos que o amor de mãe conhece ou adivinha. Obediência aos superiores, respeito à verdade, sinceridade em palavras e obras, resignação no sofrimento, paixão da grandeza moral, estima do bem público, temor de Deus, sentimentos foram estes, que desde a puerícia dos filhos lhes inspirava o casal sertanejo, que, conquanto privado de cultivo científico, enxergava longe nas brumas do futuro, tal é o alcance do amor, que (no dizer de Castilho), em sendo verdadeiro, é também gênio.

Bem menino ainda, em 1865, aos 12 anos de idade, tendo apenas rudimentos de ler, escrever e contar, ensinados em escola pública do alto sertão, organizada, como todas daquela época, segundo os preceitos terroristas de ferrenha pedagogia colonial, deixou os aconchegos do lar, para vir a esta cidade estudar no Ateneu Cearense, onde de modo elogioso completou o curso de instrução primária.

Em 1866, matriculou-se no seminário desta capital, onde se distinguiu como estudante de Português, Francês e Latim, permanecendo ali até o fim de 1867, quando francamente declarou não sentir-se com a necessária vocação para a dedicada e espinhosa carreira sacerdotal. Aos pais, que muito desejavam ter um filho padre, tal declaração causou grande contrariedade, principalmente,

porque, naquela ocasião, sopro de fortuna adversa aumentava as dificuldades financeiras da casa paterna, o que impossibilitava ir o rapaz estudar fora da província.

Ao bispo do Ceará agradou a franqueza do jovem sertanejo; D. Luiz, a quem sempre gratamente venerou, lhe consagrava muita estima, e, mais tarde, diversas vezes lhe escreveu, recomendando conterrâneos nossos que ao Rio de Janeiro iam fazer os seus estudos.

Embaraços invencíveis contrastaram nobres ambições no correr de 1868, e na primeira metade de 1869, projetava-se a ida de Fausto para a Corte, e o monstro da adversidade casqueava dos planos. No futuro meditava incessantemente o pai, que, não havendo prosperado na vida comercial, nem podendo auferir da limitada lavoura de que vivia, os necessários meios para a realização do projeto que a alguns já se afigurava ridículo, na vista da escassez material de quem concebia, não fraquejava apesar disso, antes, se lhe desenhava fixa no pensamento a ideia de mandar o filho para a capital do Império. Não quero, dizia ele, que meu filho fique como eu, sem instrução.

Parece que pela cabeça paterna circulavam os conceitos encerrados no seguinte trecho de um grande arquiteto literário: “querer é, quase sempre, poder: o que é excessivamente raro é o querer; e o erro vulgar consiste em confundir o desejar com o querer. O desejo mede os obstáculos, a vontade vence-os.”

Fez Carlos Barreto esforços extraordinários, praticando milagres com seus minguados haveres; prestaram-lhe valiosos auxílios amigos generosos, entre os quais os avós do rapaz e o virtuoso padre Alexandre Ferreira Barreto, atual vigário da Freguesia do Tauá. Organizou-se uma subscrição, comprometendo-se cada signatário a dar anualmente certa quantia, destinada às despesas de colégio no Rio de Janeiro. Já os planos, que à maledicência pareciam sonhos ou extravagâncias de visionário, iam executar-se.

Em junho ausentou-se Fausto Barreto do seu sertão natal; demorou-se alguns dias nesta cidade, onde ouviu palavras de animação do venerando D. Luiz Antônio dos Santos, que em carta paternal o recomendou ao monsenhor Fonseca Lima, diretor do Colégio S. Salvador, na Rua de São Cristóvão, Corte.

Em julho entrou no citado colégio, recomeçando seus estudos interrompidos, há quase dois anos. Encontrou no estabelecimento um inteligentíssimo cearense – Lourenço Pessoa, que fora seu colega de escola primária.

Na capital do Império não conhecia mais ninguém; era um verdadeiro estranho na própria pátria. Raramente saía do colégio a passeio pela cidade,

se é que nome de passeio convém a um como solitário caminhar no meio de multidão desconhecida e indiferente. Vivia numa espécie de insulação social, e o mundo de relações cifrava-se-lhe no microcosmo colegial, onde, por seu talento, critério e conduta irrepreensível, conquistou dentro de pouco tempo a estima e a confiança de seus superiores.

Da soma subscrita e do que consigo levava, ia pontualmente pagando ao estabelecimento as suas prestações trimensais, dando assim o exemplo de exercer simultaneamente a função de aluno e a de correspondente de si próprio. Era tal o conceito de que gozava perante as autoridades do colégio que o designavam para tomar conta de classes elementares, presidir aos estudos, inspecionar turmas de alunos nos recreios, dormitórios, etc.

Mal decorrera um ano, resolveu o diretor, atento aos serviços e às aptidões do jovem cearense, dispensá-lo dos ônus de contribuinte, ficando combinado que nada mais pagaria ao inspetor de alunos e coadjuvante do ensino, tendo, à custa do estabelecimento, casa, comida, roupa lavada e engomada.

Com que alegria triunfante, com que natural e justa ufania não comunicou Fausto a seu pai que mais não era precisa a subscrição! Apenas lhe pediu que enviasse pequenino recurso pecuniário; porquanto, se nada pagava como estudante, ainda não recebia dinheiro algum, como auxiliar das aulas e da disciplina.

Em princípio de 1872 começou o laborioso cearense a perceber, além das vantagens mencionadas, a quantia de trinta mil réis mensais, o primeiro ordenado que em sua vida recebeu, e que, sem dúvida, moralmente lhe valera como valia, mandando convidar seu irmão Alexandre Carlos Barretto a vir ocupar no mesmo colégio onde se achava, no lugar do aluno gratuito que do respectivo diretor lhe havia obtido. Chegando ao sertão a alvissareira nova, que a todos de casa inundou de esperançosa alegria, demora não houve no preparar-se para a viagem, no chegar ao Rio de Janeiro Alexandre Barretto, que em agosto do referido ano se matriculava, encetando os estudos sob a direção de seu irmão mais velho, de quem se tornou consócio nas provações da ausência e nas lutas da vida, revelando sempre robusta inteligência, firmeza de princípios e decisiva tenacidade de ânimo.

Marchavam as coisas neste rumo, esperançados trabalhavam os dois rapazes, quando para as bandas do porvir começaram a aparecer torresões de nuvens cerradas e negras. Ia o colégio passar a moldes de menor desenvolvimento; ia ser transferido a novo diretor.

Fausto previu o que se havia de brevemente desenrolar e ao irmão, que planejava seguir o curso médico ou jurídico, ponderou que, como nem sempre

o homem é o que deseja, mas o que efetivamente se realizou em 1873.

Ali Alexandre Barretto fez seus estudos com tanto brilhantismo e sobranceira de caráter que não desmerecia de se ombrear com o irmão cujos dotes intelectuais e morais já auspiciavam a invejável posição que tanto honra a sua pátria.

Assim protegido por seu robusto talento e conduta irrepreensível, depois de concluído o curso de artilharia, o Major Carlos Barretto foi nomeado professor da Escola Militar do Ceará de onde foi transferido para o Colégio Militar em cuja docência é hoje considerado um dos mais ilustrados professores.

A tempestade que estava eminente desabou. Em 1874 deixou Fausto de ser estudante e empregado no colégio a cujo trabalho exclusivamente, por necessidade e gratidão, se entregara, sendo-lhe de todo estranho o mundo exterior, o meio social da babilônica cidade. Ei-lo, da noite para o dia, sem recursos e sem um braço forte que o protegesse.

Transcorreu-lhe morosamente terrível o ano de 1874, o qual lhe foi de verdadeira seca no centro do trapiche na capital. Nesse período nefasto, dias houve em que se não alimentava convenientemente, e meses em que tomava apenas, a 1 hora da tarde pouco mais ou pouco menos, uma só refeição que juntamente lhe servia de almoço e jantar. E quantos dias amargos não passou, também no mesmo tempo, Alexandre Barretto, que se residia na escola, apenas percebia por mês o soldo de 3600 réis.

Algumas vezes lembraram-se de pedir aos amigos o restabelecimento da subscrição, mas não lhes pareceu aceitável a ideia, pois alguns dos signatários de 1869 já não existiam, e, principalmente porque os meios de que pudesse a família dispor, deviam ser aplicados às despesas do seu irmão, Carlos, que desejava matricular-se no seminário desta diocese.

Não capitularam com os reveses, tal é a fé que tinham em si próprios, e só muito mais tarde, em tempos de bonança, contaram a seus pais as vicissitudes que, pacientes, calados, passaram no Rio de Janeiro.

Delas sabem amigos e colegas, tais como: Dr. Urbano Castello-Branco, vice-diretor do Externato do Ginásio Nacional, capitão João Martins Alves Ferreira, presentemente nosso deputado; major Hemetério dos Santos; Dr. Paranhos de Macedo, ex-diretor do Internato do mencionado Ginásio; Joaquim Jaquaribe; monsenhor Dias da Rocha, Drs. Domingos Jaguaribe, João Caldas, Eustáquio Stokler, tenente Antônio Lucas de Carvalho (no Colégio Militar) e muitos outros. Que sobre aquela época, se ouça uma das glórias da engenharia brasileira – o Dr. Theodoro Sampaio, digno exemplo de figurar entre os lidadores perseverantes de Samuel Smiles; que fale o insigne

engenheiro, cujo passado nas suas fases mais dolorosas não se pode separar do passado de Fausto Barretto, pois foram companheiros de casa, de lutas, de tristezas e de alegrias.

Para prover as necessidades crescentes que o envolviam, começou Fausto a ensinar preparatórios, a maior parte dos quais estudou com esmero e decidido gosto.

Não fazia questão de preço, lecionava até gratuitamente, visando ao veículo da notoriedade.

Bem notável foi então o cunho artístico, para dizer essencialmente individual, impresso na pedagogia fluminense pelo jovem professor nortista.

Vencidos os maiores obstáculos, matricula-se Fausto na Escola de Medicina, segue Alexandre mais tranquilo o seu curso, e Carlos Antônio Barretto entra no seminário desta cidade, chegando, no meio de grandes privações, a conquistar por suas virtudes e por seu brilhante talento a elevadíssima dignidade do sacerdócio, tornando-se, destarte, propugnáculo utilíssimo à sociedade e construindo com os dois irmãos um triunvirato unido no sagrado reino da família.

Em 1875 a instrução no Rio passava por uma transformação radical. Os colégios religiosos cediam o campo aos educadores francamente seculares. Uma puericultura mais consentânea com as exigências sociais se impunha à estima e consideração dos pais de família.

O príncipe dos apóstolos da propaganda do ensino público, vazado nos moldes científicos modernos – o Barão de Macaúbas, entusiasticamente, patrioticamente, despertava as admiráveis aptidões pedagógicas dos diretores dos afamados Colégios Abílio e Menezes Vieira.

O nome do professor cearense chegou aos vastos salões desses laboratórios por convite dos que os dirigiam. Milhares de estudantes tornaram-no em breve laureado nos exames gerais de preparatórios, na Instrução Pública, e o Instituto Farmacêutico o nomeava membro do seu corpo docente.

Mui rotineiro era por essa época feito o estudo do vernáculo. Duas eram as correntes então dominantes; uma – a dos que, sem nítida compreensão, preconizavam a escola do velho Sotero, e a outra – a dos que se enfileiravam sob o comando do retardatário Coruja. Para esses dois grupos ainda não havia amanhecido o salutaríssimo método histórico comparativo aplicado ao ensino das línguas.

Fausto Barretto tem sido um dos maiores adversários da gramática tradicional, e por seu valor intelectual e moral tornou-se o centro propulsor da sã orientação dos nossos estudos glotológicos na capital da União.

Em 1877, encontrou o operoso professor, no meio das agruras em que

labutava, um oásis, o mais ameno que lhe há surgido nos pedregais da vida. Casou-se com a Ex.^{ma} Sr.^a D. Anna Castello Branco Barretto, filha legítima do desembargador Cândido Gil Castello Branco, distinto piauiense, tão respeitado por sua notável inteligência, culto sumo à justiça e pelo conjunto de sentimento que lhe dava à constituição moral, a retidão de D. João de Castro e a inabalável austeridade de Herculano. A esposa, modelo de bondade, dá ao digno filho do Ceará o doce nome de um anjo terrestre. Concentrando ela em si as solitudes do lar, alivia o esposo das preocupações domésticas, ministrando-lhe assim fontes de sossego de espírito, tempo para os trabalhos particulares e para os encargos públicos e oficiais.

Em 1879, Fausto Barretto, a quem já eram familiares as doutrinas de Mas Müller, Frederico Diez, Michel Breal, Littré, Gaston Paris, etc., anotava pacientemente a *Teoria da conjugação latina e portuguesa*, de Adolfo Coelho, quando pelo governo foram postas em concurso todas as cadeiras vagas do magistério secundário e superior, providas interinamente pela política, que assim fazia dos cargos de educação pública um engodo para manejos eleitorais.

Acéfalas estavam em sua maioria as cadeiras do Imperial Colégio de Pedro II, que, parece não devia estar compreendido nas malhas de campanário, por causa da influência sobre ele exercida pelo seu sábio patrono.

Entre essas cadeiras estava a de substituto de Português e Literatura Geral, e Fausto concorreu com uma plêiade de distintos professores, como ele, próceres reconhecidos e festejados. As teses foram um modelo de síntese, compreendendo toda a órbita da filologia clássica e portuguesa; a dissertação versou sobre *Arcaísmos e neologismos*.

Classificado em primeiro lugar por unanimidade de votos, foi nomeado pelo governo. Foi um verdadeiro triunfo.

Continuava o seu curso na faculdade de medicina até a conclusão do 4.º ano, quando, em 1882, moléstia insidiosa e grave, não contente de martirizá-lo, o força a uma viagem extemporânea aos nossos verdes mares bravios, que, não lhe sendo benignos à saúde, lhe acenaram caminho para a Europa, onde se demorou o resto do ano, correndo os centros esclarecidos de Portugal, Espanha, França e Itália.

Em princípio de 1883, achava-se no Rio, e, por conselho médico, abandonou os estudos da faculdade, para concentrar as suas forças no exclusivo domínio do magistério público.

Novo concurso, nesse mesmo ano: as teses se tornaram recomendáveis por um aticismo admirável, e a dissertação sobre *Temas e Raízes*, foi de notável importância.

Oito foram os pretendentes à cadeira de português; Fausto ocupa o primeiro lugar, e o governo o nomeia.

Tornou-se então, pela seriedade dos seus juízos; pela amenidade de trato, membro distinto da congregação do imperial instituto; duas vezes foi nomeado vogal do conselho diretor da instrução primária e secundária do município da Corte; o examinador de diversos concursos para provimento de cadeiras no Colégio de Pedro II, em escolas públicas, membro de mesas examinadoras de preparatórios e de muitas outras comissões.

Em Portugal, Theofilo Braga, que já o havia agasalhado de maneira consoante ao seu mérito, fez referências singulares aos seus trabalhos.

Em 1886, o cenário do já laureado professor se dilata consideravelmente: logo nos primeiros dias de março, pela abertura dos cursos oficiais, é nomeado professor interino da Escola Normal da Corte.

Fausto tem na aula, onde dificilmente será substituído, uma presença dominadora e comunicativa; possui uma eloquência catedrática tão sua, quão inimitável, uma acentuação fraseológica especial, convicta e convincente, uma dicção tão atraente, que era por toda parte entre professores e discípulos repetido o seu nome com admiração e entusiasmo.

O auditório será seleta, feminino e numeroso.

O imortal Benjamim Constant ali matriculou a filha, e não poucas vezes se fez do curso um dos ouvintes mais atenciosos.

A Escola Politécnica, onde funcionava, à noite, a Escola Normal, foi uma Sorbonne durante três anos seguidos.

Em 1889 era notoriamente sabido o grau de degeneração a que haviam chegado os exames de preparatórios.

O ministro do Império e diretor da instrução pública Dr. Vitório da Costa pela primeira vez, porventura, comentaram a profissionais e reforma desses estudos, sendo Fausto o docente escolhido para organizar os programas de línguas, trabalho que dantes era exclusivo das secretárias.

João Ribeiro Pacheco da Silva Júnior e o saudoso professor Lameira de Andrade compuseram os seus compêndios de gramática portuguesa, tomando a direção e mesmo os dizeres do programa de língua vernácula traçado por Fausto e aprovado pelo governo.

No prefácio da 1ª edição da gramática de Pacheco e Lameira se lê o seguinte:

Tínhamos empreendido escrever uma gramática completa da língua portuguesa, rompendo em luta a tradição, e fazíamos fundamento de entregá-la em breve a publicidade. O novo programa para os exames

gerais de preparatórios, porém, veio fazer-nos mudar do propósito. É que muitos dos pontos nele exigidos para os exames de português não se encontram nas gramáticas que por ali correm impressas, e os alunos não tendo fontes, onde possam aquirir a instrução de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxílio da mocidade estudiosa.

Não apresentamos este trabalho como merecedor de gabos de excelência, nem no intuito de nos revelarmos professores de ciência jubilada. O tempo urgia; bosquejamos apenas o assunto.

Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programa oficial; seguimos, todavia, para maior segurança dos viajantes móveis, o roteiro apresentado pelo governo.

A única dificuldade e não pequena, com que tivemos de pleitear, foi a dosagem.

Em fins de 1888 entrou para a redação da *Tribuna Liberal*, órgão político dirigido pelo eminente estadista Visconde de Ouro Preto.

Filiado no partido liberal cearense que tinha por chefe o Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, benemérito presidente deste Estado e em cujo seio contava batalhadores ilustres, como João Brígido e Thomaz Pompeu, fora, em data anterior, estando no poder os conservadores, apresentado às urnas do 2.º distrito desta província, em concorrência com o desembargador Alencar Araripe, sendo, porém vencido no pleito.

Foi um dos representantes do partido liberal do Ceará em um congresso nos salões da Tribuna, na capital do Império, em 1889. Escrevendo ativamente nessa folha ao lado de Carlos Laet, Afonso Celso Gama Rosa, Prado Pimentel e outros jornalistas notáveis mereceu a distinção de organizado o ministério 7 de junho, ser nomeado presidente do Rio Grande do Norte.

De poucos meses foi a sua administração. Eleito deputado geral pelo 2.º distrito do Ceará, teve que voltar à Corte, em obediência ao honoríssimo mandato; mas, poucos dias depois de haver tomado assento na câmara temporária, rebentou a revolução de 15 de novembro.

De 1889 até hoje, continua o infatigável cearense a sua vida pública apostolando o ensino de acordo com os preceitos da moderna pedagogia. Em seu próprio domicílio, em casa de diversas famílias do Rio de Janeiro, nos colégios oficiais, se houve diariamente a palavra do mestre dedicado.

Na intimidade repete que o público do professor é a aula.

Pouco há escrito com destino à grande luz da publicidade. Parece que é próprio dos missionários inspirados em grandes ideias e nobres intentos evangelizarem as suas doutrinas mais pela tribuna da palavra falada do que pelo ministério da palavra escrita. Sócrates nunca escreveu livro; mas no meio

da multidão, nas assembleias populares, nas festas públicas, nos ginásios, qualquer fato lhe servia de pretexto para espalhar luzes a numerosos ouvintes. A vida do filósofo grego foi um verdadeiro apostolado.

Benjamim Constant, glória do magistério nacional, coisa pouquíssima publicou, comparada com o vasto cabedal científico que lhe enriquecia a cabeça privilegiada. O barão de Tauthohoeus, se foi venerado como sábio, é que a ciência não lhe saía do cérebro para a imprensa, mas copiosamente lhe jorrava dos lábios para a inteligência e para o coração dos discípulos que aos milhares se contavam.

Fausto, além de artigos sobre instrução pública e sobre questões políticas escritos na *Tribuna Liberal* em 1889 e das duas teses de concurso para o Imperial Colégio, já publicou com o denodado republicano Vicente de Souza e com o intransigente caráter Carlos de Laet a *Seleção literária* e a *Antologia nacional*; e sabe-se que guardados na gaveta tem ele diversos escritos gramaticais, que de melhor estado de saúde do autor esperam coordenação e polimento.

Em 1892, foi o filólogo cearense nomeado lente de gramática histórica do Colégio Militar, e em 1893 fundou com outros professores a Escola Normal Livre, do qual é hoje diretor honorário.

Sirvam estes traços biográficos mais de exemplo à nossa juventude escolar, do que de enfraquecidos aplausos ao heroico filho de Inhamum. Sejam eles mais de profícuo ensinamento, mais de eficacíssimo estímulo à mocidade pobre em luta pelo futuro nas encruzilhadas da vida do que de pálido tributo de apreço e admiração ao nosso conterrâneo, que por sua inteligência vigorosa, por sua firmeza de caráter e nomeadamente por sua indomável força de vontade, não deslustra os fatos gloriosos da pátria do Senador Pompeu, José Liberato, Tibúrcio, D. Lino, José de Alencar e do incomparável e sábio Moura Brazil, o último destes abencerrages que ainda vive para orgulho de sua terra.

Se estas linhas não revelam uma fisionomia moral perfeitamente equilibrada, um lutador esforçado que abriu caminho desde o alto do sertão até a capital do país, deixando à sua passagem largos esteios de talento e de trabalho; se elas não enfeixam um caráter forte, inamolgável às reduções da conveniência; se uma vida limpa, predicada de luzes, não desafia edificação, suprima-se todo estímulo da vida; onde de par a gazua com a virtude, o cinto com o Lovelace, o justo com a calceta; substitua-se a Moral dos bons pelo código dos tartufos.

Mas não! Como Fausto Barretto, a pátria tem muitos círios que iluminam seus altares.

NOTICIÁRIO

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA



**Academia Brasileira de Filologia
Rio, 31 de março de 2012**

Fotos: Marlene Fonseca
Tels.: 2232-0277 / 9963-3945

Eleição da nova Diretoria da ABRAFIL, em 31.3.2012. Em cima: Afrânio Garcia, Cavaliere, Manoel Ribeiro, José M. Botelho, Claudio C. Henriques. Na primeira fila: Amós Coelho, Eduardo Tuffani, José Pereira, Luiza Lobo, Cilene Cunha, Edila Vianna, Antônio Martins, Mirian Terezinha, José G. Paredes, Walmírio Macedo, Francisco Venceslau.

POSSE DE ACADÊMICOS

Em 7.7.2012, ocorreu a posse do professor Deonísio da Silva, em vaga decorrente do falecimento de Leodegário A. de Azevedo Filho, na cadeira 33, cujo patrono é EDUARDO CARLOS PEREIRA, e da Mestra Nilda dos Santos Cabral, na cadeira 7, cujo patrono é Batista Caetano de Almeida Nogueira. Assistiram à cerimônia os convidados: Michele Roberta da Rosa, Carlos Afonso N. Ribeiro, José Arnaldo de Guimarães Filho, José Eduardo da Silva Pinto, Eliana Monteiro, Antonius J. V., Álvaro Luiz Guimarães, Patrícia Brandão Wan-Meyl, Olavo Cabral, Giovanna Maria Rosso Amadei Besada, Miriam Coser, Lia Baron, Leon Coser, Lauro Coser, Raquel Cruz Salomão, Sayonara Salvioli, Théo Rodrigues, Sandra Santos Cabral, Mariângela Luna, Eliana da Cunha Lopes, Roberto José Ávila de Bezerra, José Luís Araújo Duarte, Carlos Alberto Valvano, Nelson Mello e Sousa, Hesio Cordeiro,

Carlos Mercês, Mario Newman e Opázia C. Feres.

O professor Manoel P. Ribeiro fez o discurso de apresentação do Dr. Deonísio da Silva. Nilda dos Santos Cabral foi recepcionada pelo Presidente Antônio Martins de Araújo.

HOMENAGEM AO PROF. LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO



XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia
Rio de Janeiro, 27 a 31 de agosto de 2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

No XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, em 27.8.2012, o Prof. EVANILDO BECHARA discursa em homenagem ao Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho. À mesa, a viúva ILKA AZEVEDO e os acadêmicos DEONÍSIO DA SILVA e MANOEL P. RIBEIRO

EVENTO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Em 18, 19 e 20.7.2012, na UERJ, das 14,00 às 18,00 h, no auditório 111, realizou-se o evento *Estudos de Língua e Literatura*, com a presença do ilustre professor de Coimbra, Dr. Carlos André, que, na ocasião, tomou posse como sócio-correspondente da Academia e dissertou sobre *Ovidio, Ulisses, Alegre e Kundera ou os exílios sem retorno*. Seguiram-se palestras dos professores José Carlos Azeredo, Domício Proença Filho, Luiza Lobo, Ricardo Cavaliere, Horácio Rolim de Freitas, Walmírio Macedo e Gilberto Mendonça Teles. Todos os inscritos receberam certificados e revistas da ABRAFIL.



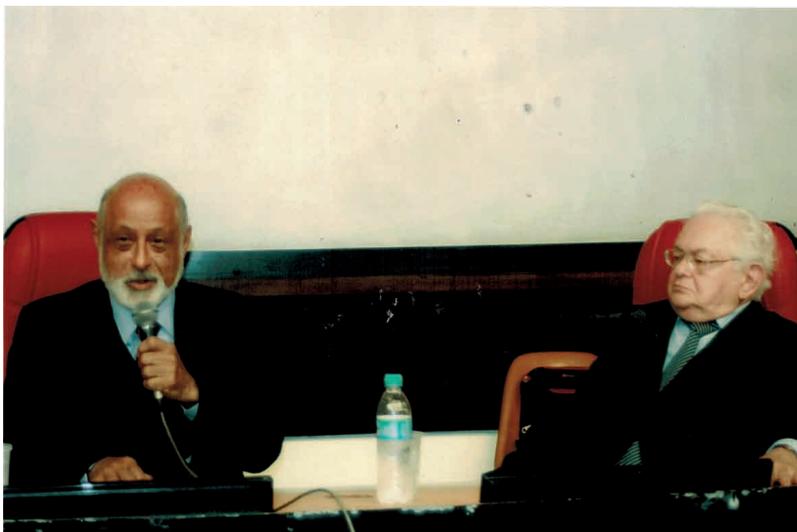
Em 18.7.2012, na UERJ, o Prof. Manoel P. Ribeiro faz a entrega de revistas da ABRAFIL ao sócio-correspondente CARLOS ANDRÉ, da Universidade de Coimbra.



Estudos de Língua e Literatura - ABRAFIL
Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 de julho de 2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

O PROF. WALMÍRIO MACEDO disserta sobre Semântica, em 20.7.2012. À mesa, veem-se Ricardo Cavaliere, Antônio Martins de Araújo e Manoel P. Ribeiro.



Estudos de Língua e Literatura - ABRAFIL
Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 de julho de 2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

O Prof. DOMÍCIO PROENÇA FILHO na palestra sobre a obra de JORGE AMADO, em 18.7.2012, na UERJ.



Estudos de Língua e Literatura - ABRAFIL
Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 de julho de 2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

A Prof.ª EDILA VIANNA DA SILVA faz a apresentação, em 19.7.2012, na UERJ, da acadêmica LUIZA LOBO, que dissertou sobre a obra de SOUSÂNDRADE. Preside a mesa o Prof. ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO.

CELEBRAÇÃO DOS 68 ANOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Em 1.9.2012, o Prof. Manoel Pinto Ribeiro saudou o palestrante da tarde, acadêmico Gilberto Mendonça Teles, que dissertou sobre *O mito Camoniano*, em texto agradável e instigante que gerou pertinentes questões.

O livro foi lançado em Portugal, na Universidade Fernando Pessoa, em junho de 2012. Na seção de ENTREVISTAS desta revista, vê-se a grande importância dessa obra para os estudos camonianos.



Academia Brasileira de Filologia
Comemoração dos 68 anos de Fundação - 01/09/2012

Foto Simone Viana
Cet. 9824-5578

Em 1.9.2012, o Prof. GILBERTO MENDONÇA TELES disserta sobre sua obra *O MITO CAMONIANO*, publicada no Porto, com a presença de EDILA VIANNA DA SILVA, MANOEL P. RIBEIRO, HORÁCIO ROLIM DE FREITAS E WALMÍRIO MACEDO, além de diversos acadêmicos.



Academia Brasileira de Filologia
Comemoração dos 68 anos de Fundação - 01/09/2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

No coquetel pelos 68 anos da ABRAFIL, vemos Álvaro Bragança Jr., Ceila Ferreira Martins, José Mário Botelho, Maria Antônia Costa Lobo, Manoel P. Ribeiro, José Geraldo Paredes, Walmírio Macedo e Horácio Rolim de Freitas.



Academia Brasileira de Filologia
Comemoração dos 68 anos de Fundação - 01/09/2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

Comemoração dos 68 anos da ABRAFIL. ACADÊMICOS - No final da foto: José Mário Botelho, Claudio C. Henriques, Afrânio Garcia, Luiza Lobo, Maria A. Costa Lobo, Edila Vianna da Silva, Gilberto Mendonça Teles, Walmírio Macedo, Mirian Terezinha Matta Machado, José Geraldo Paredes, Eduardo Tuffani, Horácio Rolim de Freitas, Maria Emília Barcelos da Silva. Embaixo: Mauro Salles Villar, Álvaro Bragança Jr., Ricardo Cavaliere, Ceila Ferreira Martins, Manoel P. Ribeiro, Francisco Venceslau dos Santos.

LANÇAMENTO DE REVISTA DA ABRAFIL

O Vice-Presidente, Prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro, redator-chefe da REVISTA DA ABRAFIL, lançou, em 1.1.2012, o número X, relativo ao primeiro semestre de 2012, depois de três meses de intenso trabalho. O Prof. Manoel informou que, durante este semestre, será editado um número da revista em homenagem a Adriano da Gama Kury.

POSSE DE SÓCIO-CORRESPONDENTE

Na sessão de 29.9.2012, no RAV 112, na UERJ, tomou posse, como sócio-correspondente, o Prof. Elias Alves de Andrade, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Na ocasião, foi saudado pelos Acadêmicos Amós Coelho da Silva e José Pereira da Silva, que comentaram sucintamente os trabalhos acadêmicos do novo sócio, com ênfase em seu atual projeto de pesquisa Estudo do Português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII. Com a palavra, o Professor Elias detalhou aspectos de alguns de seus trabalhos e agradeceu a honraria.



O Prof. Amós Coêlho da Silva faz a apresentação do Mestre Elias Alves de Andrade, à mesa, juntamente com a Prof.^a Edila Vianna da Silva.

HOMENAGEM A HORÁCIO ROLIM DE FREITAS

Em 1.9.2012, no RAV 112, na sessão dos 68 anos da ABRAFIL, homenageou-se o Prof. Horácio Rolim de Freitas, pela passagem dos seus oitenta anos. Foi o ilustre Mestre saudado em discursos proferidos pelos acadêmicos Manoel Pinto Ribeiro e Walmírio Macedo. Também Leticia Rolim, filha e ex-aluna do professor Rolim, salientou a bondade e o grande valor do homenageado. O acadêmico Ricardo Cavaliere, por sua vez, fez uso da palavra enfatizando as qualidades de probidade, seriedade e humildade do Prof. Rolim. Na sequência, o acadêmico Geraldo Paredes elogiou o Prof. Rolim e agradeceu sua indicação – feita pelo homenageado – para os quadros da ABRAFIL. Seguiram-se as palavras emocionadas de agradecimento do prof. Rolim.



Academia Brasileira de Filologia
Comemoração dos 68 anos de Fundação - 01/09/2012

Foto Simone Viana
Cel: 9824-5578

Na homenagem pelos 80 anos, vê-se o Prof. HORÁCIO ROLIM DE FREITAS agradecendo aos colegas Edila Vianna da Silva, Manoel P. Ribeiro e Walmírio Macedo.

HOMENAGEM A ADRIANO DA GAMA KURY

Nascido em Sena Madureira, no Acre, em 25 de abril de 1924, foi chefe do Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa, desde agosto de 1976, professor de Filologia Românica na Universidade Santa Úrsula, a partir de setembro de 1976, membro do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro, até a sua extinção, e membro da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Brasileira da Língua Portuguesa.

Foi professor de língua portuguesa na Universidade de Brasília, de 1964 a 1970, e na Universidade Federal Fluminense, de 1972 a 1976. Licenciado em Letras Neolatinas pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, em 1953, fez aperfeiçoamento em linguística com o Prof. Mattoso Camara Jr. (1954) e livre-docência em língua portuguesa pela Universidade Federal Fluminense, em 1974.

Foi também assessor pedagógico da TVE (hoje TV Brasil), responsável pela parte de língua portuguesa das novelas educativas *João da Silva e A Conquista* (1973-77).

Livros publicados: Pequena Gramática para a explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1.^a ed. 1959; teve 12 edições). Português Básico (Gramática, antologia, exercícios). 16.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961. (A 1.^a ed. é de 1960 e tem edição de 2008 pela Lexikon). Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa. FTD, 2008. Lições de Análise Sintática, 6.^a ed., SP, LISA, 1972. (1.^a ed.: 1961; há edição de 2000 pela Ática). Manual Prático de Ortografia, Rio, Livr. Agir Ed., 1968. Gramática Fundamental da Língua Portuguesa, 2.^a ed., SP, Ed. Lisa, 1991. Meu Livro de Português (4 vols.), SP, Ed. Lisa, 1991. (A 1.^a ed. é de 1971). Curso Supletivo “João da Silva”, (5 vols.), Rio, MEC, 1974. Gramática Objetiva (em colaboração), (2 vols.), 6.^a ed., SP, Ed. Atlas, 1986. Ortografia, Pontuação, Crase, 3.^a ed., Rio, FAE-MEC, 1990. Novas Lições de Análise Sintática, 9.^a ed., SP, Ed. Ática, 2000. Para Falar e Escrever Melhor o Português, 3.^a ed., Rio, Nova Fronteira, 1991. Há edição de 2008 pela Lexikon.



ADRIANO DA GAMA KURY

EVENTO EM PORTUGAL

No dia 16 de novembro de 2012, nosso acadêmico **Afrânio da Silva Garcia** proferiu a comunicação *Neorrealismo e dualismo: um estudo estilístico de Jorge Amado*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, durante o **Colóquio Internacional 100 Anos de Jorge Amado**, um megaevento acadêmico com a participação das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, além de outras oito instituições.

Na foto, o Mestre **AFRÂNIO GARCIA DA SILVA** ao lado da Prof.^a **CIDÁLIA DINIZ**, da Universidade do Porto e membro da Comissão Organizadora do Colóquio Internacional 100 Anos de Jorge Amado.



Nosso acadêmico **AFRÂNIO GARCIA DA SILVA** em evento sobre **JORGE AMADO**, realizado na cidade do Porto.

SESSÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2012

Nesta sessão, o Prof. ROSALVO DO VALLE fez uma excelente palestra sobre o Hino Nacional Brasileiro em latim, em tradução do latinista Martins Aguiar.

A seguir, a Prof.^a Mirian Terezinha Matta Machado dissertou sobre “A evolução fonética do latim ao português, sob o efeito da força e da fraqueza articulatória”. Trata-se de um grande trabalho, que enobrece as pesquisas elaboradas pelos membros da ABRAFIL

Também a acadêmica Ceila Ferreira Martins discorreu sobre “Edições críticas”, realçando a obra de Lima Barreto, com o estudo de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, em pesquisa que vem realizando juntamente com a Prof.^a Carmen Negreiros.

O Prof. Francisco Venceslau dos Santos, em aparte, se mostrou entusiasmado com o trabalho e parabenizou a colega pela pesquisa que vem realizando.

MEMÓRIA – ADRIANO DA GAMA KURY NA ABRAFIL



Em 27.8.2000, na ABRAFIL, veem-se FRANCISCO RIBEIRO (falecido), ADRIANO DA GAMA KURY (falecido), ROSALVO DO VALLE, EVANILDO BECHARA e GLADSTONE CHAVES DE MELO (falecido).